

idealizando  
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



v. 4, n. 1 (2020)

Diálogos  
Sociais

E - ISSN 2526-3552



# **IDEALOGANDO**

## **Revista de Ciências Sociais da UFPE**

Imagem da capa  
Pâmela Oliveira Lessa da Silva

---

Revista Idealogando: Revista de Ciências Sociais da UFPE. V. 4, N. 1 (2020)

Anual

Resumos em Português e Inglês.

Editora Chefe: Pâmela Oliveira Lessa da Silva

Editora Assistente: Jordânia Kalina de Souza Bezerra

Comissão Editorial: Allysson Dayvis Souza Correia dos Santos; Camila Araújo Soares; Rub de Paula Oliveira.

Inclui bibliografia  
ISSN 2526-3552

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Antropologia. 3. Sociologia. 4. Ciência Política I. Silva, Pâmela Oliveira Lessa da; Bezerra, Jordânia Kalina de Souza II. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH

CDU 3 (81) UFPE

---

### **INDEXADA EM**

Academia.edu  
BASE - Bielefeld Academic Search Engine  
Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral  
Diadorim  
Google Acadêmico  
Latindex  
LivRe - Periódico de Livre Acesso  
LUX Leuphana  
REDIB - Portal de revistas Científicas Latinoamericanas  
Sindex- Scientific Indexing Services  
Social Science Research Center Berlin  
SSOAR - Social Science Open Access Repository  
Sumários.org - Sumários de Revistas Brasileiras

---

### **CONTATOS**

E-mail: [revistaidealogando@gmail.com](mailto:revistaidealogando@gmail.com)  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/index>

### **APOIO**

Coordenação dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais – UFPE

**IDEALOGANDO**  
Revista de Ciências Sociais da UFPE  
Ano 4, v. 4 (1): 2020

A Revista Idealogando é uma revista eletrônica, com publicação anual, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

## **COMISSÃO EDITORIAL – 2020**

### **Editora Chefe**

Pâmela Oliveira Lessa da Silva

### **Editora Assistente**

Jordânia Kalina de Souza Bezerra

### **Comissão Editorial**

Allysson Dayvis Souza Correia dos Santos

Camila Araújo Soares

Rub de Paula Oliveira

### **Fundadores**

Clayton Rodrigues da Silva

Wenderson Luan dos Santos Lima

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa**

Allysson Dayvis Souza Correia dos Santos

Jordânia Kalina de Souza Bezerra

Rub de Paula Oliveira

### **Revisão**

Eliane Maria Monteiro da Fonte

### **Tradução**

Jordânia Kalina de Souza Bezerra

## **Conselho Editorial**

Dr. Carlos Cirino -UFRR

Dr. Cristiano das Neves Bodart - Ufal

Dr. Cristiano de França Lima - FACOL

Dr. Erinaldo Carmo - UFPE

Dr. Marcelo Miranda - UFPE

Dr. Paulo Marcondes - UFPE

Dr. Raimundo Nonato Silva - UFAM

Dr. Reginaldo Prandi, USP

Dr. Renato Athias - UFPE

Dr. Ricardo Mariano, USP

Dr. Sérgio Neves Dantas

Dra. Ana Claudia Rodrigues - UFPE

Dra. Carmem Lúcia Silva Lima - UFPI

Dra. Conceição Lafayette - UFPE

Dra. Daniela Manica, Unicamp

Dra. Debora Messenberg, UnB

Dra. Eliane da Fonte - UFPE

Dra. Lilia Moritz Schwarcz, USP

Dra. Paula Monteiro - USP

Dra. Roberta Bivar Campos - UFPE

Dra. Rosane Alencar - UFPE

Dra. Silke Weber - UFPE

# **A G R A D E C I M E N T O S**

Aos colaboradores e pareceristas *ad hoc*

---

Ana Paula de Holanda Silva — **Universidade Federal de Pernambuco**

Clara de Lima Hordonho — **Universidade Federal de Pernambuco**

Clarissa Mendes Gonçalves — **Universidade Federal de Pernambuco**

Daniel Máximo Goés de Lima - **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Eliane Maria Monteiro da Fonte — **Universidade Federal de Pernambuco**

Emerson Rubens Mesquita Almeida - **Universidade Federal do Maranhão**

Izabel Cristina Luz Castro - **Universidade Federal da Bahia**

Karla Danielle Santos de Oliveira — **Universidade Federal de Pernambuco**

Larissa Lima de Almeida - **Universidade Federal do Maranhão**

Marcela de Aquino Bezerra Silva - **Universidade Federal de Pernambuco**

Marco Aurelio de Oliveira Leal — **Universidade Federal de Pernambuco**

Raphael Bruno do Nascimento Bezerra - **Universidade Federal de Pernambuco**

Ricardo Bandeira de Melo - **Universidade Federal da Paraíba**

Rodrigo Sales Louriçal Neves — **Universidade Federal do Espírito Santo**

Rosana da Silva Pereira - **Universidade Federal de Minas Gerais**

---

Todos os trabalhos foram avaliados por *pares cegas*.

EDIÇÃO

# Diálogos Sociais

**IDEALOGANDO**

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Ano 4, v. 4 (1): 2020

# SUMÁRIO / CONTENTS

## APRESENTAÇÃO | FOREWORD

*Eliane Maria Monteiro da Fonte*.....1

**A BUSCA DO DIPLOMA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA: mulheres negras em cursos de alto prestígio social na era das ações afirmativas | THE SEARCH FOR THE DEGREE AS AN INSTRUMENT OF RESISTANCE: black women in high social prestige courses in the era of affirmative action**

*Rosana da Silva Pereira*..... 3

**IDENTIDADE PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS MUDANÇAS DO TRABALHO GRÁFICO | PROFESSIONAL IDENTITY AND EXPERIENCE FROM THE CHANGES IN GRAPHIC WORK**

*Marcela de Aquino Bezerra Silva*.....21

**O MOVIMENTO KPOP EM IMPERATRIZ E A TENSÃO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: tribos urbanas e comunidade de consumo | THE KPOP MOVEMENT IN IMPERATRIZ AND THE TENSION BETWEEN THE LOCAL AND THE GLOBAL: urban tribes and consumer community**

*Larissa Lima de Almeida, Emerson Rubens Mesquita Almeida*.....36

**TEORIA ELITISTA E MARXISMO-LENINISMO: semelhanças e diferenças conceituais | ELITE THEORY AND MARXISM-LENINISM: conceptual similarities and differences**

*Daniel Máximo Góes de Lima*..... 58

**HERANÇAS SIMMELIANAS NA ESCOLA DE CHICAGO E EM NORBERT ELIAS | SIMMELIAN INHERITANCES IN THE CHICAGO SCHOOL AND NORBERT ELIAS**

*Ricardo Bandeira de Melo*.....76

**DA EDUCAÇÃO PARA O MERCADO À EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA:  
uma leitura antropológica das implicações da escola sem partido | FROM  
EDUCATION FOR THE MARKET TO EDUCATION AS MERCHANDISE: an  
anthropological reading of the implications of the non-partisan school**  
*Izabel Cristina Luz Castro*.....**92**

## APRESENTAÇÃO | FOREWORD

Eliane Maria Monteiro de Fonte\*<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
<https://orcid.org/0000-0002-2596-272X>

É com imensa satisfação que lançamos a edição de 2020, que marca a reativação da Revista Idealogando, cujas publicações haviam sido interrompidas em 2020 e 2021, durante a pandemia da Covid-19. A partir da constatação da importância da manutenção desta revista, que existe desde 2017, sob a coordenação de discentes dos cursos de graduação em Ciências Sociais da UFPE, o grupo PET (Programa de Educação Tutorial) de Ciências Sociais se propôs a reativar, em 2022, esse espaço fundamental para divulgação e disseminação de trabalhos científicos produzidos no âmbito das Ciências Sociais, visando dar continuidade às oportunidades de publicação para discentes de cursos de graduação e pós-graduação, fazendo da editoração da revista um de seus projetos, no conjunto das demais atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo grupo.

A presente edição, intitulada *Diálogos Sociais*, apresenta seis trabalhos acadêmicos cujas abordagens refletem as memórias das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), assim como, temas da contemporaneidade, que abarcam as temáticas de classe, raça, gênero, educação, profissão, cultura e teorias sociais. Os trabalhos publicados foram submetidos por estudantes ou egressos(as) de cursos de graduação, mestrado e doutorado e pesquisadores(as) de diversas instituições brasileiras, sendo essas: UFMG; UFPE; UFMA; UERJ; UFPB; UFBA.

Iniciando a edição, dispomos do artigo da mestranda Rosana da Silva Pereira, que apresenta uma abordagem bibliográfica sobre o percurso da população negra na educação superior, enfocando a necessidade de pensarmos sobre o acesso de mulheres negras em cursos de alto prestígio mediante as ações afirmativas no Brasil. O trabalho tem como base um breve histórico acerca da relevância das políticas públicas de ações afirmativas e o seu impacto no ingresso de mulheres negras no ensino superior, considerando as desigualdades de gênero e raça que embasam historicamente as relações sociais no Brasil.

Na sequência, temos Marcela de Aquino Bezerra Silva, graduanda em Ciências Sociais, discorrendo sobre as mudanças no setor gráfico que, a partir do contínuo

---

\* Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Grupo “NUCEM / Núcleo de Cidadania, Exclusão e Processos de Mudança” – DGP - CNPq. Tutora do grupo PET de Ciências Sociais / UFPE. Contato: [eliane.fonte@ufpe.br](mailto:eliane.fonte@ufpe.br)

aperfeiçoamento da técnica e da automação tecnológica no trabalho, enuncia a crise na identidade do trabalhador gráfico. A autora, através das narrativas da trajetória de vida, propicia uma discussão sobre a resistência do sujeito gráfico envolta na contraditória natureza de seu trabalho frente a uma nova era da informatização.

Adiante, apresentamos o artigo de Larissa Lima de Almeida, licenciada em Ciências Humanas/Sociologia, e de Emerson Rubens Mesquita Almeida, doutor em Antropologia Social, que apresenta o resultado de uma pesquisa exploratória realizada junto aos jovens de Imperatriz, cidade do interior do Maranhão, que se identificavam como fãs ou simpatizantes do K-pop. A pesquisa parte do pressuposto de que esse fenômeno de massa está em crescimento nessa cidade, se manifestando inicialmente de forma semelhante à tribos urbanas, criando laços de solidariedade entre jovens, mas, gerando uma tensão entre essa dita solidariedade e a diluição numa comunidade global de consumo. O objetivo do estudo foi compreender a criação de uma comunidade de consumo k-pop, fruto da tensão identitária gerada pelo processo de globalização.

A seguir, temos o trabalho de Daniel Máximo Goés de Lima, doutorando em Ciência Política, que realiza uma comparação teórica entre as proposições centrais dos autores da teoria elitista e os escritos Vladimir Lênin, visando apontar, a partir da exposição das teorias sociais e de partidos políticos de cada tradição, semelhanças e diferenças entre elas.

Logo após, Ricardo Bandeira de Melo, mestre em Sociologia, discute em seu artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, a influência da obra de Georg Simmel nas duas gerações daquela que ficou conhecida como “A Escola de Chicago” e na obra de Norbert Elias.

O volume se encerra com o trabalho de Izabel Cristina Luz Castro, mestranda em Antropologia, que versa a respeito da intersecção existente entre educação escolar, o movimento Escola Sem Partido e o capitalismo. A partir de uma breve exposição dos elementos constituintes da Escola Sem Partido, a autora busca analisar como a escola tem sido acionada de modo a manter e retroalimentar o capitalismo, por meio da redução das inteligências, da postulação da educação “neutra” e, por conseguinte, da negação da política e das diferenças.

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram na construção do presente número, quer como autoras, quer como pareceristas, e desejamos a vocês que nos leem uma boa leitura!

Recife, abril de 2023

**A BUSCA DO DIPLOMA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA: mulheres negras em cursos de alto prestígio social na era das ações afirmativas**

**THE SEARCH FOR THE DEGREE AS AN INSTRUMENT OF RESISTANCE: black women in high social prestige courses in the era of affirmative action**

**Rosana da Silva Pereira\***

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**RESUMO**

O presente trabalho trata-se de uma abordagem bibliográfica sobre a caminhada da população negra na educação superior, enfocando a necessidade de pensarmos sobre o acesso de mulheres negras em cursos de alto prestígio mediante as ações afirmativas no Brasil. O objetivo deste trabalho está embasado na apresentação de um breve histórico acerca da relevância das políticas públicas de ações afirmativas e o impacto no ingresso de mulheres negras no ensino superior, visto as desigualdades de gênero e raça que embasam as relações no Brasil. As mulheres negras historicamente hipersexualizadas, exploradas e condicionadas ao lugar da subalternidade na sociedade brasileira, em contrapartida a universidade, historicamente um lugar de privilégio social e sobretudo racial. O acesso delas ao ensino superior é sem sombra de dúvidas uma conquista e também um desafio, colocando em pauta a necessidade da representatividade da mulher negra em cursos de alto prestígio social. Diante das transformações significativas da educação superior no Brasil, pertence à universidade refletir acerca das sujeitas que adentram o seu universo e a permanência nele.

**Palavras-chave:** ações afirmativas; mulheres negras; ensino superior.

**ABSTRACT**

The present work is a bibliographical approach on the journey of the black population in higher education, focusing on the need to think about the access of black women to high-prestige courses through affirmative action in Brazil. The objective of this work is based on the presentation of a brief history about the relevance of public policies of affirmative action and the impact on the entrance of black women in higher education, given the inequalities of gender and race that underlie relations in Brazil. Black women historically hypersexualized, exploited and conditioned to the place of subordination in Brazilian society, in contrast to the university, historically a place of social and especially racial privilege. Their access to higher education is without a shadow of a doubt an achievement as well as a challenge, raising the need for black women to be represented in courses of high social prestige. Faced with the significant transformations of higher education in Brazil, it belongs to the university to reflect on the subjects who enter its universe and stay in it.

**Keywords:** affirmative actions; black women; university education.

\* Mestranda em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Tem experiência na área da Sociologia das Relações Étnico-raciais, Políticas Afirmativas no Ensino Superior, Estudos de Gênero e Sociologia da Educação. Contatos: [rosanapereira@ufmg.br](mailto:rosanapereira@ufmg.br); [silvarosanasociais@gmail.com](mailto:silvarosanasociais@gmail.com)

Artigo Recebido em: 19/03/2019. Aceito em 22/07/2022.

## INTRODUÇÃO

A era moderna consagrou-se pelo complexo de institucionalização, permeado pelos jogos de poder e a formação de sociedades disciplinadoras, que atribui às instituições escolares a ideia do controle e da reprodução social (HASENBALG, 1979; GOMES, 2000; CAVALLEIRO, 2000). As instituições de ensino se baseiam no mecanismo de coesão social e do ponto democrático como instrumento da cidadania. A universidade constitui-se como instituição social que possui em sua construção a ideia moderna da autonomia universitária, contrapondo a sua autonomia do saber a religião e ao Estado. Portanto, de acordo com o viés republicano, a universidade é um segmento público e laico.

O ensino superior é visto como fundamentado na formação educacional de cidadãos para os variados segmentos do mercado de trabalho, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). A mesma indissociada da sociedade hegemonicamente neoliberal, está fomentada como um espaço de prestígio social e a sua criação vincula-se com as demandas da elite intelectual, econômica e política do país. Relações de poder estruturadas na “casa grande e senzala”<sup>1</sup>, simbolização de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, discriminatória, sexista, machista e racista.

Mediante da herança do racismo estrutural culturalista que inferioriza a população negra, legitima a elite cultural e menospreza as possibilidades de ascensão dos grupos marginalizados historicamente, é na educação que se tem as desigualdades. As instituições escolares frutos do processo de colonização do pensamento social brasileiro, denotando em sua constituição a ideias da universalidade, simultaneamente com o projeto eugenista<sup>1</sup>, a qual a educação foi incluída neste projeto, sustentando a ideia de racionalidade branca como tipo ideal de civilização, são as representantes e reprodutoras de uma ordem racializada (SOUZA, 2017).

O racismo estrutural se consolidando como mola propulsora para as desigualdades raciais “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja,

---

<sup>1</sup> O Projeto Eugenista no Brasil se constituiu quanto um movimento que visava “higienizar” a população brasileira da raça impura, isto é, “limpar a população pura (branca) da presença dos impuros (negros). O termo Eugenia criado e propagado por Francis Galton, em 1883 e aqui no Brasil, nos primeiros anos do século XX, este movimento amplamente propagado da Europa, foi rapidamente difundido aqui no Brasil pela elite intelectual da época.

do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural [...]” (ALMEIDA, 2017). Como parte da estrutura, o racismo não se exime das práticas sociais, muito pelo contrário, como afirma Anthony Giddens e Philip W. Sutton (2016) a estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o racismo acionado exatamente por causa da estrutura estabelecida socialmente e culturalmente se auto regula e direciona de forma determinista os campos de atuação dos atores sociais.

O racismo no Brasil é estrutural, estruturante e como advoga o sociólogo Oracy Nogueira (1985) na obra “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” discutindo a relevância do Projeto Unesco na constatação do preconceito racial no país, ao realizar a comparação entre as desigualdades raciais nos Estados Unidos e no Brasil, evidencia que no nosso país o preconceito é de marca, enquanto nos Estados Unidos da América, de origem. O preconceito, portanto, é estipulado como disposição produzida pela e para a sociedade sob grupos estigmatizados pela raça.

No desempenho da educação brasileira como uma instituição reguladora a sociedade, a sua atuação na lógica do capitalismo patriarcal de mercado, se institui na prática do racismo e na ideia da meritocracia escolar, negando questões como vulnerabilidades social, desigualdades de gênero e raça como determinantes para a evasão e fracasso escolar no espaço social (SOUZA, 2017).

A consolidação no ensino superior ao longo do século XX emergiu pela criação e fortalecimento de cursos considerados de elite e enfatizou exatamente o projeto de nação da elite brasileira. Estes conhecidos pelo prestígio social em virtude das demandas da elite colonial. Os privilégios estavam enraizados na cultura desta elite ascendendo sobre os problemas provenientes das desigualdades raciais e sociais no país. Sendo a elite intelectual branca, a universidade esteve atrelada a ideia de superioridade e poder, em contrapartida a população negra estava a mercê do racismo estruturante e estruturado, tendo as entidades do movimento negro de suma importância para a luta pelo acesso à educação, partindo em sua história de luta, a princípio a ideia da universalidade para a necessidade de ações afirmativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 em seus princípios norteadores condicionam elementos como acesso e permanência no ambiente

escolar (Art. 3º, inciso I) (BRASIL, 1996). Em seu artigo 205 (BRASIL, 1998) a educação está garantida como um direito de todos, sendo de extrema importância para a formação cidadã. Neste sentido a progressão nos níveis escolares são vistos socialmente como determinantes para a garantia de melhores vagas no mercado de trabalho. Portanto, a educação de acordo com as diretrizes que regem a educação no país é imprescindível para o desenvolvimento humano (LDB, 1996).

A nossa vivência no cotidiano inevitavelmente nos faz compreendê-lo de forma naturalizada. Nas Ciências Sociais, o termo “imaginação sociológica”, cunhada por Charles Wright Mills (1972) nos permite “olhar por trás das janelas”, compreender três elementos fundamentais que são a história, a biografia e as estruturas sociais. Para o entendimento da experiência individual de cada um é necessário se entender como ocorre o processo de transformação da história nas sociedades (MILLS, 1972, p. 12). Pesquisar e estudar como se dá o processo de acesso e permanência das mulheres negras no ensino superior é conhecer nossas próprias experiências. O olhar por trás das cortinas dinamizado pela imaginação sociológica sobretudo em cursos de alto prestígio se constitui como um desafio que não somente uma revisão bibliográfica acerca da temática possa findar a questão, muito pelo contrário, é o início de algo maior. Mesmo com poucos estudos acerca da temática abordada, é preciso pensar na associação entre a ação afirmativa de reserva de vagas e o acesso de mulheres negras em cursos de alto prestígio no Brasil.

O presente artigo, busca explicar as transformações importantes na universidade brasileira, em relação aos novos corpos que a adentra, compreendendo que esse processo é fruto da luta do Movimento Negro Brasileiro ainda é o início da caminhada negra no ensino superior. Ao refletir as desigualdades de gênero e raça, releva a importância dessa discussão e estudos na área, inicia sua abordagem com o papel do movimento negro para a educação no Brasil. Destacando o Movimento Negro em sua pluralidade como educador, sendo essencial para a caminhada para a adoção das Ações afirmativas no Brasil, trazendo contribuições de Nilma Lino Gomes (2017), Dyane Brito Reis Santos (2009) e Ana Célia da Silva (2017), a seção ressalta que os movimentos sociais negros ao pautarem a educação como possibilidade valiosa de ascensão social da população negra e pobre vislumbram que as ações afirmativas são um direito desta população.

Sabemos que o espaço universitário historicamente é um excludente e de perpetuação do poder intelectual. O acesso das minorias sociais a este espaço, tornaram-se realidade a partir da luta de movimentos sociais. O protagonismo destes movimentos, demonstram que não há no Brasil, conquista de direitos sem luta. O acesso às ações afirmativas no Ensino Superior demarca uma conquista importante para a população negra do país. Se configurando como políticas públicas de caráter reparatório, as ações afirmativas além de democratizar o acesso ao ensino superior, fornecem novas perspectivas de estudo sobre os lugares que a população negra está localizada.

Em “Cenário da educação pública e cursos de alto prestígio social”, baseia-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), posteriormente apresentando as contribuições de Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), a noção de campo novo sobre as mulheres negras em cursos de alto prestígio, fundamenta-se em dados gerais sobre o ingresso da população negra em cursos de alto prestígio social apresentada por Ristoff (2014).

A conjuntura universitária constituída pelas transformações ocorridas pelas políticas públicas dos últimos anos, condicionou novas possibilidades de democratização do acesso ao ensino superior, massificando o ingresso de sujeitos sociais, negligenciados historicamente pelo sistema educacional excludente do país, sobretudo nos cursos superiores de alto prestígio social. O pensar a possibilidade do ingresso de mulheres negras em cursos de alto prestígio social, é o eixo do trabalho, apesar da insuficiência de trabalhos e dados sobre a temática, é possível a partir da revisão bibliográfica sobre raça, gênero e as ações afirmativas, construir o argumento que o próprio estudo sobre as ações afirmativas é recente no país, por isso, pensar mulheres em cursos de alto prestígio social ainda é desafiador.

## **O MOVIMENTO NEGRO É TAMBÉM MOVIMENTO EDUCADOR**

O Brasil em sua composição étnica-racial possui contribuição de povos brancos, negros, indígenas, asiáticos e ciganos. A diversidade é elemento mistificador da sociedade brasileira. A miscigenação é um componente identitário do país, e utilizando este pressuposto que o mito da democracia racial se respaldou e ao mesmo tempo que a política do branqueamento se instala. A Identidade

brasileira emerge no paraíso racial, em que as tensões raciais e sociais inexistem. Mediante a referida ideologia, os Movimentos Sociais Negros no Brasil se colocam historicamente como um grande movimento histórico social, cultural e político que se ergue a categoria raça como instrumento de luta, evidenciando a democracia racial como um mito na sociedade que desconsidera a existência das tensões raciais e os percalços vividos pela população negra em decorrência do racismo culturalista e estruturalista do país.

Nilma Lino Gomes (2017) ressalta que:

No caso do Brasil, o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico- raciais. Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2017, p. 21).

A União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro por exemplo, na década de 40 seguiram realizando denúncias e contestações acerca da discriminação e democracia racial no país, a partir da valorização da cultura negra, esses dois movimentos políticos condicionam–identidade racial como algo importante. A Frente Negra Brasileira<sup>2</sup> sendo importante neste processo, mesmo com a vigência até 1937, de combater o racismo e fomentar melhores condições de educação, saúde e trabalho para a população negra no Brasil. Em pensar que neste período, a população negra era inibida de frequentar o ensino básico.

A questão cor retornando para o censo demográfico brasileiro, a partir das reivindicações dos movimentos sociais negros, entretanto até a década de 80, não houve a afirmação do Estado Brasileiro quanto a importância das ações afirmativas para a educação para a população negra, isso porque, historicamente as desigualdades raciais implicaram em dois mundos<sup>3</sup> (SANTOS, 2009).

---

<sup>2</sup> A Frente Negra Brasileira foi um movimento negro brasileiro criado na década de 30, que posteriormente tornou-se um partido político, entretanto teve vigência até o golpe de 1937.

<sup>3</sup> Os dois mundos se referem ao Mundo do Negro e do Branco, ressaltado na obra “O negro no mundo dos brancos”, de 1972, do autor de Florestan Fernandes. De acordo com o autor no Brasil havia uma segregação racial mesmo que velada, evidenciada pelas desigualdades de oportunidades entre negros e brancos.

No estudo, intitulado *As Elites de Cor: um estudo de ascensão social*, Thales de Azevedo explana a compreensão sobre a dinâmica do processo de ascensão social “das pessoas de cor” a partir indicando os possíveis caminhos para a “mobilidade vertical”. Dentre os possíveis canais de ascensão social englobaria o comércio, a política, as artes, a educação, etc. O autor aponta que:

[...] o principal canal de ascensão social, através o qual grande número de pretos e mestiços têm adquirido status elevado, é a educação no duplo sentido de boas maneiras e de uma instrução de elevado nível, além da adesão aos mores e concepções da cultura dominante, o que, em última análise, é um problema de aculturação ou de mais completa integração das massas de cor na sociedade dominante (AZEVEDO, 1955, p. 198).

As desigualdades educacionais no Brasil foram reforçadas pelo advento da modernidade. A acentuação desta lógica está vinculada ao processo de industrialização e urbanização, que na década de 50 inicia-se em ritmo acelerado e desta forma a necessidade de abertura de espaços universitários e a fomentação de formação de profissionais liberais. Nos anos 80, o sistema econômico impulsionou a criação de instituições de nível superior de ordem privada, criando assim uma linha de frente que além de acessar espaços educacionais, ainda direcionam para a ocupação dos melhores ambientes de trabalho. Em contrapartida a raça e a classe enfrentam barreiras para o sucesso educacional. Partindo deste pressuposto, que os movimentos sociais negros, que decerto desde o fim do processo de escravidão, se colocam favoráveis às reivindicações educacionais, irão ser cruciais para a inclusão deste grupo social. Para Gomes (2017) a atuação do Movimento Negro na educação:

A educação é o campo escolhido para as reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos no Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista (GOMES, 2017, p. 24).

Podemos considerar que o Movimento Negro é formado por todas aquelas pessoas que lutaram pelas vidas negras. A caminhada até a adoção das ações

afirmativas teve lutas protagonizadas pelo movimento negro (ou melhor, pelos movimentos negros), sujeitos que dinamizaram a história da população negra na educação do país, a partir das lutas promovidas pelos movimentos sociais por igualdade racial e contra a discriminação racial. Como protagonistas do desenvolvimento social da população negra, o movimento negro se faz em seu pluralismo e “[...] o seu esforço para instituir uma educação que contemple o processo civilizatório e desenvolva a identidade e estima negra.” (SILVA, 2017, p.140).

## **AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR**

Em meio as lutas pelo acesso à educação da população negra, a Marcha Zumbi dos Palmares na cidade de Brasília em 1995 e a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância de Durban foram importantes acontecimentos para a implantação das primeiras iniciativas de reserva de vagas para o ensino superior. (SILVA, p. 2017)

Em 2001, a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban<sup>4</sup>, a qual o Estado Brasileiro admitia as desigualdades raciais no âmbito educacional brasileiro e a admissão de implantação de medidas que reparassem as desigualdades educacionais do ponto de vista do ensino superior e consequentemente no acesso ao mercado de trabalho. Sendo assim, as ações afirmativas de reserva de vagas são aprovadas em virtude da pressão estabelecida pelos movimentos negros, no encaminhamento para o Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Lei nº 3.627 de 20 de maio de 2004.

Somente em agosto de 2012, foi sancionada pelo Supremo Tribunal Federal a Lei nº 12.711/2012, às políticas de ação afirmativa de acesso que constitui como uma prática referente a luta pela igualdade de oportunidade, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médios públicos, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

---

<sup>4</sup> A conferência de Durban foi a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas, realizada em 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

O principal objetivo da ação afirmativa para as pessoas negras é combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica. Outra meta importante é introduzir mudanças de ordem estrutural e de convivência entre os chamados “diferentes”. Em nossa perspectiva, a questão da “convivência entre os (as) diferentes” como introdutora de mudanças de ordem estrutural só faz sentido quando se desconstroem as estruturas da igualdade (DA SILVA, 2003, p. 21).

Veementemente Kabengele Munanga (2001) é um dos autores pioneiros na defesa da implantação das ações afirmativas no ensino superior, para ele a política de cotas é um mecanismo de reparação histórica, visto que o preconceito racial sempre existiu no Brasil, “O racismo contra negros não recuou nos Estados Unidos. Mas hoje, graças ao conhecimento adquirido com cotas, eles tiveram uma grande mobilidade social, jamais conhecida antes” (MUNANGA, 2001, p. 41).

As políticas de ações afirmativas<sup>5</sup> contribuíram para o crescimento do número de estudantes matriculados nas instituições públicas federais cresceu 232% em relação aos anos de 2000 a 2010 (RETRATOS DO NEGRO NO BRASIL, 2014). Ao ponderarmos os dados do Censo da Educação Superior de 2013, são 743.821 estudantes negros cursando uma universidade e 268.542 cursando instituições públicas federais (HERINGER, 2014).

A ação afirmativa de acesso no ensino superior, mesmo que seja um grande avanço, para que as universidades públicas tenham mais estudantes negros e pobres, é preciso o reconhecimento de que a luta não foi findada, isso porque, depois que os estudantes ingressam na universidade, existem questões que perpassam pela permanência desses estudantes e é exatamente nessa questão da permanência que a universidade deve criar mecanismos para que esses estudantes consigam permanecer no ensino superior, adentrando os espaços de ensino, pesquisa e extensão (SANTOS, 2009).

Então, em 4 de abril de 2010 foi sancionada a lei nº 10.861 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dispõe em seu artigo 1º sobre a oferta e expansão no aumento da Política de Assistência Estudantil nas universidades. Logo, todas as Universidades Públicas Brasileiras devem ofertar políticas de assistência estudantil, para a garantia da permanência dos estudantes em vulnerabilidade social e econômica no ensino superior.

---

<sup>5</sup> As políticas públicas de ações afirmativas são medidas especiais e temporárias de caráter reparatório tomadas pelo Estado para a garantia da inclusão social.

A conservação das políticas de ações afirmativas no ensino superior, possui um simbolismo assumido pelo Estado Brasileiro, de que é preciso solucionar os problemas de desigualdades educacionais do país, comprometendo-se com a educação e a universidade se colocando como um dos caminhos para o início da formação e transformação da realidade social da população negra, historicamente boicotada pela sociedade brasileira.

## **O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E OS CURSOS DE ALTO PRESTÍGIO SOCIAL**

Conforme dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria da população do país é negra, somando-se 97 milhões de pessoas. De acordo com os dados, são 191 milhões de brasileiros, 91 milhões que se declararam brancos, 97 milhões de pretos e pardos, dois milhões amarelos e 817 mil indígenas.

O IBGE inclusive em 2017, divulga dados da taxa de analfabetismo entre a população branca era de 4,0% enquanto a da população negra era de 9,3%, as mulheres possuíam em média 6,8% já os homens 7,1%, no Nível Superior a população de 25 anos ou mais se apresentava em 22,9% de pessoas brancas, sendo 9,3% de pretos/pardos. Mediante a evidência quantitativa da maioria da população ser da raça negra, está maioria não está presente no ensino superior conforme dados.

O cenário da educação superior no Brasil se modifica com a expansão e democratização do acesso ao ensino superior, valendo destacar o crescimento voltadas as instituições de nível superior público. Dilvo Ilvo Ristoff (2014) ressalta que “[...] o crescimento se manteve constante e, no período assinalado, ocorreu em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar visceralmente associada à democratização do campus brasileiro [...]” (p.724).

Continuando a citar Ristoff (2014) ao realizar uma análise de perfil sócio econômico dos estudantes de graduação, a partir do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), explana em seu trabalho que o cenário universitário Brasileiro abrange uma camada branca, considerando o 20% mais branco que a própria sociedade brasileira. Cursos como de Medicina Veterinária, Medicina, Psicologia, Odontologia e Direito possuem maior ingresso da população

branca, entretanto o autor salienta que as políticas públicas auxiliam na diminuição deste cenário.

Embora muito lentamente, o curso de Medicina torna-se a cada edição menos branco, auxiliado em grande parte pelo Prouni e pelo Fies, nas IES privadas, e pela Lei das Cotas, nas Instituições Federais. O que se observa na Medicina com relação à presença de estudantes brancos pode ser de forma muito mais acentuada em todos os cursos de graduação. No curso de Psicologia, por exemplo, o percentual de brancos diminui 7% somente no último ciclo, passando de 73% para 66% (RISTOFF, 2014, p. 731).

Conforme os dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que 9% dos jovens negros entre 18 a 24 anos estavam no ensino superior, entretanto jovens da mesma faixa etária da raça branca, os dados mostram que este número aumenta para 25,6%. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) concluiu que apenas 6,13% concluíram seus cursos, enquanto esse percentual é ainda menor com 2,66% para os negros que cursam medicina.

A Flacso/Brasil, em 2013 publica um estudo que destaca que a Medicina é a única área das 47 estudadas por eles, a qual seus estudantes haviam enriquecido com a mesma. (RISTOFF, 2014). A medicina é um curso de alto prestígio social, juntamente com outros cursos da área de saúde, engenharias e direito, foram o grupo de cursos considerados de branco.

Os cursos considerados de alto prestígio social que emergem na educação superior no Brasil, Delcele Mascarenhas Queiroz (2001) realizou uma investigação sobre as profissões ao mercado de trabalho de prestígio social, considerando os cursos da Universidade Federal da Bahia, Queiroz classificou as carreiras como de alto, médio alto, médio baixo e baixo. Os cursos na pesquisa considerados de alto prestígio social são Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Ciências da Computação, Engenharia Elétrica, Psicologia; Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Engenharia Química.

A pesquisa de Queiroz trouxe contribuições para a denúncia das segmentações raciais na universidade em relação à inserção estudantil por cursos, bem como abre caminho para outras pesquisas que venham aprofundar questões e constatações do estudo realizado. Além de fortalecer a importância de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, alerta para as questões de desigualdade na universidade, sobretudo, na especificidade do acesso aos cursos tidos como de alto prestígio social. As desigualdades entre segmentos sociais, na perspectiva de Queiroz, intensificam-se na medida em que se elevam os graus

de escolaridade. Por isso, a autora considera o ensino superior um campo importante para examinar a atuação do sistema de ensino, no que tange à reprodução das desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2017, p. 19).

Os cursos de Medicina e Direito historicamente representam a elite brasileira. O alto prestígio social vincula-se com a forma a qual está estruturada a sociedade, chamados de “profissões imperiais” (VARGAS, 2010).

Pode-se dizer que o prestígio das carreiras se forma pelo agregado de seu valor simbólico e de mercado, refletindo em cursos de acesso mais disputado. Essa disputa, por sua vez, revela forte caráter de seleção social, observado, por exemplo, nos quesitos renda e cor do alunado (VARGAS, 2010, p. 5).

Os cursos de alto prestígio social, portanto, se relacionam com o contexto histórico e a construção social, vinculados às demandas das classes altas brasileiras, os cursos de alto prestígio social no mercado de trabalho são aquelas que possuem maior remuneração. Neste sentido, aqueles que possuem melhores oportunidades, qualificações educacionais, adentram nestes cursos e formam-se em cursos de doutor.

## **É POSSÍVEL PENSAR MULHERES NEGRAS, ENSINO SUPERIOR E CURSOS DE ALTO PRESTÍGIO SOCIAL?**

As mulheres historicamente são socializadas culturalmente para a atuação de tarefas da esfera íntima, relacionadas a maternagem, cuidado e serviços domésticos, enquanto os homens estão voltados aos espaços públicos como política, poder, produção, etc., evidenciando as desigualdades de gênero no campo social. As mulheres negras, sobretudo, estão bem mais à margem que as mulheres brancas, principalmente quando se trata de questões educacionais.

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desagradadas” deviam ser controladas (HOOKS, 1995, p. 469).

Raça e Gênero são categorias instituídas por construções sociais aprendidas a partir das instituições sociais. Na história da educação no Brasil, as

categorias raça e gênero estiveram negligenciadas pela perpetuação da ideologia hegemônica dominante machista e racista, que acompanhadas da desvalorização e precarização do trabalho das mulheres negras, que aliás são pensadas socialmente para os serviços subalternos. O controle das mulheres negras num âmbito profissional, adentrando o imaginário brasileiro de mulheres negras estereotipadamente em lugares de subalternidade profissional e sexual.

De acordo com Lélia Gonzalez (1979), a mulher negra é vista apenas a partir de dois tipos de qualificação, a doméstica e a mulata. A educação para a população negra, sobretudo para as mulheres, emerge na necessidade de evidenciar que corpos historicamente subalternizados ditos improváveis em lugares de prestígio social, podem ultrapassar as barreiras impostas pelo racismo institucional, ocupar e resistir através das políticas de ações afirmativas nestes espaços.

A socióloga Kimberle Crenshaw, aponta a intersecção das variáveis gênero e raça (2002), as representações identitárias de gênero e raça, em que a intersecção podem se caracterizar como marcadores de exclusão “[...] repertórios de representação e práticas representacionais, que têm sido utilizados para marcar a diferença racial [e de gênero] e significar o Outro “racializado [e sexualizado] na cultura popular do Ocidente [...]” (HALL, 2010, p. 424), e a forma que as mulheres negras estabelecem estratégias para enfrentar o processo de exclusão, e traçar trajetórias “improváveis”, elas lutando e exigindo suas presenças em espaços políticos e de poder.

De acordo com Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), existe uma naturalização do processo de segregação e invisibilidade das mulheres na sociedade, sendo classificadas e sub julgadas perante as instituições sociais que formam o contexto social. De fato, uma sociedade machista, a qual os espaços de poder estão atrelados a presença masculina, negligencia propositalmente a possibilidade de inclusão das mulheres nesses espaços, sobretudo as mulheres negras que ao serem historicamente marginalizadas e postas em espaços subalternos, influenciam as trajetórias de muitas gerações e perpetuando uma ordem.

Em relação a presença de mulheres no Ensino Superior, de acordo com dados do IBGE (2018), levantados pela pesquisa “Estatística de gênero-indicadores sociais das mulheres no Brasil”, aponta que as mulheres estudam mais que os homens. O percentual de homens de 25 a 44 anos de idade que terminaram

a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres na mesma faixa etária de idade é de 25,5%. Entretanto, as mulheres brancas que possuem o nível superior completo são de 23,5%, enquanto de mulheres negras (pretas e pardas) é de 10,4%. Nota-se que o percentual de mulheres negras com ensino superior completo é menor e isto é explicado por razões históricas e sociais.

O Ensino Superior se torna uma possibilidade de ascensão social, sobretudo em cursos considerados de alto prestígio social. O processo de acessibilidade das mulheres negras ao ensino superior, inicialmente em cursos ligados ao cuidado, em áreas como a Educação e Saúde, entretanto, nas últimas décadas os cursos de prestígio social, como Medicina, Arquitetura, Engenharia e Direito vêm sendo mesmo que de forma tímida, em comparação com o acesso masculino nesses cursos, um avanço significativo, partindo do pressuposto que as mulheres negras não são pensadas socialmente nestes lugares. Ao adentrar nestes cursos de prestígio social, as mulheres negras rompem a lógica e a quebra do paradigma profissional. (QUEIROZ, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Karl Marx e Friedrich Engels ao sintetizar a concepção de materialismo histórico-dialético, há a defesa da luta de classes no contexto capitalista em prol da justiça social. “[...] A história de todas as sociedades que já existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes [...]” (MARX; ENGELS, 1999, p.7). A educação neste contexto capitalista toma como mola propulsora para as camadas populares de melhoria de condições de vida. A universidade pública neste aspecto, emergindo em uma sociedade baseada no racismo é um mecanismo de ascensão social e critério de exclusão social.

A era das ações afirmativas de acesso e permanência estampou como tema de diversas produções científicas e nos informou que a obtenção de um diploma de nível superior possui uma das maiores taxas de retorno para o indivíduo, é, portanto, na universidade, a busca pela mobilidade social (SILVA, 2003, p. 59).

O presente trabalho é apenas um estudo inicial e de caráter exploratório e sua continuidade está relacionada a meu trabalho de conclusão de curso. No trabalho se coloca a constatação que a presença das mulheres negras no ensino superior é uma realidade e a existência desse dado possui um caráter político para

a comunidade negra no Brasil. A ampliação de mulheres negras no ensino superior é importante e necessária, se pensarmos que elas correspondem a 25% da população brasileira (IBGE, 2010) e historicamente são reprimidas para que não sonhem em ocupar ambientes de prestígio social. Como evidenciado no trabalho, elas não são pensadas historicamente e socialmente em cursos de alto prestígio, e por isso, o movimento instaurado pelas políticas públicas de ações afirmativas como a reserva de vagas no ensino superior e o programa de assistência estudantil são muito importantes para que a universidade enquanto instituição social esteja transformando.

A condição da mulher negra na sociedade brasileira em sua perspectiva histórica, política e cultural se estabelece a partir dos resquícios coloniais, escravocratas e sexistas. A herança que as desigualdades e discriminações apontam e estabelecem na mulher negra são violências simbólicas. Contudo, pensar que o movimento negro brasileiro luta desde o século passado por melhores condições no mercado de trabalho, na educação, saúde, segurança pública para a população negra e que atualmente a entrada de mulheres negras na universidade em si, é fruto dessa luta, sem dúvidas é de se orgulhar e ao mesmo se indignar pelo fato, de ainda estarmos lutando por direitos que o Estado Brasileiro, que em seu artigo 5º da Constituição Federal, afirma que “todos somos iguais perante a lei”.

Ser mulher negra na sociedade brasileira, é carregar na própria pele a dor da cor. A dor que se reveste em munição para resistir às adversidades que a raça e gênero impõem. Elas ao adentrarem o espaço acadêmico invadem e contemplam a mulher negra fora do lugar, elas se deslocam fora do lugar que a sociedade estabelece ser “o lugar do negro”. Se colocar como mulher negra em cursos de alto prestígio, ao acessarem e permanecerem neste espaço e se formarem como engenheiras, médicas e advogadas é uma conquista coletiva. O diploma como instrumento de resistência. Um instrumento de luta.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

ATCHE, Ana Cláudia dos Reis. **Política de ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

**(UFRB) no período de 2006- 2012. 2014.** 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

\_\_\_\_\_. (1955), **As Elites de Cor: Um Estudo de Ascensão Social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em 10 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso: 27 fevereiro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura, In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p. 30-70.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão e do fracasso escolar. In: QUEIROZ, D. M. et. al. (Org.). **Educação, racismo e anti-racismo.** Salvador: UFBA, 2000. p. 193-219.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revistas Estudos Feministas:** Florianópolis, semestre 1, 2002.

DECLARAÇÃO, DE DURBAN E. PLANO DE. AÇÃO. In: **III Conferência Mundial de Combate Ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** 2001. Disponível: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_durban.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf). Acesso: 10 março. 2019

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFA, 2008.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia.** São Paulo: Unesp, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por Emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

HERINGER, Rosana R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tomo**, n. 24, p. 9-45, jan/jun, 2014.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n.2, p.464-478,1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de gênero- indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados sobre o censo 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?). Acesso em 16 de julho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados sobre o censo 2016**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?) Acesso em 16 de julho de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. MEC. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior: 1991-2012**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rocket Edition, 1999. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 20 julho de 2019.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MUNANGA, Kabengele, Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e Preconceito racial de origem. **Tempo Social**. São Paulo. v. 19. n.1. nov 2006. p. 200-300.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16.n.3, p.887-896, Set/Dez, 2008.

OLIVEIRA, Soraia dos Santos de. **Afiliação Universitária: Trajetórias de estudantes cotistas e não cotistas em cursos de alto prestígio social na Universidade Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. 302 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RETRATOS DO negro no Brasil. **Rede Angola**, Luanda, 24 out. 2014. Disponível em: <http://www.redeangola.info/multimedia/retrato-dos-negros-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

REIS, Dyane Brito. Do mito ao fato: um apanhado histórico dos estudos sobre relações raciais e desigualdades educacionais. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. x/x, 2009.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 19, p. 723-747, 2014.

SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA. Martins Fernando Luiz. **Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra as desigualdades raciais**. Coleção políticas da cor. Ed. DP & A, 2003.

SILVA, Ana Célia da. **Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei nº10.639/03**. Salvador: Hetera, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**, São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Para além das cotas: contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras**. Jundiaí, Paco Editorial:2016.

VARGAS, Hustana Maria (2010). **Aqui é Assim: tem curso de rico pra continuar rico e curso de pobre pra continuar pobre**. Apresentado na 33ª Reunião da ANPEd, GT 14 Caxambu, 02 de outubro a 05 de outubro. Internet/endereço: [www.anped.org](http://www.anped.org).

## IDENTIDADE PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS MUDANÇAS DO TRABALHO GRÁFICO

### PROFESSIONAL IDENTITY AND EXPERIENCE FROM THE CHANGES IN GRAPHIC WORK

*Marcela de Aquino Bezerra Silva* \*

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

#### RESUMO

As mudanças no setor gráfico a partir do contínuo aperfeiçoamento da técnica e da automação tecnológica no trabalho enuncia determinada crise na identidade do trabalhador gráfico que tem como base a experiência dos saberes tradicionais fincados na autoria de obra artística e de uma trajetória política que perpassa a memória coletiva dessa categoria profissional. É percorrendo as narrativas da trajetória de vida que se almeja principiar uma discussão sobre a resistência do sujeito gráfico envolta na contraditória natureza de seu trabalho frente a uma nova era da informatização.

**Palavras-chaves:** identidade profissional; experiência; proletarização; resistência; trajetória de vida.

#### ABSTRACT

The changes in the printing sector from the continuous improvement of the technique and the technological automation in the work enunciates a certain crisis in the identity of the printing worker that has as its basis the experience of traditional knowledge based on the authorship of artistic work and a political trajectory that goes through the collective memory of this professional category. It is through the narratives of the trajectory of life that we aim to begin a discussion about the resistance of the graphic subject involved in the contradictory nature of his work facing a new era of computerization.

**Keywords:** professional identity; experience; proletarianization; resistance; life trajectory.

\* Graduanda em Ciências Sociais - Licenciatura, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo (2014), com estudos em Comunicação Sindical. Atualmente é Bolsista de Cooperação Técnica FACEPE - Projeto Inovação no Laboratório Multiusuários de Humanidades (MultiHlab), da Fundação Joaquim Nabuco. Seu interesse de pesquisa se concentra nas áreas de Teoria Social, Ensino da Sociologia e Sociologia Brasileira, com ênfase nos seguintes temas: epistemologia, ciência e tecnologia; identidade, experiência e cultura política; patriarcado e formação social, cultural e política do Brasil. Contato: marcela.bezerrasilva@ufpe.br; marcellaeu91@gmail.com

Artigo Recebido em: 21/03/2019. Aceito em 10/07/2022.

## INTRODUÇÃO

A categoria gráfica é reconhecida historicamente por estar na vanguarda das lutas pelos direitos sociais e políticos da classe operária quando da incipiente industrialização brasileira. Herdeiros de Gutenberg, trabalhavam com prensas e tipos móveis para compor um texto dessacralizado junto aos ruídos dos prelos antigos e o cheiro de verniz que imprimiam entre eles a imagem do que é ser tipógrafo.

Sua condição de alfabetizado e o trabalho relacionado à disseminação da informação, entre a atividade mental e manual, faziam dele um intelectual operário, distinto dos demais trabalhadores do início do século XX. Esta sua especificidade se esvai com o nivelamento a outros operários a partir do processo de proletarização nas grandes indústrias gráficas. A elevada automação e o uso intensivo da técnica foi responsável pela perda da compreensão da totalidade do trabalho, a expropriação de saberes (expertise) e a perda de autonomia profissional.

Todo um universo consensual de experiências que estruturou o sujeito gráfico de outrora e o qual possibilitava seu reconhecimento se pulveriza com as mudanças de seu trabalho. O uso intensivo de novas tecnologias juntamente à racionalização laboral tem provocado, dentre tantos outros impactos, o desemprego estrutural. A média de trabalhadores gráficos por empresa reduziu 39,2% de 1986 a 2006, enquanto o número de empresas aumentou 117% (LACERDA, 2008).

Em 2014, existiam 606 estabelecimentos no setor gráfico em todo o estado de Pernambuco, dos quais a maioria eram pequenas gráficas que utilizam de 1 a 4 trabalhadores, com uma gradativa evolução de quantidade do porte dessas empresas desde 2006. São 5.571 gráficos distribuídos entre trabalhos de impressão e pré-impressão, serviços de acabamento e os de edição; a maioria do sexo masculino, na faixa etária entre 30 a 39 anos, com nível médio completo, 41 a 44 horas trabalhadas por semana com alta taxa de rotatividade crescente.<sup>1</sup>

Tanto o produto do trabalho quanto o próprio trabalho gráfico perdem, assim, seu caráter artístico assentados nos saberes tradicionais singularizados

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do levantamento feito pelo Dieese sobre o Perfil dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Pernambuco de 2006 a 2014.

pela experiência. A reprodutibilidade técnica da obra gráfica e a racionalização de seu trabalho o expropriam do *savoir-faire*, de seu saber. A experiência do gráfico se estruturou a partir da tradição de saberes sobre o trabalho passado de geração em geração e de seu posicionamento político frente ao mundo social. Com a degradação da experiência na modernidade (BENJAMIN, 1986) há uma ruptura do aprendizado de formas de conhecimento próprias à ontologia social gráfica a partir da descaracterização de seu trabalho.

A existência do gráfico hoje enquanto artista e formador político está ameaçada nos postos ainda ocupados dentro das indústrias “enxutas” com a dissociação da concepção e execução no trabalho e a fragmentação das atividades associadas à apreensão de novas tecnologias, a saber, processos de fotocomposição e impressão offset que dividem fotolito, montador, impressor, tiradores de prova e o setor de acabamento. Assim, parte-se do pressuposto de que a identidade do gráfico está diretamente relacionada ao seu trabalho e às significações por ele produzidas.

Na constituição social das identidades profissionais através da trajetória de vida também se pode entrever uma sociologia das emoções a partir das experiências corporais com os novos instrumentos de produção e ao longo do processo produtivo, os quais tornam obsoleta determinada memória afetivosensorial. “Assim, também ocorre com os distintos ruídos que singularizava a máquina de outrora, transformada hoje em antiquário, os cheiros de tinta e do verniz, cristalizada nas emoções de uma determinada geração de tipógrafos” (FANCELLO, 1995).

Este “pesadelo da amnésia coletiva” (FANCELLO, 1995) que significa as perdas culturais e simbólicas as quais moldam certa identidade põe em risco a existência do pertencimento gráfico e de seu reconhecimento enquanto categoria. O “sentimento de realidade” que os unia através da memória coletiva está se desvanecendo. A perda de saberes e da autonomia de sua arte é considerada como uma perda de identidade cultural (KOURY, 1989) e profissional (DUBAR, 2005)

O objetivo geral desta pesquisa está em fomentar indícios de determinados aspectos de resiliência do processo de crise da identidade gráfica a partir das narrativas e memórias de estudo de um único caso através de trajetória de vida, tendo como pressuposto as mudanças da natureza do trabalho gráfico relatadas

ao longo do artigo; e situar este relato particular nas mudanças materiais do trabalho que afetam o campo subjetivo da experiência e das representações.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Reconstituição histórica: tecendo a memória coletiva**

A tipografia já nasce enredada em conflito para poder se estabelecer nos idos do século XV. Há resistência dos copistas, calígrafos e miniaturistas preocupados com o fim de sua atividade, bem como da Igreja, detentora do monopólio do saber, que viu seu poder abalado e o conhecimento ser secularizado. Nesta época da organização corporativa as artes mecânicas não se dissociavam das “atividades do espírito”, o que só ocorreria com a expansão das universidades.

Nos tempos modernos, as profissões ganham legitimidade social frente aos ofícios em virtude da base racional a qual estavam apoiadas as práticas profissionais. A atividade gráfica antes entendida como ofício e transmitida através do conhecimento prático vai sendo paulatinamente modificada em um processo de profissionalização da aprendizagem em cursos técnicos baseado em uma demanda contínua de competências emergentes com a revolução computacional e a reestruturação de novas técnicas na produção de seu trabalho.

No Brasil, o início da impressão e da tipografia tem origem na clandestinidade com a propagação de ideias libertárias na colônia antes da vinda da Coroa Portuguesa, que propiciou a gestação de revoltas populares e insurreições (LACERDA, 2008). É através do trabalho político do tipógrafo pela impressão de jornais grevistas e de periódicos de outras categorias no século XX que se caracterizou um aspecto central de sua identidade, sua politização na e pela arte gráfica.

As primeiras associações classistas exemplificam como se viam, se autodenominavam e o sentimento de orgulho que tinham da natureza de seu trabalho. Eram conhecidas em 1901 por “Conciliação e Abrigo dos Artistas Gráficos” e em 1928, como “União Syndicalista dos Artistas Gráficos de Pernambuco”.

Antes vista como arte gráfica, esta concepção entra em desuso ao ser empregada às atividades industriais no qual a racionalidade técnica não se

coaduna com a essência do artesanato, como mencionado pelo sociólogo Weber (apud FANCELLO, 1995, p.16-17). Assim, a maior reprodutibilidade técnica de uma obra gráfica faz com que ela se distancie das condições únicas que a produziram, provocando a destruição de sua aura (BENJAMIN, 1987) bem como da condição de artista do gráfico pelo uso intensivo da técnica. O gráfico acaba por ser expropriado de seu patrimônio sócio-histórico cultural com a substituição da fase artesanal de compor tipos, no qual tinha a autoria e reconhecimento de sua produção, para o trabalho mecanizado e opaco, sem qualquer identificação.

No Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Recife, surgido a partir da União Typographica em 1891, é constatada a primeira linha demarcatória na identidade do sujeito gráfico com a introdução do linotipo, tecnologia mais avançada em 1920. Os novos acessórios e vestimentas passam a distinguir os linotipistas do restante dos gráficos, os quais não desejavam a divisão da classe. Com a introdução da offset nos anos 90, ocorre nova demarcação em que os postos de trabalho da tipografia vão se desvalorizando até o desaparecimento parcial.

A arte tipográfica nasce como fruto dos avanços técnicos da época tendo sido um dos marcos da emergência da modernidade e com o advento de maiores transformações da técnica neste período, é perpassada por crises, constituindo, assim, sua natureza paradoxal. A existência da categoria gráfica e de seu ethos com raízes na tipografia está de forma constante em conflito e resistência a partir da acelerada modernização caracterizada pelo aperfeiçoamento tecnológico, a racionalização das tarefas e uma acentuada divisão social do trabalho. O núcleo da sua constituição identitária encerra em si um conflito primário no qual este sujeito emerge no seio da modernidade e através dela consiste a ameaça de seu desaparecimento.

## **2.2 Identidade e experiência no processo de proletarização**

O gráfico não é visto mais como artista. De artistas gráficos passaram a ser técnicos da indústria gráfica. A alteração na linguagem aponta já para indícios de configurações na vida representativa advinda da dimensão social. “Com o desaparecimento de um signo, ou um nome para determinado objeto, se bane

certos sentimentos, certos tipos de relacionamento, uma maneira de julgá-lo e, conseqüentemente, de nos julgarmos a nós mesmos” (MOSCOVICI, 2007).

O sujeito gráfico antes dotado de faculdades de beleza estética pelo trabalho artesanal a exemplo de habilidades e tomada de decisão no uso de tintas, de quais tipos (fontes) compor um texto e de que forma será o acabamento final de seu produto (não mais visto como obra com autoria) passa a ser destituído da posição de artista gráfico pela composição eletrônica e impressão a laser. Com a domesticação e docilização dos corpos operários, que se traduzem em movimentos constantes, repetitivos e uniformes em dispositivos técnicos, o gráfico sofre um processo de degradação de sua humanidade. O trabalho agora passa a objetificá-lo como se fosse apenas um apêndice da máquina e não sujeito de um processo criativo que requer habilidades de um executor que concebe sua ideia estética autoral.

As condições de trabalho totalmente novas e inesperadas impõem uma adaptação difícil e muitas vezes impossível: além dos salários muito abaixo dos anteriormente recebidos, os saberes até então necessários e valorizados são tidos como superados; a experiência do profissional é deslocada; seu lugar frente à máquina é agora outro.” [...] Outro trabalhador afirma que a automação “dizimou a nossa categoria”, apontando para um processo não apenas de ordem material (a extinção da profissão em si), mas também moral, no sentido da desarticulação política e do esvaziamento da influência e da identidade (LÓPES, 2011, p. 2).

Com a destruição das tipografias, que permitiam maior autonomia e uma compreensão da totalidade do processo gráfico, há a pertinência do debate entre a desqualificação do trabalho e a desqualificação do trabalhador. “Uma posição pode ser desqualificada, mas o trabalhador é absorvido em outras tarefas especializadas criadas pela mudança de tecnologia” (DINIZ, 1988, p.170). Mesmo havendo essa migração a partir de uma atualização de saberes técnicos e a abertura de novos campos de atuação, o processo de proletarização retira a valorização e o reconhecimento do trabalho gráfico.

A nova fragmentação com a acumulação flexível do capital iniciada na década de 70 acontece pela realocação da força de trabalho nas micro e pequenas indústrias, às vezes, como unidades interligadas em espaços transnacionalizados ou pela subcontratação às empresas de maior porte (HARVEY, 2006). Outra transformação a ser incrementada no setor gráfico foi a liofilização do trabalho, termo cunhado por Juan Castilho (*apud in* ANTUNES, 2003) que expressa a

substituição do trabalho vivo da mão-de-obra operária pelo trabalho morto a partir da crescente implantação do maquinário informatizado na produção, diminuindo o número dos trabalhadores e o porte das empresas.

Uma das contribuições do interacionismo simbólico que interessa para a definição da profissão é defini-la como um meio de socialização a partir da “construção lenta e gradual de um código simbólico” (DUBAR, 1997, p. 32). Um grupo dotado de regras, interesses e uma linguagem comum, além de uma representação do mundo inscrita de valores e significações formam um saber legítimo que permite o reconhecimento entre seus membros e uma diferenciação em relação a outras categorias profissionais que são essenciais na construção de sua autoimagem. Nesse ponto de vista abordado pelo autor, o trabalho e a profissão contribuem para a constituição de uma identidade profissional.

A articulação do processo biográfico, sobre o que o sujeito é e visa ser, e o processo relacional sobre a atribuição do outro, é o que define a identidade social com a atribuição de papéis, sua identificação e incorporação. Os grupos de pertença e de referência influenciam na caracterização social dos perfis identitários permitindo a elaboração de subjetividades singulares e a inserção no grupo social específico. Mas o sentimento de pertencimento só pode ser reforçado de acordo com o processo relacional e a identidade coletiva estimulada pela participação nas atividades grupais.

O grupo profissional é portador verdadeiramente de uma identidade coletiva (DUBAR, 1997) e existe como ator social criado em um sistema de ação concreta que produz e se reproduz de acordo com os condicionamentos históricos e culturais. É no contexto organizacional em que há a emergência de identidades como dinâmicas práticas em construção permanente ao integrar uma matriz de aprendizagem. É nesse âmbito onde é formada a tipificação, ou seja, a demarcação e delimitação do lugar identitário normalmente partilhado sobre si mesmos.

Uma parte importante da identidade profissional é forjada pela experiência durante as práticas laborais e a interação com outros profissionais em uma permanente tensão e negociação entre a identidade atribuída pelo outro e a identidade para si (DUBAR apud SANTOS, 2005). O conceito de experiência em Benjamin dialoga com a constituição da identidade social na Sociologia das Profissões enquanto conhecimento produzido através das práticas e de linguagens

comuns entre a vida particular do indivíduo e os referenciais de uma vida coletiva na comunidade em que está inserido.

É através da reconstituição da experiência autêntica para as presentes e futuras gerações que se está ancorada e na qual se é revivificada a autoridade dos saberes e das lutas passadas que constituem o ethos gráfico. É esta categoria benjaminiana que relaciona a formação identitária dos gráficos com sua cultura profissional e política a partir da socialização. “Na verdade, de que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela?” (BENJAMIN, 1986, p.196).

As novas formas de organização e de sociabilidade no trabalho que surgiram com o favorecimento da técnica propiciaram a pobreza da experiência. Essa miséria se constitui da impossibilidade de transmitir um conhecimento que traz um componente de aprendizado consigo, aquilo que a técnica conseguiu assimilar e no qual descaracteriza tudo ao qual têm acesso. A modernidade professa um tipo de pobreza exemplificada na “cultura do vidro” para o autor da Teoria Crítica, que não comunica nada, não deixa vestígios e rastros sobre a identificação do sujeito e de sua reflexividade, bem como sobre sua história.

O homem moderno já destituído de tradição vivencia uma saturação e explosão de estímulos imediatos que são incomunicáveis e não passíveis de produzirem um efeito mnemônico, e, diga-se de passagem, o homem moderno imerso nas novas e contínuas formas de organização do trabalho. É a experiência do choque como nomeia Benjamin e de uma experiência inautêntica correlacionada às vivências do indivíduo isolado, mesmo dentro dos grupos profissionais de referência.

### **2.3 Análise narrativa de trajetória profissional: o que ela comunica?**

O método qualitativo utilizado se baseia na história de vida que tece correlações entre o relato particular do indivíduo e a socialização em seus lugares de trabalho e formação, nas suas relações com o maquinário, com a técnica e com os outros gráficos. Objetiva-se dessa forma reconstituir o sujeito gráfico no recorte histórico selecionado a partir da tessitura de suas impressões, dos significados, olhares, sentimentos, memórias, e principalmente dos sentidos que inscreve em

sua marca identitária bem como a re-tradução do social em sua experiência na maneira própria de narrar os fatos.

A maneira como o indivíduo conta oferece o acesso a outras dimensões, como ao sociológico, a ponte entre sujeito/coletivo. Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido (BARROS; NOGUEIRA; SILVA, 2007, p. 8)

Portanto, a vantagem está na aproximação da construção identitária e subjetiva do indivíduo, da afirmação da identidade a partir do relato biográfico e da articulação entre o social e o psicológico (BARROS; NOGUEIRA; SILVA, 2007). Essa abordagem biográfica aproxima-se da capacidade de rememoração benjaminiana com a história entendida nesse revisitar o passado para contribuir na reconstrução de experiências ainda possíveis na modernidade.

Rememoração como o desejo de ausências, de perdas e destruições na busca própria dos “construtores implacáveis” (BENJAMIN, 1986) que cria algo desse novo experimentado na condição social contemporânea a partir da enunciação. “A experiência de relatar sua história de vida, oferece àquele que a conta uma oportunidade de (re)-experimentá-la, re-significando sua vida – o que implica numa dimensão ética do estudo” (BARROS; NOGUEIRA; SILVA, 2007, p. 07)

Outra vantagem desse método está em viabilizar um instante em que este indivíduo possa ser narrador de sua história transformando essas vivências “incomunicáveis” em uma construção de saberes a ser registradas sobre a identidade gráfica. A coleta de dados foi realizada em 2019 através de entrevista com o trabalhador Diogo Barros Silva, com mais de 30 anos de experiência no setor gráfico, sob a intermediação do Sindicato das Indústrias Gráficas de Pernambuco, incentivada e realizada para um projeto de maior abrangência sobre os trabalhadores de Pernambuco pelo Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais (NUDoc) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Sua trajetória inicia no acabamento manual e como encadernador aos 15 anos de idade, no curso profissionalizante da Escola Dom Bosco, localizada na época no bairro de San Martín. O trabalhador conta que quando percebeu a fusão de sua função com o maquinário teve que retornar à Escola de Referência em seu ofício a fim de aprender a composição tipográfica e, com a mudança tecnológica

para offset, se capacitou para a aprendizagem de fotolito que tinha como intuito compor sua própria chapa para realização da finalização e impressão. Em pequenas gráficas, aprendeu a ser polivalente conhecendo todo o processo que ele nomeia como “formação nas artes gráficas” e, hoje, lamenta por não mais existirem cursos que capacitem para a evolução do mercado gráfico.

*Quando começou a findar a arte tipográfica, começou a entrar o processo de offset. Então, eu tive necessidade de correr novamente para o Dom Bosco. Você está vendo que o Dom Bosco era uma referência para gente antigamente, era uma escola de profissionais que era uma referência. (DIOGO, 2018)*

Hoje é encarregado do parque gráfico de uma editora de grande porte em Recife por causa de seu conhecimento das distintas etapas do processo produtivo gráfico adquirido no curso da Dom Bosco. Essa era a formação destinada aos filhos da classe trabalhadora e a grande população negra dos bairros periféricos. O curso profissionalizante tornou-se um “legado” de sobrevivência, junto a carreira no Exército, para as camadas mais pobres poderem ter uma profissão<sup>2</sup> e fonte de renda. *“Todo homem naquela idade completando 15 a 16 anos tinha que passar pelo Dom Bosco. Tinha que fazer um curso profissionalizante porque era obrigado pelos pais”*, ressalta Diogo.

O maquinário tecnológico atual tem sido uma das dificuldades para as novas gerações que não tem mais escolas de referência no qual os trabalhadores atuais possam apreender o saber técnico e social do “ser gráfico” na constituição de sua formação, nem como atualizar aqueles que permanecem até hoje na mesma função, que está se extinguindo com sua obsolescência.

*Dom Bosco não tem. Se eu não estou enganado, só tem uma salinha com acabamento, mas é coisa interna de menor aprendiz, bem diferente do que a gente tinha. A gente tinha quase 250 alunos, manhã e tarde. Hoje, só se resume a uma salinha de nada com um curso com 12 pessoas. [...] Mas, não se faz uma formação como se fazia antes. Você começava nas artes gráficas, a encadernação até hoje no offset. Seria um ano e seis meses, seriam vários setores como acabamento, tipografia, offset. Passava 3 a 4 meses em cada setor desses. E no ano seguinte, você escolhia aquilo que você queria fazer. (DIOGO, 2018)*

---

<sup>2</sup> Assim era visto o ofício de gráfico para o entrevistado que não tinha oportunidades de ingressar no curso superior

Assim, a ameaça para uma nova geração gráfica está associada a uma tendência de extinção de colégios de referência profissional nos moldes existentes dos anos 80. O Dom Bosco servia como um grupo de pertença na transmissão de saberes e de uma linguagem e sociabilidade própria aos gráficos a partir de uma formação guiada pela experiência e inquietude inerente a sua ocupação.

Esta última característica de adaptação foi considerada por Diogo essencial para se manter como gráfico, resistindo ao processo de modernização, associada à expressão “*enxergar o amanhã*” para não se tornar um trabalhador descartável com o desemprego iminente e a extinção de certas práticas usuais, elementos esses que vinculam a trajetória pessoal da personagem a uma identidade profissional gráfica.

*Talvez não conheça o processo tecnológico de produzir um livro digital, mas tu já conhece todas as ferramentas; conhece aquilo ali. Tu pode ser aproveitado na própria empresa que tu trabalha, você não vai ser descartável. Essa é uma visão que vocês têm que ter - enuncia a um dos colegas gráficos. (DIOGO, 2018)*

A experiência do gráfico que tinha como base a inquietação e o ser visionário como valores importantes frente às mudanças radicais do mercado são indícios de resiliência em uma crise e transformação contínua do trabalho gráfico. Segundo Diogo, só consegue a vaga para seu atual cargo hoje em dia com formação superior, por isso aconselha a nova geração procurar novas formas de capacitação transmitindo, com isso, sua experiência, e contraditoriamente, cômico de que somente a experiência relativa às práticas não consegue suprir as exigências dos novos tempos. “*Se não tiver um "canudinho" hoje debaixo do braço, tu não consegue nem a função de encarregador hoje. E pra ter um canudinho como referência, experiência hoje não vai dar não.*” (DIOGO, 2018)

A arte gráfica também é afetada pelo novo contexto social do que se convencionou nomear de sociedade da informatização em que as indústrias digitais engolem as mais convencionais, com os novos hábitos de consumo e de segmentação no mercado. Diogo admite que a arte gráfica se perdeu, bem como sua autonomia com a desvalorização de certas funções e papéis profissionais nessas novas indústrias.

*Perdeu-se. Eu trabalho dentro de uma empresa que tem todo o equipamento alemão; são oito máquinas de impressão offset, todo o parque gráfico é moderno e a gente saiu de operador de*

*acabamento e de impressor offset a um simples operador. Então, hoje você aperta um botão e a máquina faz tudo. (DIOGO, 2018)*

Apesar do medo contínuo de se tornar um trabalhador descartável ao longo de sua jornada profissional, ele enfatiza que em nenhum momento pensou em abandonar sua ocupação e mudar de área, a exemplo da migração do reconhecimento das artes gráficas para o designer gráfico, mencionado na necessidade de formação superior. Apesar de todos os obstáculos, o que gratifica a sua permanência no setor gráfico é ter seu trabalho reconhecido ao fazer um projeto autoral e, ao mesmo tempo, coletivo ainda hoje.

*O setor gráfico cativa você. Prende você. (...) é muito emocionante pegar uma folha em branco e no final ver o resultado. E todo mundo: “Oxe, tu sozinho fizesse aquilo ali”. Pô, o cliente quando olha aquilo ali, chega é gratificante demais. (...) É um conjunto de tudo, tem o dedo da pré-impressão, o dedo do vendedor, o dono da gráfica que investiu no equipamento. (DIOGO, 2018)*

No final de sua fala emocionada, ele carrega a angústia de outros tipógrafos que se ressentem em morrer com seus saberes fruto da experiência de outros tempos, apesar da sistemática constante de buscar resistir à lógica do mercado. As dificuldades enfrentadas estão relacionadas às condições de trabalho como o sucateamento do maquinário em muitas pequenas fábricas, sendo apenas oito delas de grande porte aqui em Recife que concorrem entre si com o parque gráfico modernizado.

Outro elemento contraditório em sua narrativa é a crítica ao pouco investimento dos empresários nas novas tecnologias nas gráficas para a concorrência com as grandes empresas que fazem parte dessa nova reestruturação no mercado. Contudo, ele explica que com o tempo e a qualidade cobrados na finalização do produto, as habilidades tradicionais chegam a ser um diferencial. “Aí é que está o artista”, defende. Então, ele deixa claro que é a partir das competências adquiridas durante sua experiência nas gráficas e de sua formação nos cursos profissionalizantes que consegue superar os problemas que a máquina, por si só, não é capaz de solucionar.

## CONCLUSÕES

O recorte analítico abordado permite levar em consideração as tendências de resistência do trabalhador gráfico com as mudanças no trabalho, e em especial, a crise no trabalho gráfico na cidade de Recife, relacionada com a perda gradativa de referenciais na atualidade, que tinha como centro difusor de saberes e de sociabilidade para o setor gráfico pernambucano na década de 80, a Escola Profissional Dom Bosco. Os cursos tentavam se moldar de acordo com as novas situações profissionais exigidas pelo mercado que tem como um dos elementos desenvolvidos, mas não os únicos, a substituição tecnológica incessante e o predomínio da técnica sobre a arte autoral.

Esse ofício ainda resistia com as atualizações constantes, com as antigas competências sendo remodeladas na contínua proletarização e fragmentação do trabalho gráfico. Os grupos de pertença se enfraquecem não só com a extinção de cursos que orientavam a formação profissional, mas de novas sociabilidades na era da informatização, no qual a experiência não tem a mesma relevância de outrora. Tudo isso aumenta a angústia dos trabalhadores gráficos por indicar uma descontinuidade das artes gráficas tal como a conhecemos.

O ethos gráfico é identificado a partir da valorização de um trabalho que necessite das habilidades específicas e criativas do profissional e do processo coletivo na criação de um produto autoral, autêntico, baseado em sua experiência pela qual se sente gratificado em seus remanescentes mnemônicos. Além do gênio da inventividade artística advindos de sua origem e formação, a inquietude para adaptar-se às transformações e prever as tendências do mercado sem ser arrastado pelas reconfigurações da modernização constitui um ponto de ancoragem para o entendimento da natureza gráfica e seu processo de resistência que insiste em perdurar apesar dos novos horizontes.

Com a geração de 80, o ofício gozava de certo prestígio comunicado entre os membros da categoria e da sociedade em geral como artes gráficas, conferindo uma posição relevante a ser ocupada pela grande maioria de gráficos negros de baixa renda; hoje, quase não há mais narrativas produzidas sobre elas. O reconhecimento do fim das artes gráficas pela modernização tecnológica e a necessidade de cada vez mais parques gráficos de última tecnologia na capital pernambucana a fim de colaborar no seu trabalho e aumentar a competitividade com outras indústrias é um dos elementos conflitivos e contraditórios elucidados em sua fala.

Contudo, o conhecimento através dessa geração insiste em perpetuar sua experiência enquanto formas significativas de aprendizagem já em decadência no mundo contemporâneo, mas que ainda representa sua importância válida na composição do trabalho final das indústrias gráficas quando passa a ser um diferencial diante do nivelamento ao trabalho realizado pelo maquinário, resistindo, sobretudo, nas narrativas do orgulho e pertença a certa identidade e categoria reconhecida pela história de vida representada.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Carolyne e Vanessa de; NOGUEIRA, Maria; SILVA, Aline. “**Conte-me sua história**”: reflexões sobre o método de história de vida. Belo Horizonte: UFMG, Mosaico estudos em psicologia, Vol. I, nº 1, p. 25-35, 2007.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Braziliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza In: BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie. Escritos escolhidos**. São Paulo: Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo, p.195-198, 1986.

DINIZ, Marli. Repensando a teoria da proletarização dos profissionais. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 10(1): 165-184, maio de 1998.

DUBAR, Claude. *Para uma teoria sociológica da identidade*. In: **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2005

\_\_\_\_\_. (2012) A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**. vol. 42, n.146, p. 351-367

FANCELLO, Ana Maria Soares de M. **Os Herdeiros de Gutemberg**: Processo Representacional entre os Tipógrafos do Recife. João Pessoa: UFPB, 1995.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Parte II

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Trabalho e técnica- ou como os trabalhadores vivenciam a questão C & T em Pernambuco**. Recife: Aspe, 1989.

LACERDA, Eliana Moreira de. **Os gráficos na sociedade da informação: impactos e efeitos da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, UFMG, 2008.

LACERDA, E. (org.). **Dois Séculos de Luta dos Trabalhadores Gráficos do Brasil**. Curitiba: Maxigráfica, CONATIG, 2009.

LOPES, Tabita. **O fim das artes gráficas? Memórias e Impressões**. São Paulo: Cadernos Cedem, vol. 02, nº 2, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SANTOS, Clara. **A construção social do conceito de identidade profissional**. Coimbra: Revista Interações, nº 8, p.123 a 144, 2005.

A R T I G O

**O MOVIMENTO KPOP EM IMPERATRIZ E A TENSÃO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: tribos urbanas e comunidade de consumo**

**THE KPOP MOVEMENT IN IMPERATRIZ AND THE TENSION BETWEEN THE LOCAL AND THE GLOBAL: urban tribes and consumer community**

**Larissa Lima de Almeida\***

Universidade Federal do Maranhão (UFM)  
<https://orcid.org/0000-0003-2659-1702>

**Emerson Rubens Mesquita Almeida\*\***

Universidade Federal do Maranhão (UFM)  
<https://orcid.org/0000-0003-1047-7577>

**RESUMO**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa exploratória realizada junto aos jovens de Imperatriz, no interior do Maranhão, que se identificavam como fãs ou simpatizantes do Kpop. Partimos do pressuposto de que esse fenômeno de massa está em crescimento naquela cidade e, apesar de se manifestar inicialmente de forma semelhante à tribos urbanas, criando laços de solidariedade entre jovens, sua estrutura gera uma tensão entre essa dita solidariedade e diluição numa comunidade global de consumo. Para analisar essa hipótese analisamos os dados da pesquisa sob luz da teoria de Michel Mafessoli contrastando-a à noção de Indústria Cultural de Adorno e Horkheimer. Nossa intenção foi avaliar em que medida essas duas condições aparentemente antagônicas ajudam-nos a compreender a criação do que chamamos de comunidade de consumo kpop. Elemento que é fruto da tensão identitária gerada pelo processo de globalização.

**Palavras-chave:** kpop; kpopers; tribos urbanas; comunidade de consumo.

**ABSTRACT**

This work is the result of an exploratory research conducted with the young people of Imperatriz, in Maranhão, who identified themselves as fans or supporters of Kpop. We assume that this mass phenomenon is growing in this city and, although initially manifesting in a similar way to urban tribes, creating bonds of solidarity among young people, its structure generates a tension between this solidarity and dilution in a global community of people's consumption. To analyze this hypothesis, we analyze the research data in light of Michel Mafessoli's theory, contrasting it with Adorno and Horkheimer's notion of Cultural Industry. Our intent was to assess the extent to which these two apparently antagonistic conditions help us understand the creation of what we call the k-pop consumer community. This element is the result of the identity tension generated by the globalization process.

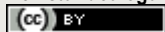
**Keywords:** kpop; kpopers; urban tribes; consumer community.

\* Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Contato: [amlarissa1@gmail.com](mailto:amlarissa1@gmail.com)

\*\* Doutor em Antropologia Social, Universidade de Brasília – UnB, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia – DESOC/UFMA/São Luís - MA. Contato: [emerson.rubens@ufma.br](mailto:emerson.rubens@ufma.br)

Artigo Recebido em: 09/12/2019. Aceito em 21/07/2022.

Revista Idealogando, Recife, v. 4, n. 1, p. 36-57, 2020, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa<sup>1</sup> exploratória realizada junto aos jovens de Imperatriz, no interior do Maranhão, que se identificavam como fãs ou simpatizantes do *Kpop*. Partindo do pressuposto de que esse fenômeno de massa está em crescimento naquela cidade, o que podemos constatar nos números de eventos realizados a cada ano e pelo número de jovens que fazem parte dos *fandoms*<sup>2</sup>, analisamos a difícil caracterização desse movimento. Algumas questões serviram como pano de fundo para nossa investigação, por exemplo, como classificar sociologicamente o fenômeno *kpop* em Imperatriz? Embora autores contemporâneos, como Cortez e Albuquerque (2015), associem o *kpop* à cultura de massa, pensada nos termos de Adorno e Horkheimer (1992) e à ideia de indústria cultural, entendemos que na cidade de Imperatriz, talvez por sua incipiência, a associação de jovens em torno do *kpop* se assemelha mais a um tipo de tribo urbana, conforme pensou Mafessoli (1998). Diante disso, perguntamo-nos como um fenômeno de massa pode influenciar na construção de identidades locais e quais os desdobramentos disso. Apresentamos nossas inquietações adquiridas ao longo da pesquisa nesse trabalho em três etapas, a) fazemos uma breve contextualização do fenômeno *kpop*, b) apresentamos como o *kpop* está presente na cidade de Imperatriz, e; c) realizamos algumas considerações acerca do problema, visando responder algumas questões, mas sobretudo indicar caminhos futuros para o aprofundamento desse campo de pesquisa que em Imperatriz, assim como o *kpop*, é ainda muito incipiente.

## CONTEXTUALIZANDO O KPOP: ANTECEDENTES

A história da música é complexa. Ela assume diferentes formas e características em diferentes épocas e lugares. Grout e Palisca (1988, p. 54) afirmam, por exemplo, que a história da música ocidental começa associada à rituais da igreja cristã, desenvolvendo-se a partir daí. Ao estudar a história da

---

<sup>1</sup> A pesquisa teve como objetivo subsidiar a feitura do trabalho final de curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Foram realizadas várias inserções à campo, entre os meses de março até outubro de 201 que constituíram o escopo do trabalho.

<sup>2</sup> Fandoms, são como fã clubes organizados que adotam um artista ou banda para seguir.

música é necessário adquirir algumas noções acerca dos estilos e gêneros musicais dos diversos períodos históricos. Segundo Nietzsche (1989) “sem música a vida seria um erro”, só que esta não se faz sozinha, pessoas por trás desta arte se transformam e por ela são transformadas. Poderíamos considerar que a música é fenômeno social universal, ela está presente em todas as culturas nas mais diferentes épocas históricas. Em acordo com Mauss (2006), entendemos que a música tem as características de um *fato social total*, manifestando-se sob influência e influenciando todas as esferas da vida social de um povo. A música para o povo indígena Tentehar, no Maranhão, por exemplo, não pode ser separada de seus elementos rituais, curativos, festivos, etc. A música no ocidente é multifacetada, difícil de definir, entretanto, podemos afirmar com certeza que a música é um poderoso instrumento de comunicação que ultrapassa a barreira da língua, constitui-se como uma linguagem própria que assume diferentes características conforme sua origem, época e cultura.

Neste trabalho abordaremos apenas uma partícula do universo musical. Dedicamos nossa atenção a uma parte da história da música que nasceu no “distante oriente”<sup>3</sup>. Trata-se do *kpop*, um desdobramento musical da cultura pop coreana que ganhou características amalgamadas de fenômeno cultural, juvenil, político, global, mercadológico, etc. Todas essas dimensões fazem do *kpop* um fenômeno intrigante, que por vias das redes sociais está presente no cotidiano de milhões de jovens pelo mundo afora. Nosso interesse, todavia, restringe-se ao fenômeno *kpop* na cidade de Imperatriz, no Maranhão, onde tem ganhado força. Quem são os *kpoppers*<sup>4</sup>, onde se reúnem, quantos são, como se expressam, como ser um *kpopper* em Imperatriz, são algumas das perguntas que moveram esse trabalho. Antes de avançar, porém, precisamos retroceder um pouco para entendermos melhor esse fenômeno e seus desdobramentos.

Houveram diversas mudanças ao longo da história da música, sem nos preocupar com a cronologia dessas alterações, poderíamos afirmar que estamos presenciando a “era moderna”, que seria a era da cultura pop e suas ramificações. Segundo Cortez e Albuquerque (2015, p. 247) o *pop* é uma mudança do termo *popular* que teria seu significado contraposto as noções como “elite”, “elevação” ou distanciamento. O termo “popular” apresenta-se com uma admirável abrangência

---

<sup>3</sup> Fomos acostumados pela cultura televisiva, ou pela falta de informações adequadas, a ver o Oriente como uma terra distante e exótica. Frequentemente fazemos juízos de valor e reduzimos sua diversidade a sob classificações inadequadas.

<sup>4</sup> Fãs, praticantes, consumidores da cultura *kpop*.

de significados e a maioria têm pouco em comum com o pop, existe o popular de tradição, materializado em contos baseados na sabedoria popular; o popular das classes sociais (o gosto popular dos pobres e menos instruídos); existe o pop empoderador e “autêntico” ora visto como “resistente” ora como “padronizado” e “grosseiro”; há o popular político, associado aos movimentos socialistas e à esquerda, como no caso das “frentes populares”. Diferentemente de todos estes casos, o pop não é popular porque se *origina* do povo comum, mas porque se *dirige* a ele. Trata-se de um produto de caráter eminentemente industrial (ADORNO; HORKHEIMER, 1985); (GOODWIN, 1992).

Cortez e Albuquerque parecem concordar com a perspectiva de Adorno e Horkheimer quanto ao direcionamento do pop, isto é, aceitam que o pop é “pop” não por vir das classes populares, mas porque é voltado para elas. Esse direcionamento daria a esse gênero musical um caráter eminentemente industrial, um produto mercadológico, portanto, inteiramente relacionado com o que se convencionou chamar de “sociedade de consumo”.

Na contemporaneidade, a cultura pop não inclui apenas mídias estruturais de entretenimento, mas possui abrangência de significados, que atravessam os diferentes segmentos de uma sociedade caracterizada pop.

Enquanto fenômeno social a ideia de cultura pop está atrelada a disposições de indústrias amplas, Soares (2015, p. 19) afirma que são produtos populares, no sentido de que são orientados para um “grande público”, chamado genericamente de massa e que são produzidos dentro de premissas das indústrias da cultura (televisão, cinema, música, etc.). Compreendemos que apesar de suas múltiplas características o pop tornou-se contemporaneamente um “produto cultural”, seu nascimento enquanto tal está relacionado com os processos de expansão dos modos de vida do ocidente e sua intrínseca relação com o modo de produção capitalista, sobretudo após a segunda grande guerra. É neste ponto que avistamos o entrelaçamento entre o “pop” e o “kpop”. Este último, surge como estratégia de avanço econômico e cultural do oriente em oposição ao ocidente, portanto, poderíamos afirmar que o pop coreano, não foi criado espontaneamente, mas como resultado da cultura local que absorveu aspectos do “global” e os exteriorizou de forma amalgamada, ou seja, o Korean pop, ou, simplesmente, o *kpop* é um fenômeno que já nasce misto, com normas e condutas orientadas pela cultura coreana, mas com estereótipo ocidentalizado orientado para consumo das massas. Não resta dúvidas que o *kpop* é o que podemos chamar de cultura de

massa, resta saber, se essa nova forma de cultura urbana de massa gerada pelas tecnologias da informação são um *locus* de hibridização e resistência face aos imperativos do mercado, como supõe Castro-Gomes (2005, p.183), ou, meramente, reforça as estruturas sociais de dominação nas quais são produzidas.

O *Hallyu*, que pode ser traduzido como “onda coreana”, consiste em exportar a cultura coreana para o mundo. Pode significar ainda “fluxo coreano”, uma denominação criada por jornalistas chineses que perceberam o constante interesse do público juvenil por produtos como animes, mangás e doramas (novelas). Compartilhada majoritariamente pela internet e por indicação de amigos, a onda *hallyu* chegou ao ocidente rapidamente, como um *boom*. No Brasil, o *kpop* parece ter furado a bolha dos grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte etc.) espalhando-se para cidades de menor calibre, a exemplo de Imperatriz, no interior do Maranhão.

Já está claro que o *hallyu* é o que conhecemos popularmente por *kpop*. Oriundo da Ásia está conquistando adeptos pelo mundo. O *kpop* manifesta-se para além da música, seus consumidores adotam condutas que envolvem culinária, vestuários, vocabulário, etiquetas, enfim um conjunto de práticas que, no caso de Imperatriz, poderíamos supor que estabelecem a construção de um tipo de identidade nos moldes das tribos urbanas. Segundo Maffesoli (2000), as tribos urbanas são agrupamentos semiestruturados constituídos, predominantemente, de pessoas que se unem pela identificação comum a rituais e elementos da cultura que expressam valores e estilos de vida, moda, música e lazer típicos de um espaço-tempo. O fenômeno *kpop* compartilha de elementos semelhantes aqueles pensados por Maffesoli para as tribos urbanas. Segundo Souza e Domingos (2016) a cultura *kpop* é a possibilidade de expressão e construção de uma identidade do jovem industrializada, na maioria urbana. A questão que se coloca é que essa identidade tribal se choca com o desejo de fazer parte da comunidade global *kpop*. Embora esse problema não seja colocado pelos *kpopppers* entendemos que ele gera uma certa tensão, pois de um lado há um tipo de interação entre os jovens *kpopppers* de Imperatriz que os solidariza e cria cooperação identitária e de outro lado há o processo de diluição dessas mesmas identidades na figura de consumidores de cultura de massa, esvaziados de personalidade. A indústria do *kpop* parece gerar essa tensão intencionalmente.

## CULTURA QUE SE TRANSFORMOU EM MERCADORIA OU UMA MERCADORIA CONCEBIDA PARA SER CULTURA?

Na década de 1990, mesmo após o fim de um longo período totalitarista, o governo sul coreano ainda exercia forte controle sobre a cultura popular. O controle e a censura eram resquícios do período ditatorial imposto por Park Chung-hee, general do exército que presidiu a Coreia do Sul, entre 1961 e 1979. As emissoras de rádio e TV eram controladas pelo Estado<sup>5</sup> que determinava a programação desses veículos de comunicação. Apenas músicas com temática patriótica, inocente ou consideradas “sãs”, segundo os critérios do governo coreano, eram veiculadas. O número de emissoras também era controlado, haviam apenas três. Em 1979 o ditador Park Chung-hee foi assassinado, mesmo assim o seu partido continuou no poder até 1987, quando as revoltas populares levaram ao fim o período de ditadura. Naquele ano, finalmente, ocorreriam as primeiras eleições da democracia multipartidária que se instalou na Coreia. Apesar dos muitos conflitos políticos a Coreia manteve forte crescimento econômico desde os anos 1950, entre 1960 e 1980 manteve-se com as mais altas taxas de crescimento econômico do mundo sempre beirando aos 10%<sup>6</sup>.

Como mencionamos, as influências do período ditatorial permaneceram nos costumes e na arte, sobretudo nos canais de TV e nas rádios. Em 1992, com a redução da censura no país, as redes de televisão demonstraram maior interesse em modernizar seu conteúdo. Os programas de calouros eram a principal atração das TV's. O conteúdo, entretanto, ainda era dominado pelo patriotismo musical e por melodias melosas que falavam de amor. Naquele mesmo ano, um grupo musical atípico para época escandalizou o país. Cantando como rappers americanos e dançando *street dance*<sup>7</sup> no palco os Seo Taiji & Boys, provocaram, segundo o especialista musical Gyu Tag Lee, uma verdadeira revolução cultural em uma sociedade que dava seus primeiros passos rumo a transformações sociais de cunho democrático. A música *Nan Arayo (I Know)*, apresentada por eles, foi parar no topo de paradas musicais por meses, contrariando o júri que os

<sup>5</sup> Dados extraídos da websérie “Explicando”, disponível na plataforma audiovisual Netflix <<https://www.netflix.com/watch/80216753?trackId=13752289&tctx=0%2C16%2Cb1330d38-4ad1-46c2-94a5-a42d230d1f58-53079387%2C%2C>>.

<sup>6</sup> Dados coletados da Wikipedia <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Coreia\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coreia_do_Sul)>. Acesso em 03/10/2019.

<sup>7</sup> O *street dance* é um termo que engloba vários estilos de dança criados ou incorporados por grupos de rua. O street dance está relacionado com guetos americanos nos centros urbanos.

considerou o pior grupo do programa. A imagem dos Seo Taiji & Boys quebrara as amarras impostas por anos de censura. Suas roupas largas, sua dança extravagante, sua aparência rebelde não eram vistas como algo positivo, ninguém jamais havia se permitido dançar na TV. Aquele momento foi, segundo os especialistas, um marco da virada pop na Coreia do Sul.

Os jornais, revistas e a população começaram a promovê-los, a partir daí tudo o que usavam virava moda, o mais repetido era o corte de cabelo e estilo de roupas pelos adolescentes sul-coreanos, eles levaram para aquele momento o que na América já era muito conhecido: músicas com críticas sociais, sobre não aceitar o que a sociedade queria impor sobre os jovens da geração e questionamentos sobre o futuro. Com frases em inglês, melodias vibrantes e letras fortes, Seo Taiji & Boys levaram para a Coreia algo que depois se tornaria o kpop. (EXPLICANDO, 2018)

Na década de 1990 a Ásia enfrentou uma grande crise financeira, a Coreia do Sul adotou políticas para reverter a situação econômica desfavorável, uma delas foi o investimento financeiro em cultura. Segundo os pesquisadores Tae Young Kim e Dal Yong Kim (2019), o interesse pelo investimento em cultura do Governo Sul-Coreano foi despertado pelo alto índice de audiência alcançado por um *dorama* chamado “Whats is love”, na China, em 1997. A partir desse momento, o governo sul coreano começou a subsidiar a produção cultural através do Ministério da Cultura, que já existia desde 1990. Com o subsídio financeiro do governo, o kpop também foi beneficiado, tornando-se o principal produto de exportação cultural sul coreano.

Entre os anos 2000 e 2018 a Coreia do Sul triplicou seu produto interno bruto – PIB, de US \$500 bilhões para 1,5 trilhão. O *kpop* tornou-se um dos principais produtos culturais que ajudaram a inculcar novos valores identitários associados à imagem cultural coreana que despertou o interesse de estrangeiros. Esse movimento deu reconhecimento à indústria da cultura coreana que vai muito além da música. O investimento coreano em cultura fomentou uma vasta cadeia de trabalho que tem o turismo como peça fundamental de movimentação e consumo. Este filão possibilitou a ascensão de outros produtos culturais como cinema, moda e cosméticos. Dados recentes do portal de notícias G1<sup>8</sup> mostram que na Coreia do Sul o número de turistas triplicou em comparação há 15 anos. Isso também implicou no aumento do interesse estrangeiro pela língua coreana.

---

<sup>8</sup> Dados coletados em <<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/05/23/k-pop-e-poder-como-coreia-do-sul-investiu-em-cultura-e-colhe-lucro-e-prestigio-de-idolos-como-bts.ghtml>>. Acesso em 28/10/2019.

Como se pode ver a onda *hallyu* não foi uma descoberta, como acontece, comumente, com algum cantor ou banda, ela foi criada e manipulada desde seu nascimento. Os produtos do *kpop* são produzidos para consumo global. Estes ajudam no fortalecimento do *soft power* da Coreia. Assim, aquele país conseguiu influenciar, indiretamente, interesses de países distantes por meio da cultura, o que se fez refletir significativamente no crescimento econômico.

Reflete-se, portanto que em tempos de globalização há uma relativização do que seja cultura e como essa se processa em cada realidade nacional<sup>9</sup>. Hall (2006, p. 69) questiona-se: que impacto tem a última fase da globalização sobre as identidades nacionais? O autor responde essa questão apontando para uma alteração das noções de espaço, tempo e identidade. Neste sentido, avalia:

As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do “Terceiro Mundo”, podem receber na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente, fornecidas através de aparelhos de TV ou de rádios portáteis, que as prendem à “aldeia global” das novas redes de comunicação. (HALL, 2006, p. 74).

Acrescentaríamos à noção de “novas redes de comunicação” de Hall, a força da rede mundial de computadores. Esta é, no caso do *kpop*, a maior via de divulgação e captação de seguidores. Foi assim que chegou, por exemplo, em Imperatriz no Maranhão. A globalização, em certa medida, favoreceu a entrada do produto cultural coreano numa seara antes dominada quase exclusivamente pelo ocidente. Jeans e abrigo<sup>10</sup>, afirma Hall (p. 74), são tão comuns no sudeste da Ásia quanto na Europa ou nos Estados Unidos, não só devido ao crescimento da mercantilização da imagem do jovem consumidor, mas porque, com frequência, esses itens são realmente produzidos em Taiwan ou em Hong Kong ou na Coreia do Sul. Esta realidade, favoreceu o crescimento de uma cadeia de consumo que, em certa medida, já estava pavimentada para o produto *kpop*. A indústria asiática da moda, por exemplo, não teve que fazer adaptações drásticas para absorver a produção do novo estilo *kpop*, afinal, este desde de sua origem foi concebido como uma mistura do estilo do ocidente e do oriente.

Refletimos, portanto, que a globalização afetou a circulação dos produtos culturais de nações distantes tornando-os “algo comum”. A novidade é que esse

<sup>9</sup> Aqui utilizamos o termo nacionais baseado na ideia de Estado-nação, conforme Quijano (2006).

<sup>10</sup> Uniforme do jovem na cultura juvenil ocidental.

movimento não é mais unidirecional, isto é, do Ocidente para o Oriente. A ação de transformar cultura em mercadoria sofre uma distorção. O *kpop* não é apenas cultura que se transformou em mercadoria, ao contrário, é uma mercadoria concebida para ser cultura. Neste sentido, pensemos com Adorno e Horkheimer (2002, p.10):

Os produtos da indústria cultural podem estar certos de serem jovialmente consumidos, mesmo em estado de distração. Mas cada um destes é um modelo do gigantesco mecanismo econômico que desde o início mantém tudo sob pressão, tanto no trabalho quanto no lazer, que tanto se assemelha ao trabalho. De cada filme sonoro, de cada transmissão radiofônica, pode-se deduzir aquilo que não se poderia atribuir como efeito de cada um em particular, mas só de todos em conjunto na sociedade. Infalivelmente, cada manifestação particular da indústria cultural reproduz os homens como aquilo que foi já produzido por toda a indústria cultural. (ADORNO; HORKHEIMER, 2002, p.10)

Segundo Adorno e Horkheimer, a indústria cultural incita ao cultivo de falsas necessidades psicológicas que só podem ser atendidas e satisfeitas pelos produtos do capitalismo. Assim, eles perceberam a cultura produzida em massa como perigosa à sobrevivência das artes que segundo eles eram mais difíceis de serem produzidas do ponto de vista técnico e intelectual, notadamente as artes eruditas ou elitizadas. Estes autores, apesar da crítica à cultura de massa produzida pelo capitalismo moderno, talvez, jamais teriam pensado no nascimento de um “produto cultural” dos moldes do *kpop*. Um produto que não esconde sua artificialidade, no sentido em que não oculta sua condição mercadológica. Embora tenha essa característica, o *kpop* não é simples de conceituar, pois sem sombra de dúvida, trata-se de um dos maiores fenômenos de mídia da contemporaneidade. Sua produção não pode ser considerada menos difícil, ou menos intelectualizada, pois sua criação envolve um número imenso de especialistas. Talvez seja um caso único em que a “ciência” é usada para confecção deliberada de um tipo de mercadoria que aspira ser arte<sup>11</sup>. O termo “fábrica de *idols*” ou “grupos de *idols*”, exprime bem a condição de planejamento do *kpop*. Os grupos de *kpop* são criados e modelados de acordo com padrões rígidos, milimetricamente construídos para agradar e fazer com que a sociedade tecnicista se torne parte do fã-clubes ou como chamam nessa geração, *fandom*. Este sendo uma estruturada formação entre os fãs para produção, divulgação e

---

<sup>11</sup> Não entraremos no debate sobre o que é a arte, embora essa seja uma questão de pano de fundo entre os produtores do Kpop. Alguns produtores e membros dos grupos negam a condição de artistas. Todavia assumem o modo de vida dos mesmos e gozam de status semelhante. Essa questão, no entanto, será tratada em trabalhos futuros.

promoção de um grupo. De maneira geral o *fandom* é o coletivo de fãs de um determinado grupo. Há indivíduos que são multi-fandoms. Essa prerrogativa, todavia, é mais comum no ocidente. Na Coreia do Sul essa prática não é bem vista, tampouco incentivada. Os *fandoms*, portanto, são, geralmente, concorrentes, a exemplo, dos times de futebol no Brasil.

Concluimos que o *kpop*, melhor dizendo, o universo no qual ele está inserido, é complexo, pois de um lado tem clara vinculação ao que Adorno e Horkheimer chamaram de Indústria Cultural, de outro lado, possui aspectos que o caracterizariam às tribos urbanas propostas por Mafessoli. Identificamos também que há rivalidades entre os *fandoms*, que poderiam ser comparadas àquela encontrada entre praticantes de esportes como o futebol. Por tudo isso, seria precipitado fazer uma classificação desse fenômeno social global que abrange massas, mas que se identifica de maneira muito particular na sociabilidade de pequenos grupos na cidade de Imperatriz. O que os une? O consumo, o “estar junto à toa”, como sugere Mafessoli ou a necessidade de inclusão (de fazer parte de algo) em determinados grupos sociais através da construção de identidades outras. O fato é que Imperatriz não está a parte do sistema-mundo (Wallerstein e Quijano), com aspirações de domínio da globalização ou dos processos de contracorrente. Albuquerque e Cortez (2015), afirmam que a explosão da cultura pop internacional se relaciona intimamente com este contexto, ora percebida como uma celebração das oportunidades apresentadas pela nova ordem global, ora como um sintoma da pasteurização da sociedade. O *kpop* em Imperatriz faz parte dessa realidade.

## TRIBO, CULTURA DE MASSA OU SIMPLES MERCADORIA?

Eles não eram centenas, eram milhares. Todos vestidos com roupas que mais pareciam indumentárias ou uniformes da banda. Nos rostos, sorrisos de fãs apaixonados que vieram de diferentes lugares e tinham vários sotaques. Seus *idols* estavam logo abaixo do palco, a poucos metros de seus corpos, quase tocáveis. Para um *fandom* brasileiro, a distância entre ele e seus *k-idols* é normalmente de 18.342 km, ou 25 horas de voo até o outro lado do mundo. Portanto, os 2.291 km de Imperatriz, no Maranhão, até a cidade de São Paulo, nada significou, e muito valeu.

A passagem acima diz respeito ao campo que tive oportunidade de realizar no *fandom* A.R.M.Y, de Imperatriz, ao qual acompanhei até o show do grupo BTS, em São Paulo, capital.

Não há como saber, exatamente, quando começou a onda *kpop* em Imperatriz. Em 2012, no entanto, havia uma página registrada na rede social Facebook que pode ser o primeiro registro público desse fenômeno na cidade. Segundo Eduardo Santiago <sup>12</sup>, administrador da página, havia apenas 30 seguidores naquela época. Em 2019, esses números são bem mais expressivos e espalhados em muitas outras redes, por exemplo, o grupo K.F.T.P. com mais de 200 participantes no WhatsApp. As articulações em redes sociais se materializaram em eventos, caravanas, petições para que cinemas locais transmitam os shows e filmes dos seus ídolos preferidos. Não há dúvidas de que hoje o *kpop* está inserido na dinâmica imperatrizense. Resta-nos saber quais os desdobramentos disso.

Antes do *kpop* se tornar conhecido em Imperatriz, os eventos para divulgação e apreciação da cultura japonesa já ocorriam de forma regular nos shoppings locais, e estavam presentes em lojas para gamers e/ou *otakus* (fãs de animes). Este segmento comercial continua crescendo atualmente, portanto é considerado uma fonte com forte potencial de investimento. O *anima-sul* e *anima-con* são exemplos de eventos destinados para esse público. Há vinculação direta entre o gênero musical *kpop* com os produtos relacionados à marca de cada banda. Desse modo, o *kpop* surge como um movimento, mas semelhante à instalação de franquias de mercado<sup>13</sup>. Observamos que a adesão ao estilo *kpop* está vinculada à uma comunidade de consumo, ou seja, o *kpop* enquanto produto cultural que logra ser consumido.

*Kpopper* desde 2012, Eduardo Santiago, 23 anos, idealizador e produtor da *K-Motion* (evento específico para fãs de *kpop*) cita como teve a ideia de criá-la:

*A K-Motion eu criei porque há um tempo já fazia mini stands de kpop nos eventos de anime e anima-con. Então foi crescendo aí eu fiz com umas meninas (amigas minhas também kpopers) a K-Party no Tocantins Shopping, só para poder ver o pessoal que ia. Fizemos novamente uma K-Party dois meses depois e obtivemos um maior público nela, na do mês de outubro de 2017, quando vimos que estava dando muita gente, decidi testar, locamos o Rotary Club dia 10 de março de 2018, que foi nosso primeiro grande evento. (Entrevista realizada em 13/09/2019)*

<sup>12</sup> Eduardo Santiago, operador de sistemas, 23 anos. Criador do grupo *kpop cover AngelZ*.

<sup>13</sup> Este ponto carece de aprofundamento, o que faremos em trabalhos posteriores.

O *kpop* parece ter se popularizado em Imperatriz ainda mais nos anos de 2017 e 2018, graças ao grupo BTS, que segundo críticos musicais é o grupo coreano de maior sucesso na atualidade<sup>14</sup>. Os números de *likes* e visualizações nas redes sociais<sup>15</sup> superou grandes nomes do pop americano. O contato dos imperatrizenses com o *kpop* ocorreu, preferencialmente pela internet, mas foi a rede de relações criadas e materializadas pelos *fandoms* que fez, como afirma Eduardo Santiago, os adolescentes de Imperatriz conhecerem verdadeiramente o *kpop*. Quando diz “conhecer”, o interlocutor está afirmando que eles aprofundaram o que sabiam sobre esse movimento *kpop* para além da música que explode nos meios de comunicação de massa, como, por exemplo, Psy com o hit “*Gangnam Style*”. Desse modo, segundo Eduardo Santiago, os eventos serviram para aumentar o interesse e o número de pessoas que frequentam os eventos específicos de *kpop*. Eduardo afirma “quando eu vi que a 2ª K-Party deu 140 pessoas, pensei que já dava muita gente, logo, daria certo organizar um evento no qual eles iriam pagar, e no final deu mais público do que eu imaginava” (Entrevista realizada em 13/09/2019).

Eventos como a *K-Motion* levam para seus consumidores produtos não oficiais, produzidos localmente, camisas, bottons, canecas e acessórios são alguns exemplos que podemos perceber que estão presentes entre os fãs de Imperatriz. A produção e comercialização desses se faz em grande maioria pelos próprios fãs. A confecção local de objetos personalizados para esse grupo específico despertou o interesse do jovem empresário Lucas Oliveira.<sup>16</sup>

*Eu percebi que a procura por coisas de kpop aumentou muito, claro, tem em lojas no shopping, mas tem muito fã que chega pra mim e quer fazer sua própria camisa e/ou botton porque parece que eles sempre querem mais, e de muitos grupos, então eu vejo como algo que eu possa ganhar mais com esse público porque eles compram mesmo. (Entrevista realizada em 24/11/2019).*

<sup>14</sup> Para saber mais ver < <https://edition.cnn.com/2019/06/01/asia/bts-kpop-us-intl/index.html>>

<sup>15</sup> Além das vendas por app, sites especializados e outras formas tecnológicas de divulgação, os *likes* e visualizações são um termômetro para avaliar a aceitação do produto.

<sup>16</sup> Lucas Oliveira, 24 anos, estudante e empresário.



*Imagem 1. K-Party realizada no Tocantins Shopping em outubro de 2017*



*Imagem 2 K-Motion realizada no Rotary Club em março de 2018*

O público *kpopper* de Imperatriz tem consumo variado quanto aos seus produtos, há quem prefira e tenha poder financeiro para possuir produtos oficiais dos seus *k-idols*. Eduardo pondera dizendo que

*Mercadorias vindas diretamente da Coreia são caras, mas conheço várias pessoas que tem álbuns oficiais e até os lightsticks dos grupos, quem compra um desse não se importa em pagar 30 reais em um evento de kpop ou 400 reais em um DVD da turnê do grupo que gosta. (Entrevista realizada em 13/09/2019)*

Para termos uma noção mais ampla do perfil dos jovens consumidores *kpopers*, perguntamos a um grupo de 40 pessoas quais os produtos eles consumiam com tema *kpop*. Neste instrumento percebemos que as pessoas de Imperatriz, possuem produtos como bonecos, bonés, chaveiros, tênis etc. Até instrumentos de higiene pessoal como escovas de dentes são padronizadas com o tema *kpop*. Ressalta-se que os produtos advindos da Coreia do Sul, ou oficiais, são caros. Assim os consumidores imperatrizenses criaram seus próprios produtos com ênfase no *kpop*. Tudo isso para fazer parte da comunidade de consumidores.

Compreendemos que é através do consumo que, aparentemente, o *kpopper* é reconhecido, pois gera um sentimento de pertença. Há jovens de Imperatriz que conseguem consumir os produtos oficiais. Isso demonstra que o *kpop* está presente tanto entre jovens com menor quanto maior poder econômico.

Eduardo esclarece que a maior parte das pessoas que vão a esse tipo de evento “*são realmente kpoppers, em números a cada 100, 95 são. Tem muitos curiosos que vão lá rapidinho e logo vão embora, mas quem fica o dia todo acompanhando, compra as coisas e participa, é bem fiel*” (Entrevista realizada em 13/09/2019). Eduardo faz essa distinção entre o “curioso” e o *kpopper* verdadeiro pela permanência da pessoa no evento, essa impressão reforça nossa noção de que é o consumo que agrega e define o *kpopper* verdadeiro ou o simpatizante. O Shopping Tocantins, situado no centro de Imperatriz, mantém, atualmente, uma equipe que produz eventos relacionados a cultura Geek<sup>17</sup> mas não contém essa ênfase no *kpop*.

Percebemos, durante o período que acompanhamos alguns fandoms em Imperatriz, que jovens integrantes, aparentemente, concentram-se em exibir seus gostos pelo *kpop* com maior ênfase que os fãs do pop ocidental<sup>18</sup>. Do mesmo modo, criam redes de relações para partilhar suas impressões e expressões do movimento. Se de um lado o consumo de bens de capital individualiza as pessoas, do outro a cultura *kpop* cria uma identificação entre seus consumidores que os sociabiliza, é isso que estamos chamando de comunidade de consumo. Este fenômeno tanto se aproxima quanto se distancia ao que Mafessoli chama de tribo urbana. Os *kpoppers* quando se conhecem buscam manter contato criando um vínculo mais unificado, um sentimento de pertencimento a uma comunidade. Daí, caracterizar-se é fundamental. Os fãs não se contentam em consumir, eles tentam exercer sua “autoridade” de consumidores e fãs através dos seus usos da internet, em frente à cultura e ao sistema de transmissão tradicional. Os *kpoppers* atuam vorazmente nesse campo, interagindo com os produtores e com os próprios *k-idols*. Paulatinamente Imperatriz tenta se encaixar nesse quadro.

---

<sup>17</sup> Não há definição clara para esse termo, porém é comum atribuí-lo a grupo de pessoas que são autodidatas em assuntos de seus interesses, incluindo cultura pop, quadrinhos, e até mesmo o *kpop*. O termo Geek é um anglicismo e uma gíria inglesa que se refere a pessoas peculiares ou excêntricas, fãs de tecnologia, eletrônica, jogos eletrônicos ou de tabuleiro, histórias em quadrinhos, mangás, livros, filmes e séries. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Geek>>. Acesso em 03/12/2019.

<sup>18</sup> A distinção entre o pop oriundo do ocidente e oriente é dada pelos próprios fãs.

Não há como saber quantos *kpoppers* existem em Imperatriz nos dias de hoje. É sabido que o estilo é conhecido, que crianças são influenciadas, mas não conhecem o que é e/ou significa. Um aspecto que nos chamou atenção é o fato de as mulheres serem maioria nos fandoms de Imperatriz. O que nos leva a questionar por que é tão discrepante a presença feminina em relação aos homens. O que atrai as mulheres para o *kpop*? Os rostos simetricamente maquiados e suas performances no palco, a adoração ao *k-idol* (em grande maioria masculina)? Estes motivos, embora expostos por algumas *kpoppers* não são suficientes para explicar essa questão. Embora não tenhamos uma hipótese definida, cabe o registro da questão para pesquisas futuras. Todavia, chamou-nos a atenção o fato de o fã do *kpop* se comportar, em relação aos seus *k-idols*, tal qual um torcedor de futebol que venera seu jogador preferido do time. E a partir dessa premissa identificamos que quando se trata das mulheres fãs, elas são geralmente vistas pelo senso comum como “histéricas, fãs exageradas”, enquanto o fanatismo futebolístico é visto como “prova de amor ao time”. Supomos que o problema não está na jovem fã de *kpop*, mas na visão machista da sociedade imperatrizense<sup>19</sup>.

Práticas comuns como seguir seus ídolos em lugares, dedicar-se por um *fan account*<sup>20</sup>, ter pôster no quarto e várias fotos no celular são atitudes de fãs, mas por serem produzidas por “meninas adolescentes fã de coreano” se torna inútil e irracional, o fanatismo masculino não incomoda, o que incomoda é mulher ter sua liberdade de escolha e usá-la com “coisas fúteis”. Popularmente são chamadas de histéricas quando ficam próximas de seus ídolos e/ou vestem uma camisa com o rosto de algum deles mas homens não são considerados assim visto que fazem coisas parecidas ou iguais à elas, o que chama atenção nesse ponto não é só o fato de mulheres estarem sendo fãs de algo mas estarem sendo fã de rapazes que usam maquiagens, cantem músicas dançantes e fazem poses “fofas”.

---

<sup>19</sup> Esse tema precisa de aprofundamento, todavia achamos importante registrá-lo como aporte inicial para pesquisas futuras, uma vez que enquanto mulher e participante do movimento *kpop* durante a pesquisa senti na pele o preconceito.

<sup>20</sup> Conta de fã nas redes sociais.

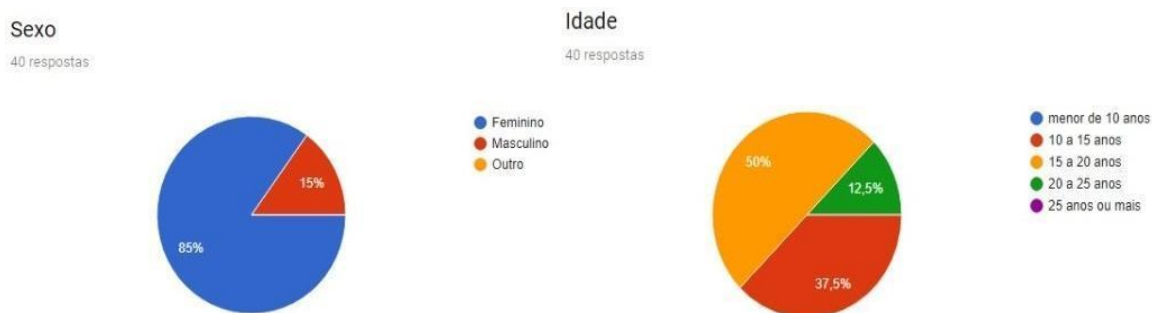


Figura 1. Gráfico de amostragem de *kpopers* por sexo e idade

A importância do gênero musical na vida desses fãs está em um alto grau, considerando que quem está dentro do *kpop* se envolve mais, o perfil dos fãs imperatrizenses se modificam a partir do momento que ele começa a adentrar uma outra cultura e ultrapassa seu gosto musical, ou seja, ele não se contenta em conhecer só as músicas, ele costuma se interessar pelas vestimentas tradicionais, pela culinária e pela língua, o fã se vê pertencente ao mundo do seu *idol* pela internet e por ela vai se envolvendo a ponto de 50% dos fãs que responderam o questionário elevarem a importância do *kpop* na sua vida e este representar o nível 5 em uma escala de 1 a 5. Esses dados reforçam nossa hipótese de que há um sentido de comunidade entre os fãs, este sentido que estamos chamando de comunidade de consumo. As sociabilidades entre os fãs e, supostamente, entre esses e seus *k-idols* aumenta o sentimento de pertença à comunidade que por sua vez aumenta o consumo em um ciclo que, para a indústria do *kpop*, é virtuoso.

Desse modo, há uma correlação no círculo interno da comunidade que se mostra da seguinte maneira: aqueles que mais se aprofundam na temática, tornam-se uma espécie de especialista e passam a criar conteúdos relacionados ao *kpop*. São esses, também, os que mais consomem produtos do *kpop*. Assim percebemos que quanto maior a rede de solidariedade e integralização do *kpopper* no grupo maior o seu consumo. Daí a classificação mencionada por Eduardo Santiago que distingue o *kpopper* verdadeiro do curioso. Então há uma correlação entre conhecer sobre *kpop* e a integralização do grupo, quanto maior o conhecimento sobre o *kpop* mais integrado ao grupo a pessoa se sente. A internet proporciona aos fãs possibilidades de conhecer e produzir conteúdo relacionado ao *kpop*, é muito fácil atualmente encontrar vídeos de brasileiros passeando e/ou mostrando com se vive na Coreia do sul, o interesse se torna atrativo para o mercado e tudo funciona como uma rede de consumo, ao mesmo tempo que o fã

se modifica nas redes sociais o *kpop* também vai se modificando para atender às demandas internacionais.

Quando perguntado se a pessoa consome outro tipo de produto ou serviço que tenha alguma relação com a cultura sul-coreana, a resposta foi a seguinte:

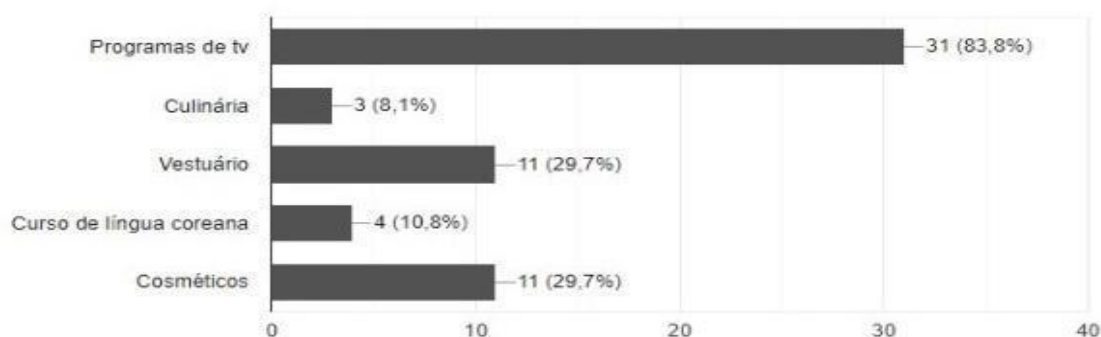


Figura 2. Gráfico de produtos consumidos além da música.

Numa enquete realizada com um grupo de quarenta pessoas<sup>21</sup>, percebemos que há predominância de pessoas que gostam de outros produtos além da música, como programas de TV e séries webtelvisivas. É o estilo musical, no entanto, o carro-chefe do *kpop*, é ela a principal peça de propaganda do estilo coreano. Sempre vão haver aqueles que dizem que não gostam da música *kpop*, mas a propaganda positiva ou negativa é almejada, pois ambas despertam interesse naqueles que sequer ouviram falar do estilo. Enfim, parafraseando uma conhecida cantora pop americana, “falem bem ou falem mal, mas falem de mim”. A indústria *kpop* parece adotar esse gênero.

Retornando ao nosso grupo focal, quando questionados sobre o que o fez adquirir o gosto e interesse pelo gênero, a resposta mais comum foi o mix que o *kpop* propõe: clipes super produzidos, coreografias super sincronizadas e músicas chicletes.

O *kpop* ainda é visto como um fenômeno, um movimento que está se desdobrando e dando seus primeiros passos em Imperatriz-MA. Os desdobramentos desse movimento ainda não são possíveis de prever. A cultura *Hallyu* está presente na cidade de Imperatriz ainda timidamente, mas já se faz mostrar e atrai muitos jovens, talvez por ser algo novo e intenso, uma válvula de escape da juventude para se distinguir localmente e incluir-se globalmente. Mesmo

<sup>21</sup> O grupo de quarenta pessoas foi aleatoriamente escolhido durante a pesquisa e foram aplicados questionários em momentos diferentes, com intuito de traçar um perfil do *kpopper* imperatrizense. Os dados apresentados aqui têm caráter de amostragem e são relacionados ao período que acompanhamos os fandoms para completar as impressões oriundas das respostas dos entrevistados. Na pesquisa usamos entrevistas semiestruturadas com o grupo focal.

estando no outro lado do mundo, a música une as pessoas, e mesmo sendo de diferentes nações, ela é dita em uma só voz, o *kpop*, ao contrário do restante dos interesses dos apreciadores, geralmente, amantes de animes, mangás e afins, é algo que cria momentos importantes seja por suas letras comercializadas ou mais profundas, seja pela representação que os fãs enxergam. A comunidade de consumo criada pelo *kpop* cresce também em Imperatriz. Nosso interesse pelo tema foi guiado por essa comunidade, pois queríamos saber como tal cultura influenciou jovens de Imperatriz de tal modo que chegaram até planejar viagens para a Coreia do Sul, uma realidade tão diferente vivida pela ainda pouco cosmopolita Imperatriz, cuja tem suas tradições fincadas no culto à pecuária, agronegócio e tem como maior evento cultural/comercial uma cavalgada. Por fim, cresce o interesse em Imperatriz até mesmo para o aprendizado do *hangul*, alfabeto utilizado na escrita da língua coreana. Durante a pesquisa nos deparamos com um grupo de dezessete pessoas que estudam o *hangul*. Por tudo isso, o *kpop*, em sua expressão localizada, neste caso Imperatriz, no interior do Maranhão, mostra-se como um campo profícuo de pesquisa que precisa ser mais estudado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização está intimamente ligado às questões mercantis. Globalização e capitalismo compõem parte de um mesmo fenômeno advindo da ideia de modernidade<sup>22</sup>. O processo de globalização sempre utilizou das tecnologias científicas para impor ideias de progresso e inovação à humanidade. Neste sentido, a partir dos anos 1990, a rede mundial de computadores, popularmente conhecida como Internet, tornou-se um importante instrumento de manutenção (talvez ampliação) daquilo que Wallerstein e Quijano chamaram de *sistema-mundo*<sup>23</sup>. Não por acaso, é naquela década que também nasce o *kpop*, beneficiando-se dos caminhos já abertos pela cultura pop ocidental. O *kpop*, ao contrário do pop ocidental, não omite sua clara vinculação político-mercadológica.

---

<sup>22</sup> Não entraremos nessa discussão, todavia nosso aporte para citá-la está na obra de Langdon (2006).

<sup>23</sup> Estes autores sugerem que houve alterações na geografia e na história do mundo, passando estas a serem verdadeiramente mundiais após a descoberta das Américas em 1492. Em nosso ponto de vista a internet tornou-se um importante instrumento de contribuição para a manutenção desse sistema.

Basta lembrar que o governo sul-coreano investiu maciçamente neste segmento para ampliar seu *soft power*.

A questão que nos colocamos é como, ou, o que une as pessoas em Imperatriz, no Maranhão, ao pop coreano. Supomos que a música é o elo de ligação, ela tem o poder de tocar as pessoas, mesmo que sejam de origem diferente, como é o caso do *kpop*. A internet, como mencionamos, tem sido a via primordial de divulgação da música coreana e, por conseguinte, da cultura que lhe precede. Embora alguns indivíduos aleguem ter aderido ao movimento *kpop* por outros motivos como, por exemplo, a beleza dos artistas sul-coreanos, a moda ou exotismo de seus *k-idols*, além da música, foi essa última que popularizou o movimento. Em Imperatriz, não foi diferente.

Entendemos que há peculiaridades no movimento *kpop* local. É importante destacar, por exemplo, que os *fandoms* locais geram solidariedade entre os membros internos e entre *fandoms* concorrentes. Nem sempre essa solidariedade é positiva. As trocas de farpas fazem parte do cotidiano dos grupos. Além disso, o *kpopper* imperatrizense pode não se fidelizar a um único *fandom*, em outras palavras, ele pode pertencer a um determinado *fandom* por um curto período e deixá-lo por outro, ou ainda, frequentar mais de um ao mesmo tempo. De qualquer forma, as intrigas entre *fandoms* não prejudicam o processo de diferenciação identitária desencadeado pelo *kpop* em Imperatriz. Pelo contrário, como mencionamos antes, reforça o sentido de comunidade de consumo.

Segundo Mafessoli (1998), cada tribo desenvolve mecanismos internos e externos de preservação de sua estrutura semiótica, marcando sua diferença social em relação às demais. Neste sentido, ao aderir ao movimento *kpop*, o indivíduo mesmo que tente se alijar do contexto social imperatrizense, as imagens e as práticas produzidas por ele são vistas. Os participantes são notados e ganham visibilidade pela sociedade pois se distinguem do que é visto como sendo um tipo comum de imperatrizense, tornando-se exóticos na paisagem urbana de Imperatriz. O *kpopper* de Imperatriz deseja se distinguir dos demais indivíduos, ao mesmo tempo ele está inserido no contexto social imperatrizense. Dessa maneira, repete-se o drama pensado por Mafessoli, os processos de individualização do ser, provocados pela modernidade, são, de certa forma, combatidos pelos laços de solidariedade desencadeados pelos grupos. Assim, os *kpopppers* procuram criar laços e redes específicas que fazem com que se identifiquem como tal, ao mesmo tempo criam privacidade para lidar com que eles chamam de “paiz”, ou como diz

Mafessoli “estar à toa com outros”. Dessa forma, reiteramos que a manifestação do *kpop* em Imperatriz assemelha a tribos urbanas pensadas por aquele autor.

O que faz um adolescente comum, morador de Imperatriz, sentir-se acolhido no *kpop*? Eles se sentem identificados? Na verdade, a pergunta principal é como eles querem ser vistos pelos seus *idols* e pelos fãs coreanos. Isto é, os fandoms locais procuram fazer parte de uma comunidade maior, ou da comunidade global criada pelo *kpop*. Em outras palavras, os fandoms locais almejam visibilidade por parte dos seus similares coreanos.

As características semelhantes a tribos urbanas, em Imperatriz, não anulam a condição de fenômeno global do *kpop*. Nesse sentido, o conflito entre a cultura pop (cultura de massa) e o local permanece. Apesar de se apresentar como algo inovador no sentido de transformação e padronização de comportamentos em mercadorias, não podemos esquecer que o *kpop* é um amálgama do oriente com o ocidente. O processo de produção musical coreano foi minuciosamente planejado sob vários estilos e categorias musicais diferentes. Assim, o *kpop* é um produto antropofágico, no sentido que ingere o pop ocidental e regurgita-se como *kpop*. Estas características tornam esse fenômeno de difícil caracterização. Uma coisa, no entanto, nos parece clara, o *kpop* deixou de ser apenas uma reprodução ou paródia do pop ocidental (se é que algum dia foi isso) e se apresenta como um candidato concorrente à hegemonia cultural no mundo.

O *kpop* desperta curiosidades nos jovens imperatrizenses, sua estruturação e dinâmica é vista como inovadora e singular. O *k-idols* não participam de premiações internacionais ocidentais, eles têm o seu próprio universo cultural de premiações, por exemplo, o *Mama*, uma versão equivalente ao Grammy<sup>24</sup>. Reflexões acerca desses processos são necessários para compreender a intensidade desse movimento que, aparentemente, já deu seus primeiros passos em Imperatriz e que se expressa entre relações e interações humanas subjetivas. Nossa pesquisa demonstra que há uma movimentação de consumo e de identidade por parte dos jovens de Imperatriz para com o *kpop*.

Levando em consideração a efemeridade característica da globalização e ao que costumamos chamar de cultura de massa, questionamos se o *kpop* ainda estará presente entre os jovens de Imperatriz em alguns anos? O ocidente continuará consumindo de alguma forma a cultura coreana nos próximos meses?

---

<sup>24</sup> Recentemente a Websérie ROUND 6 foi a primeira produção não falada em Inglês a ser indicada ao Emmy, maior prêmio da televisão mundial.

O *kpop* está em constante mudanças, talvez para se reinventar e criar maneiras de permanecer em evidência. Transformações históricas no mundo da música são comuns e avanços culturais e econômicos também, tratar o *kpop* como produção contemporânea e mundial é contribuir para a expansão de novos caminhos no sentido de deixar o mundo cada vez menor.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ALBUQUERQUE, Afonso, CORTEZ, Krystal. Cultura pop na nova ordem global: contribuições do Extremo-Oriente. In: PEREIRA, Simone *et al.* **Cultura Pop**. Salvador: EDUFBA, p. 247-267, 2015.

CASTRO, Gisela G.S. Entretenimento, Sociabilidade e Consumo nas Redes Sociais: cativando o consumidor-fã. In: **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, v. 14, n. 2, p. 133-140, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro” In: Edgardo Lander (org.). **A colonialidade do poder, eurocentrismo e ciências sociais**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO livros, 2005, p.169-186.

GOODWIN, A. **Dancing in the distraction factory**: music television and popular culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

GROUT, Donald J; PALISCA, Claude. **História da música ocidental**. Lisboa: Brádiva, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 11ª Ed., 2006.

MAFFESOLI, M. (1998). **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 185-314.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Crepúsculo dos ídolos, ou como filosofar com o martelo**. 1º ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In.: Edgardo Lander (org.) **A colonialidade do poder, eurocentrismo e ciências**

**sociais:** perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO livros, 2005, p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, 1992.

SOARES, Thiago. Abordagens teóricas para estudos sobre cultura pop. **Logos - comunicação e universidade: dossiê cidades, culturas e tecnologias digitais**, v.2, n.24, 2014.

SOUSA, Rose Mara Vidal de; DOMINGOS, Amauri. K-pop: a propagação mundial cultural sul-coreana. In: **Intercom**, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1990.

#### SITES CONSULTADOS

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Geek>> Acesso em 03/12/2019.

<<https://edition.cnn.com/2019/06/01/asia/bts-kpop-us-intl/index.html>>

<<https://www.netflix.com/watch/80216753?trackId=13752289&tctx=0%2C16%2Cb1330d38-4ad1-46c2-94a5-a42d230d1f58-53079387%2C%2C>>

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Coreia\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coreia_do_Sul)>. Acesso em 03/10/2019.

<<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/05/23/k-pop-e-poder-como-coreia-do-sul-investiu-em-cultura-e-colhe-lucro-e-prestigio-de-idolos-como-bts.ghtml>>. Acesso em 28/10/2019

**TEORIA ELITISTA E MARXISMO-LENINISMO: semelhanças e diferenças conceituais**

**ELITE THEORY AND MARXISM-LENINISM: conceptual similarities and differences**

*Daniel Máximo Goés de Lima\**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**RESUMO**

No presente trabalho, realizo uma comparação teórica entre as proposições centrais dos autores da teoria elitista e os escritos Vladimir Lênin, visando apontar, a partir da exposição das teorias sociais e de partidos políticos de cada tradição, semelhanças e diferenças entre elas. Para isso, primeiro exploro a concepção elitista de Robert Michels, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, deixando clara, em suas obras, a inevitabilidade da formação de uma classe governante no seio das sociedades. Posteriormente, exponho algumas das formulações centrais do marxismo-leninismo acerca da organização política revolucionária, mostrando que a formação de uma nova classe governante se coloca, nessas obras, como necessidade, para coordenar a formação de uma sociedade emancipada das estruturas capitalistas. Por último, realizo a comparação direta entre ambos os pontos de vista, com vistas a compreender em que medida se assemelham e se diferenciam. As conclusões apontam para uma pertinência na comparação entre os autores em destaque.

**Palavras-chave:** marxismo; teoria das elites; teoria política; Lênin.

**ABSTRACT**

In the current paper, I offer a theoretical comparison between main elitists' theory authors' main propositions and Marx, Engels and Lenin's ideas, so as to point out, through the exposition of each tradition's political parties theory, similarities and differences between them. To do so, at first I analyze Michels, Mosca and Pareto's main ideas, making clear that, in their viewpoint, it is inevitable for societies not to have a ruling class. Later, I expose main ideas in the Marxism-Leninism main ideas on revolutionary political organization, showing that the ascension of a new ruling class is a necessity for a new kind of society to be born. At last, I compare both theories, in order to understand their differences and similarities. The results indicate that it is reasonable for us to compare them.

**Keywords:** Marxism; Elites Theory; Political Theory; Lenin.

\* Doutorando em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ/IESP).. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Contato: maxi95mx@gmail.com

Artigo Recebido em: 08/10/2019. Aceito em 15/09/2022.

Revista Idealogando, Recife, v. 4, n. 1, p. 58-75, 2020, Universidade Federal de Pernambuco

## INTRODUÇÃO

Para a teoria política, os primeiros anos do século XX representaram uma virada importante. Durante esse período, acontecimentos históricos impulsionaram novos conceitos sobre sociedade e economia que exerceriam influência direta sobre os rumos da história global.

Entre esses marcos históricos, um dos mais importantes sem dúvida foi a Revolução Russa, ocorrida entre os meses de fevereiro e outubro de 1917 e que marcou a ascensão dos bolcheviques através da derrubada do czarismo no país. O sucesso da revolução de outubro representou um duplo marco histórico: primeiro, por ter estabelecido o primeiro Estado socialista da história<sup>1</sup>; segundo, por ter inserido, no horizonte político global, um novo modelo político que, posteriormente, seria exportado para diversas nações ao redor do mundo.<sup>2</sup>

A atuação política dos revolucionários russos se orientava primordialmente pelos trabalhos de Marx e Engels. Entretanto, um outro teórico, bastante conhecido entre movimentos operários europeus, também influenciou a luta política revolucionária na Rússia: trata-se de Vladimir Lênin, principal líder da ala bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo.

Antagonizando com parcela significativa do pensamento socialista de sua época, Lênin produziu uma vasta obra cujo principal objetivo era difundir um socialismo de caráter essencialmente revolucionário. Após se tornarem amplamente conhecidas, suas teses se tornariam relevantes não apenas para o pensamento marxista, mas também para a própria teoria política enquanto disciplina autônoma.

No pensamento leninista, predomina uma perspectiva centralizadora que, ao enfatizar a importância de um partido de vanguarda como instrumento de derrubada dos pilares da ordem burguesa, cria uma nova elite social. Essa elite, a seu turno, pode ser caracterizada primordialmente por um certo descolamento em relação ao restante das massas operárias a quem os socialistas buscavam distribuir o poder político.

---

<sup>1</sup> Trata-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fundada logo após o fim da Guerra Civil Russa.

<sup>2</sup> A principal iniciativa tomada nesse sentido foi a assinatura do Pacto de Varsóvia em 1955, por Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, União Soviética e Tchecoslováquia, consolidando a hegemonia do sistema socialista no Leste Europeu.

Ainda no final do século XIX, com Marx e Engels em vida, já existiam fortes críticas às suas obras e ao próprio socialismo, de forma geral. No entanto, com o estabelecimento da União Soviética em 1922 e a subsequente expansão do socialismo pelo Leste Europeu, a produção de reações a essa corrente política logo se intensificaria nos meios acadêmicos.

Entre essas reações, se destacou um conjunto de obras do que viria a ser conhecido como Teoria Elitista – ou Elitismo –, cujos principais expoentes foram Robert Michels, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. De diferentes formas, cada um deles buscou demonstrar que a formação de elites governantes apartadas do restante da sociedade é uma constante histórica inevitável.

Com a ascensão de Lênin no governo revolucionário pós-czarista e de Leon Trotsky à frente do Exército Vermelho, uma nova elite, composta por burocratas revolucionários, se formou no interior do Estado soviético. Nesse momento, ganhou força a ideia de que o socialismo, ao alcançar o poder, se converterá quase que em uma espécie de czarismo moderno. Posteriormente, o autoritarismo stalinista, iniciado a partir de 1924, reforçaria ainda mais essa percepção. Isso porque Stalin, durante seus mais de vinte anos de governo, reivindicou para si os pressupostos do marxismo-leninismo. Para os adeptos da teoria elitista, esses acontecimentos eram a prova cabal de que suas teses eram verdadeiras.

Nesse sentido, surgiu a hipótese de que, embora representassem perspectivas políticas frontalmente antagônicas, talvez a teoria leninista sobre partidos de vanguarda e o elitismo não fossem tão diferentes entre si.

No presente trabalho, nosso objetivo central é verificar a procedência dessas comparações, apontando semelhanças e peculiaridades teóricas importantes entre as obras de Lênin e dos autores do Elitismo.

Para isso, no primeiro capítulo, apresentei inicialmente os principais argumentos oferecidos por Michels sobre a formação de novas elites no interior dos partidos socialistas. Mais adiante, explorarei a asserção de Mosca sobre a inevitabilidade histórica das Elites. Por último, abordarei as formulações de Pareto acerca da circulação permanente de elites e dos antagonismos de classe ao longo da história humana (MICHELS, 1982; BOBBIO et al., 2010; PARETO, 1996). Introduzidos os pontos centrais desses autores, realizarei uma síntese do argumento elitista e lançarei luz sobre diferenças nas formulações de cada um deles.

No segundo capítulo, oferecerei um panorama geral das ideias de Lênin (1995), enfatizando tanto sua visão acerca do movimento operário de sua época, bem como sua concepção de partido. Desse modo, busco lançar luz sobre seus embates e aproximações com outras perspectivas teóricas no interior da teoria socialista.

Por último, após expor as ideias mais importantes dessas duas escolas de pensamento político, estabelecerei uma comparação teórica a partir dos tópicos comuns entre elas, indicando semelhanças e diferenças nas abordagens que oferecerem.

Para fins de operacionalização, nos cumpre fazer desde já dois esclarecimentos importantes. Em primeiro lugar, é imprescindível destacar que as motivações intelectuais de Lênin e dos autores elitistas são fundamentalmente diferentes. Se o primeiro produziu na condição de ator social inserido em uma luta histórica em torno dos rumos políticos de uma nação, os demais advogavam para si a condição de cientistas “desinteressados”. Segundo, entenderemos elites como grupos minoritários com acesso a privilégios de ordem econômica e prerrogativa de exercer poder político sobre uma maioria.

## **A GÊNESE E A INEVITABILIDADE DAS ELITES: O PARADIGMA DA TEORIA ELITISTA**

Em princípio, antes de passarmos para os entendimentos particulares de cada um dos autores inseridos nessa tradição de pensamento, devemos definir o que, de modo geral, eles entendem por “Elite”. Somente assim poderemos operacionalizar o objeto em discussão neste trabalho.

Segundo Bobbio et al. (2010, p.385), o enunciado principal do Elitismo consiste na ideia de que “em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. De diferentes formas, essa minoria, então, monopolizaria a capacidade de deliberar e tomar decisões que terão impacto sobre a vida da grande maioria dos membros da sociedade. Estes últimos, desprovidos dessas prerrogativas, seriam subjugados à condição de classe governada.

Para os autores anteriormente citados, a tese mencionada acima aparece pela primeira vez nos escritos de Mosca, que pretendia conferir-lhe um caráter

científico a partir da observação pura e imparcial dos fatos históricos. Vejamos a seguir de que modo essa distinção entre classe governante e classe governada se manifesta no seio de sua obra:

Entre as tendências e os fatos constantes que se acham em todos os organismos políticos, um existe cuja evidência pode ser a todos facilmente manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que são apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político. (CRUZ, 2004, p.1).

Assim, como se vê, Mosca inaugura a ideia central do Elitismo. Aqui, independentemente do tempo histórico, se formará, no seio da sociedade, uma classe dirigente – por vezes também chamada de “aristocracia”. Ao exercer as funções típicas de comando político, essa classe inevitavelmente se distanciará do restante da população, que a segue graças à sua capacidade de lhe garantir condições mínimas de sobrevivência.

A consolidação da hegemonia social da Elite, para Mosca, se tornaria possível, também, à medida que ela desenvolve uma capacidade de organização interna a partir de suas “relações de interesse” (BOBBIO et al., 2010). Ao contrário do que ocorre com as massas desarticuladas e amorfas, os membros da Elite, por meio dessas relações, desenvolvem sentimentos de homogeneidade e solidariedade mais facilmente.

Conforme veremos a seguir, a ideia de um conjunto mínimo de condições para o sucesso ou manutenção do poder político por uma elite ou aristocracia será resgatada por Pareto, mas de modo distinto.

Na visão de Pareto, o fato de as sociedades humanas não serem homogêneas ou reduzidas a uma luta entre duas classes antagônicas, tal preconizaria a teoria marxiana em sua leitura, é exatamente o motor dos movimentos de transformação em suas estruturas ao longo da história.

Em sua interpretação, em toda sociedade humana serão sempre três as camadas ou grupos existentes: em primeiro lugar, uma aristocracia ou elite

tradicional, que buscará manter sua hegemonia; depois, uma classe social em ascensão que visa a tomada do poder contra aquela aristocracia de base tradicional; e por fim, o restante da população, desprovido, nas palavras de Pareto (1966, p.134), de “energia, caráter e inteligência”.

Carecendo dessas qualidades ou de qualquer agência própria, a população em geral não possuiria a capacidade de compreender as nuances do processo produtivo. Por isso mesmo, tende a alinhar-se com aqueles que lhe prometerem a satisfação de seus interesses mais imediatos e fazem odes ao sofrimento enfrentado por seus membros. Eis a maneira pela qual, segundo Pareto (1966), poderão ser instrumentalizados para fins políticos de uma elite ou de outra.

Para o autor em destaque, as elites não são apenas um grupo social que se distingue das demais camadas da sociedade a partir de um critério específico. Mais do que isso, elas seriam “um grupo dotado de recursos e qualidades para promover o bem-estar e a dominação de uma classe” (PARETO, 1996, p.155), de acordo com os paradigmas de uma determinada sociedade.

Nesse ponto, notamos que Pareto (1996), assim como Mosca, enxerga no nascimento das elites um método encontrado pela população geral para assegurar as condições primordiais de sua própria sobrevivência.

Ascendendo ao poder sob a justificativa de assegurar o bem-geral à população, a nova elite governante se distancia do restante da sociedade, voltando-se, no fim das contas, para a satisfação exclusiva de seus próprios interesses. Ao fazê-lo, essa elite ascendente converte-se ela própria em uma nova aristocracia, pautada por métodos e uma concepção de mundo bastante semelhantes aos da classe moribunda contra a qual outrora lutara. Desse modo, a defesa da igualdade entre os indivíduos não é, nas palavras do próprio Pareto, senão um “fato de grande importância e que atua poderosamente para determinar as mudanças que poderão ocorrer na sociedade”. (PARETO, 1966, p.155).

Em sua visão, o fato de cada classe social possuir interesses próprios e buscar realizá-los acima de qualquer coisa não é nada além de uma lei sociológica elementar e irremediável. Em paralelo, tão natural quanto isso é a tentativa dos membros de qualquer classe de justificar suas aspirações a partir da racionalidade. Nesse sentido, não buscam simplesmente legitimar-se perante outras classes. Mais importante do que isso é convencer-se de que suas aspirações fazem sentido, por meio da ideia de que suas próprias demandas são dotadas de

razoabilidade. Essa última operação só poderia ser viabilizada mediante um novo apelo à racionalidade. Dito de outro modo, trata-se da utilização da faculdade racional para justificar o que muitas vezes não é, senão, fruto da pura irracionalidade humana.

Entretanto, o bem-estar geral, responsável em última instância pela manutenção do equilíbrio social, é cada vez mais ameaçado conforme os mecanismos de recrutamento de membros da elite tradicional começam a apresentar sinais de falha. À medida que privilegiam a seleção de indivíduos degenerados em detrimento de pessoas brilhantes e capazes de colaborar com a conservação da hegemonia da classe social, essas engrenagens se tornam disfuncionais.

Sem acesso às fileiras da elite tradicional, os sujeitos brilhantes tendem a ser incorporados pela classe subalterna que almeja o poder. Ao mesmo tempo, a incapacidade aristocrata de purificar seus próprios quadros logo faz com seus quadros se limitem cada vez mais a indivíduos degenerados. A longo prazo, isso conduziria necessariamente a uma revolução, e assim, dá-se a circulação histórica das elites.

A revolução torna-se ainda mais iminente quando uma nova classe em ascensão tem êxito em criar, entre seus membros, uma consciência própria a partir de elementos comuns e facilmente identificáveis. Se, em paralelo, arrefecem as bases da dominação e da identidade comum da antiga elite, então é certo que sua destruição é apenas uma questão de tempo. Isso porque, desse modo, seus membros se tornarão incapazes de se adaptar às transformações históricas que inevitavelmente surgirão.

Nesse ponto, vemos que Pareto (1996) retoma a formulação de Mosca pela qual hegemonia de uma elite só pode perdurar desde que exista, em seus quadros, uma identidade capaz de mantê-los unidos enquanto classe.

O sucesso na empreitada de tomada de poder por uma elite em ascensão dependerá da sua capacidade de mobilizar a população em geral, convencendo-a de que é mais capaz de satisfazer seus anseios do que sua antecessora histórica. É necessário ainda que os aspirantes ao poder, por meio de uma justificativa moral sólida, convençam a massa amorfa de que há entre eles uma convergência de interesses entre os dois grupos sociais.

Nesse sentido, Pareto (1996) inverte a formulação clássica de Marx e Engels (2012, p. 44), argumentando que o que se verifica no curso da história humana não é a luta entre classes sociais antagônicas, mas uma luta sempre entre duas aristocracias pelo poder, enquanto o povo, apático, é mobilizado em apoio aos anseios de uma ou de outra.

Chegamos, assim, à principal formulação da chamada teoria da circulação das elites de Pareto (1996, p.135, tradução livre): a noção de que, ao longo da história, a “aristocracia no poder muda constantemente, com a que hoje detém o poder sendo substituída, após um certo período de tempo, por sua adversária”.

Ao estudar a organização interna dos partidos de massa após adentrarem a esfera governamental, Michels (1982), por sua vez, observou uma transformação significativa em seu comportamento político. Para ele, ao serem incorporados à estrutura formal de poder no interior do Estado, os socialistas se defrontaram com uma organização de caráter conservador e oligárquico, responsável por impor limites claros à sua ação tradicionalmente energética, programática e revolucionária.

Os esforços das lideranças partidárias em minar as discordâncias entre os membros do partido, com vistas a assimilar em suas fileiras o maior número possível de membros, produziriam uma incompatibilidade entre o projeto de expansão partidária e a possibilidade de travar uma luta política ancorada em grandes princípios ideológicos.

Em outras palavras, se todo o prestígio político de um partido de massas deriva de sua capacidade de assimilar de novos apoiadores, então é necessário que a agremiação flexibilize progressivamente seus ideais, para que cada vez mais pessoas se afeiçoem à sua atuação.

A partir dos limites institucionais impostos pelo Estado e da necessidade de expandir se enquanto uma organização de massas, o partido, então, altera radicalmente a sua estratégia, passando de uma “energia revolucionária, à medida que aumentam suas forças e a solidez de sua estrutura”, a uma “timidez e prudência cada vez maiores” (MICHELS, 1982, p.222). Essas novas diretrizes de atuação, por sua vez, seriam aquelas típicas de uma organização conservadora.

Em decorrência da constante necessidade de ampliação de seu prestígio, um grau cada vez maior de centralização em torno de ideias formuladas por poucos chefes é imposto às bases, com vistas a profissionalizar a atuação de seus

membros por intermédio da disciplina. Com isso, o partido pretende, em última instância, aproximar-se cada vez mais das massas que pretende representar e evitar qualquer tipo de fragmentação em seus quadros.

À medida que anexam novos membros às suas fileiras, os partidos de massa, “para consolidar suas posições”, se veem obrigados a “estender seu mecanismo burocrático e acumular capitais”. Desse modo, progressivamente vão se assemelhando mais como um “Estado dentro do Estado” (MICHELS, 1982, p. 221).

Contudo, se o partido tem sucesso em sua empreitada de crescimento, progressivamente se defrontará com um dilema: ou continua a expandir sua burocracia para prosseguir com seu projeto de ampliação de bases, ou preserva a existência de uma identidade comum entre seus membros, que em última instância é sua razão de ser.

Decidindo-se pela expansão contínua, os funcionários do partido passam a gozar de um poder maior em relação aos demais quadros, convertendo-se assim não apenas em chefes profissionais, mas sobretudo em uma nova minoria – leia-se aristocracia. Constituídos como uma aristocracia intrapartidária, passam a possuir interesses diferentes dos das bases partidárias. Nesse momento, nasce um perigo do qual os socialistas não poderiam escapar: o de tornar seu partido um fim em si mesmo, em virtude da “oposição declarada entre a massa dos partidários e o grupo de chefes, na medida que o partido cresce”. (MICHELS, 1982, p. 233).

Desse ponto de vista, se os ideais e a representação das bases são sacrificados em prol da expansão do partido, é evidente que ele já não constitui o representante de uma classe, mas uma nova classe em si. No caso, uma nova elite dotada de mais poderes e prerrogativas do que a maioria do restante dos quadros.

Vemos, portanto, que, assim como teorizaram Mosca e Pareto (1996), Michels (1982) compreende que a chegada de um grupo ao poder provoca uma mudança drástica de atitude em seus membros. A partir dela, passam a ser comportar progressivamente da mesma forma que as elites tradicionais contra as quais outrora lutavam.

Por outro lado, essa tendência, para Michels (1982), é menos consequência de um ímpeto natural das classes sociais em perseguir cegamente e acima de tudo o seu próprio interesse através da oneração de outras classes do que uma atitude necessária à sua própria sobrevivência enquanto organização representativa.

Exemplo claro desse contraste é o fato de haver, no seio de sua análise, uma certa reserva à teoria da circulação das elites de Pareto (1996), que, em suas palavras:

“[...] só pode ser aceita com restrições, no sentido de que se trata com muito menos frequência de uma sucessão pura e simples das elites do que de uma mistura incessante, com os antigos elementos atraindo, absorvendo e assimilando continuamente os novos” (MICHELS, 1982, p.226).

Por outro lado, o autor se aproxima de Pareto (1996) ao argumentar que a maioria da população é incapaz de governar a si própria, dado que é “afligida por uma incompetência incurável” para resolver seus problemas, sendo “a existência de chefes um fenômeno inerente a toda as formas da vida social”. (MICHELS, 1982, p.240; 237).

Por isso, ainda que lograsse espoliar a antiga classe dominante, a emergência de uma nova elite é iminente e até inevitável, pois a sua inexistência significaria, em última instância, o desaparecimento da própria sociedade ou, no caso, do partido. Nesse ponto, Michels (1982) elabora conclusões que se aproximam das formulações de Cruz (2004) e Pareto (1996) acerca da indispensabilidade das elites para o alcance de um objetivo maior.

Assim, a inerência entre formação de elites e as “necessidades de ordem tática e técnica que decorrem da consolidação de qualquer agregado político disciplinado” (MICHELS, 1982, p.238) nos permite traçar outra formulação central na sociologia do autor em destaque: o surgimento de novos chefes no interior do partido é um espelho da própria dinâmica de ascensão de novas classes dominantes no seio da sociedade, ao longo da história humana. Dito de outro modo, vemos que a dominação dentro de um partido é um espelho do que ocorre na sociedade.

A seguir, após expor as principais formulações de Lênin (1995), discutirei de que modo, para ele, a disciplina e a organização no interior do movimento operário são tratadas como elementos indispensáveis para o sucesso na consecução de seus objetivos revolucionários, em oposição a outras perspectivas de luta política presentes no bojo da Social-Democracia de sua época.

## **MARXISMO-LENINISMO, ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E TEORIA DE PARTIDO: NOVAS ELITES?**

De diferentes maneiras, Marx e Engels, bem como outros estudiosos da tradição marxista – dentre os quais inclui-se Lênin –, sempre se interessaram pela compreensão da classe operária sobre sua própria luta. Mais ainda, sempre nutriram especial interesse pela interação entre estrutura socioeconômica e as formas de organização e mobilização política que surgem a partir dela.

N'O *Manifesto*, Marx e Engels (2012, p. 44-45) apontam que, com o desenvolvimento capitalista a partir da grande indústria moderna, foram simplificados os antagonismos de classe na sociedade. Nesse processo, teriam sido empurrados para dentro do proletariado todos os seus extratos médios – pequenos produtores, comerciantes, artesãos, camponeses, etc. Com isso, a burguesia teria não apenas criado “as armas de sua destruição”, como também os próprios homens que irão se utilizar delas para matá-la (MARX e ENGELS, 2012, p. 50-51).

Na mesma linha, Marx, n'O *Dezoito Brumário*, observa que o campesinato, em decorrência da substituição histórica da fragmentação feudal de terras pela pequena propriedade capitalista moderna, passou de extrato cujas condições de vida o impedia de emergir enquanto classe à condição de “aliado [...] natural do proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês”. (MARX, 2006, p. 132-137, grifo do autor).

Há então, nesses escritos de Marx e Engels, uma ideia central: a de que a emergência do proletariado enquanto ator revolucionário depende, em última instância, da criação de uma consciência comum entre seus membros. Consciência essa que fosse capaz de unificar seus interesses em torno de uma agenda de transformação social comum.

Dito de outro modo, o acirramento das contradições de classe no interior da sociedade capitalista seria um elemento catalisador de seu próprio fim. Afinal, ao perceber que a derrubada da ordem burguesa é o único meio de realizar seus interesses comuns, as diferentes frações do proletariado tenderiam a se organizar em um processo revolucionário para derrubá-la. Isso não seria nada além do desenvolvimento teleológico da história. Lênin, por sua vez, se mostra cético em relação a essa tendência. Para ele, a existência de uma consciência comum é condição necessária, mas não suficiente para semear um espírito revolucionário no interior do proletariado. Em sua percepção, “o movimento operário espontâneo

não pode resultar, por si mesmo, senão no *trade-unionismo*” (LÊNIN, 2015, p.153).

O *Trade-unionismo*, por vezes também denominado *economicismo*, é a designação criada por ele para se referir à tendência no interior da Social-democracia que priorizava o apoio a lutas imediatas e pontuais de movimentos de trabalhadores. Desprovidas de um caráter de classe mais amplo, essas lutas se pautavam pelo projeto de melhorar as condições de vida de grupos de trabalhadores circunscritos através da obtenção de concessões de capitalistas de setores particulares da economia.

Assim, o proletariado, em sua interpretação, seria originalmente desprovido da capacidade de reconhecer-se enquanto classe revolucionária<sup>3</sup> a partir de uma consciência comum. Isso decorreria não de uma incapacidade natural ou de ordem biológica, mas das condições sociais de reprodução do indivíduo sob a dinâmica capitalista (MARX, 2011). Em virtude disso, a interpretação leninista entende que, ao glorificar o *trade-unionismo*, os sociais-democratas não fariam mais do que “preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa” (LÊNIN, 2015, p.153).

A ausência de uma identidade ou consciência revolucionária comum entre os membros das diferentes frações da classe operária os tornaria, por consequência, incapazes de relacionar as suas próprias lutas a uma luta social mais ampla. Em suma, não seriam capazes de perceber por si próprios que ambas são duas fases distintas de um embate contra um mesmo inimigo: o regime político burguês, ou, no caso russo, a autocracia czarista. Como ainda veremos adiante, essa capacidade, na perspectiva leninista, só poderá ser desenvolvida no proletariado através da ação de um grupo específico.

Em síntese, acreditar que o movimento operário por si só é capaz de formular uma ideologia revolucionária própria é condená-lo à cooptação pelos preceitos da política representativa burguesa. Nela, o operariado se pautaria pela concepção *trade-unionista*, segundo a qual “é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc.” (LÊNIN, 2015, p.79)

---

<sup>3</sup> No pensamento marxiano, isso se chama “consciência de classe”. O termo é amplamente usado por Marx e Engels, por exemplo, em “A Ideologia Alemã”.

Em contraposição a essa tendência, e para que o proletariado assuma seu papel revolucionário na história, Lênin (2015) entende ser preciso fomentar uma “consciência social-democrata”. Esta última, capaz de fazer “a avaliação mais revolucionária de cada acontecimento” (LÊNIN, 2015, p.155), só poderia se desenvolver entre o operariado mediante a ação de dirigentes revolucionários profissionais. Ao contrário dos operários, esses seriam, por definição, possuidores de uma clareza de conceitos teóricos e das formas de interações sociais entre as classes no seio da sociedade capitalista. Somente quando entra em contato com esse arcabouço teórico é que o operariado teria a oportunidade de compreender qual é a natureza econômica e política da sociedade, convertendo-se, assim, em social-democrata.

Os intelectuais, em decorrência da necessidade de moldar o operariado a partir da doutrina social-democrata de cunho revolucionário, adquirem, na teoria de partido leninista, proeminência por seu papel estratégico na formação de quadros. A sua ascensão se dá a partir do seu privilégio de acesso a conhecimentos restritos à intelectualidade burguesa, dos quais o operariado, por conta das condições de trabalho que enfrenta nas fábricas, não pode usufruir. Falando como se fora ele próprio um operário, afirma o autor que é preciso que:

“[...] Os intelectuais nos repitam menos o que nós próprios já sabemos, e que nos deem mais daquilo que ainda ignoramos, o que jamais poderemos saber em nossa experiência fabril e ‘econômica’: os conhecimentos políticos. Esses conhecimentos apenas os intelectuais podem adquirir-los, tornando-se seu dever proporcionar-nos cem e mil vezes mais do que têm feito até agora;” (LÊNIN, 2015, p.129-130).

A desconfiança leninista acerca das capacidades dos operários se materializa em críticas duras às experiências *trade-unionistas* inglesas de organização sindical. Nelas, o revolucionário russo ressalta a necessidade de se contar, no interior de um partido que se pressuponha como de vanguarda, com “jornalistas, parlamentares, profissionais etc. para dirigir de forma social-democrata a luta de classe do proletariado”, exercendo todos eles funções administrativas e de agitação. (LÊNIN, 2015, p.204-205).

Assim, para que o operariado disponha de conhecimentos que o permitam relacionar suas lutas particulares com o questionamento à própria ordem social, a estabilidade necessária para o sucesso de suas ações políticas só poderia ser

obtida mediante a existência de um partido fortalecido, em que se possa contar com um corpo de dirigentes profissionalizados. Essa agremiação seria capaz não somente de coordenar as diferentes frentes da luta política sob um mesmo eixo, mas também, e sobretudo, de liderar motins contra os pilares da sociedade burguesa vigente.

Diante desses fatos, observamos que foi preciso que se começasse a cogitar, no interior do movimento social-democrata, a possibilidade de, mesmo quando diante das condições históricas necessárias, a classe operária não se dispor a realizar por si mesma uma revolução contra a ordem burguesa. Aqui não falamos, portanto, como se Lênin tivesse tentado se contrapor ou “ser mais marxista” do que os próprios Marx e Engels. Trata-se antes de considerar que o líder revolucionário, seguindo o método dialético marxiano, levou em conta as peculiaridades históricas de seu tempo na elaboração de sua teoria de partido.

Nesse sentido, Lênin, ao enfatizar a importância da formação de lideranças profissionalizadas, buscou operacionalizar a formulação marxiana de que “os comunistas são (...) a porção decisiva dos partidos de trabalhadores de todos os países, a força sempre a impulsioná-los adiante”, cujo principal objetivo seria “a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletário”. (MARX e ENGELS, 2012, p.59). Pressupõe-se, então, a existência de um interesse unívoco no interior dessa classe, do qual os comunistas seriam os principais porta-vozes.

Na verdade, a classe leninista de revolucionários profissionais não é mais do que um desdobramento mais sofisticado de uma formulação presente já n’O *Manifesto*. Segundo seu enunciado, os comunistas são aqueles que “(...) percebem, na teoria, *antes* da massa restante do proletariado, as condições, o curso e o resultado geral do movimento operário”. (MARX e ENGELS, 2012, p.59, grifo do autor).

Dessa maneira, como vimos, a solução encontrada por Lênin para contornar o reformismo *trade-unionista* foi apostar na formação de revolucionários profissionais, a serem escolhidos a partir da “mais rigorosa seleção” (LÊNIN, 2015, p.203) no interior de um partido de vanguarda. Nele, ainda que a discussão fosse livre, a atuação de seus membros deveria se nortear sempre por um conjunto de diretrizes comuns<sup>4</sup>, permeadas por um caráter revolucionário.

---

<sup>4</sup> A isso, a teoria leninista de partido chamou de “centralismo democrático”.

A seguir, em nossas considerações finais, levando em conta o que aqui expusemos sobre elitismo e leninismo, apontaremos em que pontos estas duas tradições de pensamento político se aproximam e se diferenciam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE HÁ DE ELITISTA NO MARXISMO-LENINISMO?**

Expostas as bases dos argumentos elitistas centrais e as principais formulações do marxismo-leninismo, notamos que há elementos suficientes para que identifiquemos Lênin (2015) como um autor cujos escritos podem, em grande medida, ser identificados com paradigmas tipicamente elitistas, na acepção que esse termo possui no interior da teoria política.

Isso porque há um consenso entre teoria elitista e o leninismo de que a ascensão de uma nova classe governante requer algumas condições mínimas. Se entre os elitistas uma classe só pode conservar sua hegemonia enquanto for capaz de manter-se coesa em sua organização interna<sup>5</sup>, para o marxismo-leninismo a ascensão do proletariado enquanto classe governante só será possível através da mediação de um corpo revolucionário profissionalizado que unifique todas as frações do proletariado em torno de um único interesse comum: a derrubada da ordem capitalista.

Esse interesse, para Lênin, representaria uma consciência comum a seus membros. No caso, a condição de despossuídos e oprimidos por uma mesma classe, a burguesia, que outrora fora ela mesma revolucionária, nos moldes preconizados pela explicação elitista para o sucesso da ascensão e decadência das aristocracias ao longo da história. Vale lembrar ainda que essa percepção, de que a luta revolucionária poderia ser catapultada pela existência de uma consciência comum entre as frações do proletariado, já se fazia presente, de forma latente, nas obras de Marx e Engels. Vimos ainda que os dois já enfatizavam que os comunistas, por sua posição privilegiada na compreensão do processo de

---

<sup>5</sup> Seja pela da ação de dirigentes profissionais que garantem a expansão do partido pelo sacrifício do seu idealismo purista, como em Michels; pela capacidade da elite em ascensão em criar uma identidade comum para seus membros, como em Pareto; ou então, pela permanência de um interesse comum entre seus membros, como em Pareto; ou então, pela permanência de um interesse comum entre seus membros, como em Mosca.

desenvolvimento capitalista antes das massas, possuem papel estratégico na ascensão do proletariado como classe revolucionária.

Assim, a tese leninista não contradiz a ideia de condições mínimas de sucesso para a formação de uma nova classe dirigente, tal como preconizado pelo elitismo. Muito pelo contrário, ela pressupõe que o proletariado só pode ascender enquanto classe revolucionária se houver antes, entre seus membros, um conjunto de dirigentes profissionais que, munidos de conhecimentos originalmente restritos às camadas burguesas da sociedade, seriam capazes de apresentar-lhes a uma perspectiva verdadeiramente social-democrata. Essa perspectiva, a seu turno, é que seria um instrumento unificador em torno dos mesmos objetivos revolucionários.

Em suma, elitismo e marxismo-leninismo admitem, de formas distintas, que a formação de novas classes governantes só é possível se seus membros possuírem interesses e identidades ou formas de consciência em comum. Além disso, e mais importante, ambos admitem a necessidade da existência de uma nova elite, apartada do restante da população, como uma forma de assegurar a criação de uma nova sociedade em que haverá maiores níveis de bem-estar para as camadas populares que por ela serão conduzidas passivamente.

Vê-se dessa forma que existe, nessas duas matrizes de pensamento, uma concepção bastante pessimista acerca do conjunto geral da população. No elitismo, ela aparece representada como maioria amorfa que, sendo desprovida de inteligência e iniciativa, não compõe nenhuma classe ou aristocracia; no marxismo-leninismo, aparece como classe proletária que, correspondendo à maioria esmagadora da população, necessita de auxílio externo para desenvolver uma consciência de classe e, assim, formar-se enquanto classe revolucionária.

Em ambos os casos, se supõe uma enorme passividade nas massas, sendo elas incapazes de se autogovernar livremente de modo eficaz. Como consequência disso, necessitam de alguém, no caso, de uma elite, para prover-lhes as condições mínimas de subsistência (Teoria elitista) e orientações a respeito do que fazer em matéria de organização política (Leninismo).

Se no elitismo, em particular naquele preconizado por Pareto (1996), a população é ignóbil a ponto de deixar-se conduzir por aqueles que melhor romantizam o seu próprio sofrimento, nos escritos leninistas a classe trabalhadora, maioria esmagadora da sociedade, é retratada como fundamentalmente limitada

do ponto de vista intelectual, em virtude de sua maçante jornada de trabalho diária.

Entretanto, a mais flagrante semelhança entre as duas tradições de pensamento político se verifica especificamente entre o elitismo desenvolvido por Michels (1982) e o modelo de partido vanguardista elaborado por Lênin (1995). Em ambos, dirigentes revolucionários profissionais, por seu monopólio na disseminação de conhecimentos e teses revolucionárias, adquirem certo grau de autonomia e constituem-se como uma nova classe dominante e gozadora de privilégios em relação às bases que buscam representar. Essa relação, para Michels (1982) se explica em virtude da permanente necessidade do partido de ampliar seu número de adeptos e sua repercussão entre as bases; para Lênin (1995), como já exposto, essa autonomia seria necessária para assegurar a predominância de uma perspectiva revolucionária e social-democrata no interior do movimento operário.

Nesse ponto, a forma como a burocracia dos partidos socialistas se mostra incapaz de perceber-se enquanto uma nova elite perante o restante das massas operárias, por mais assemelhadas que suas ações fossem às da antiga aristocracia, vai ao encontro do modelo teórico formulado por Pareto. Para ele, as novas elites nunca se dão conta de sua condição justamente por seu ímpeto em justificar suas atitudes como meios adequados para a consecução dos objetivos da classe oprimida, interessada em melhorar de vida a qualquer custo. Dessa forma, além de obter o apoio necessário para seus objetivos particulares, as elites ascendentes convencem-se de que a satisfação de seus interesses é, na verdade, a melhor forma de satisfazer interesses gerais.

Por último, enxergamos na rígida seleção defendida por Lênin (1995) na definição de membros para compor os quadros revolucionários do partido o mesmo mecanismo de seleção natural observado por Pareto (1996) no interior das elites. Elas, para conservar sua hegemonia ao longo do tempo, devem ser capazes, simultaneamente, de assimilar em suas fileiras os melhores elementos existentes na sociedade e expurgar deles os indivíduos degenerados.

Em resumo, a teoria leninista de partido, ao enfatizar o combate à espontaneidade desviante do ideal social-democrata revolucionário e conferir proeminência ao papel de determinados grupos na agitação política – intelectuais, revolucionários profissionais, etc. –, abriu margem para que se formasse, no seio

do movimento operário, uma nova elite dirigente, tal como nos moldes sugeridos pelos autores do elitismo.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: **Dicionário de Política**. Editora UnB. 13ª edição. 2010.

CRUZ, M. Braga da. **Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, I Vol., 4ª ed., p. 405-419, 2004.

LENIN, V. I. **Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Penguin e Companhia, Clássicos, 2012.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Centauro Editora, 2006.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, Editora Universidade de Brasília, 1982.

PARETO, V. **Sociological Writings** (Seleção de S. E. Finer). New York: Praeger, 1966.

## HERANÇAS SIMMELIANAS NA ESCOLA DE CHICAGO E EM NORBERT ELIAS

### SIMMELIAN INHERITANCES IN THE CHICAGO SCHOOL AND NORBERT ELIAS

*Ricardo Bandeira de Melo \**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<https://orcid.org/0000-0002-6662-4997>

#### RESUMO

O presente artigo discutirá, por meio de uma revisão bibliográfica, a influência da obra de Georg Simmel nas duas gerações daquela que ficou conhecida como “A Escola de Chicago” e na obra de Norbert Elias. Para tanto, serão apresentados os conceitos de sociabilidade, conflito social e seus estudos sobre a metrópole, a fim de aprofundar, por um lado, o entendimento sobre a ênfase da referida escola na interação social e nos estudos urbanos, e, por outro, a busca pela superação conceitual no abismo indivíduo/sociedade em Simmel e Elias. Por fim, serão ainda apresentados, de forma breve, como essas trajetórias se cruzaram e um pouco dos contextos históricos desses trabalhos.

**Palavras-chave:** Georg Simmel; Escola de Chicago; sociologia figuracional.

#### ABSTRACT

This paper will discuss, by means of a literature review, the influence of Georg Simmel's work on the two generations of what became known as "The Chicago School" and on the work of Norbert Elias. To this end, the concepts of sociability, social conflict and their studies on the metropolis will be presented, in order to deepen, on the one hand, the understanding of the emphasis of the aforementioned school on social interaction and urban studies, and, on the other, the search for conceptual overcoming in the individual/society abyss in Simmel and Elias. Finally, it will also briefly present how these trajectories intersected and some of the historical contexts of these works.

**Keywords:** Georg Simmel; Chicago School; Figurational sociology.

\* Possui graduação em Ciências Sociais/Bacharelado (2015) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestrado em Sociologia (2020) pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB) e Formação Pedagógica em Sociologia pela UNOPAR (2022). Membro do Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV-UFPB). Suas principais áreas de interesse são: sociologia do crime e do desvio; sociabilidade; métodos e técnicas de pesquisa social qualitativa; teoria social. Contato: [ricardobandeira\\_cs@hotmail.com](mailto:ricardobandeira_cs@hotmail.com)

Artigo Recebido em: 22/03/2019. Aceito em 29/08/2022.

Revista Idealogando, Recife, v. 4, n. 1, p. 76-91. 2020, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## INTRODUÇÃO

George Simmel exerceu um importante papel na consolidação da sociologia alemã. Sua obra, contemporânea à de Max Weber, abordou temas caros naquele momento de institucionalização dessa ciência, como o método e a modernidade. Todavia, é por seu olhar cuidadoso sobre os eventos “miúdos” da vida cotidiana que geralmente esse filósofo e sociólogo é lembrado.

A maneira como sua obra influenciou e influencia outros cientistas sociais é um tema praticamente inesgotável. De maneira profunda, seus trabalhos percorreram uma grande variedade de temas, como a metrópole, a moda, o dinheiro, etc. Esses debates desdobraram-se de maneira muito frutífera ao longo dos anos. É fácil notar, por exemplo, a influência de discussões a respeito da moda (SIMMEL, G. 2008) sobre os estudos mais atuais realizados por Pierre Bourdieu (2007).

O presente artigo não tem por objetivo discutir de forma exaustiva as contribuições desse sociólogo clássico berlinense sobre as ciências sociais hoje. A proposta, mais moderada, consiste em apresentar qual o impacto da obra simmeliana nos estudos das duas primeiras gerações da chamada “*Escola de Chicago*” e nos trabalhos de Norbert Elias.

Serão discutidas as relações de Simmel tanto com os autores da Primeira Geração da referida escola, como Albion Small, Robert Park e outros, quanto com os dois grandes representantes da Segunda Geração: Howard S. Becker e Erving Goffman. Sobre Elias, será mostrado como do mesmo modo que seu antecessor, há nele um projeto teórico que busca superar os abismos entre indivíduo e sociedade.

Para tanto, serão abordados alguns conceitos fundamentais, sendo eles o de *sociabilidade* e o de *conflito social*. Além disso, será discutida a questão da *sociologia urbana*; buscando traçar as suas relações com os empreendimentos teóricos interacionistas e figuracional.

## SOCIABILIDADE

O conceito de sociabilidade é, no pensamento simmeliano, crucial; dado que, como apontou José Alcântara Jr (2006, p. 188-189), a noção permite a

compreensão das *formas*, indicando os elementos da estruturação do social; da passagem do “individualmente construído para o socialmente edificado”. Indicando, assim, os elementos que impulsionam a própria materialização da existência social.

Em cada sociedade, segundo Simmel, a interação entre indivíduos dá-se a partir de certos impulsos ou buscas por finalidades:

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. (SIMMEL, 2006, p. 59-60).

Esses “impulsos” ou “finalidades” são simultaneamente os *conteúdos* e *matérias* da *sociação*. Definidos como:

[...] Tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos – tudo que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros. (SIMMEL, 2006, p. 60.)

Daí resultam as *formas de sociação*: grupos de amigos, gangues, casais, partidos, etc. O que há de realmente social na interação não é a busca individual por metas ou impulsos, sim a maneira como as *formas* criadas por interesses específicos desprendem-se deles e tornam-se finalidades e matérias da própria existência. Esse desprendimento das *formas* sobre os *conteúdos* foi definido pelo sociólogo alemão como sendo o fenômeno da *sociabilidade*. Conforme o autor:

[...] Para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar juntamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal. Esse impulso leva a essa forma de existência e que por vezes invoca os conteúdos reais que carregam consigo a sociação em particular. (SIMMEL, 2006, p. 64).

Os conteúdos não deixam de existir, mas eles são superados, no sentido da interação ser um fim em si. Todavia, os desejos, impulsos, interesses, etc., podem ser invocados a qualquer momento. É o “jogo da interação das meras silhuetas de coisas sérias” (SIMMEL, 2006, p. 74).

A sociabilidade tem como condição, então, que as finalidades pessoais não

apareçam sem qualquer reserva, sendo a *discrissão* condição da sociabilidade. De igual modo, as qualidades pessoais, personalidade e humor, tanto as positivas quanto as negativas, devem ser mantidas sob controle; ou melhor dizendo, *auto controle*. O que Simmel chamou de *tato*:

[...] tudo que representa de mais pessoal na vida, no caráter, no humor, no destino, não tem qualquer lugar nos limites da sociabilidade. É uma falta de tato – porque contradiz os momentos aqui exclusivamente dominantes de efeitos *mútuos* – levar para a sociabilidade bons e maus humores meramente pessoais, excitações e depressões, a luz e a obscuridade da vida profunda. (SIMMEL, 2006, p. 67).

Ainda entre as condições da sociabilidade, o autor destacou a necessidade de satisfazer-se de modo a garantir ao(s) outro(s) o máximo dos valores sociáveis; gerando uma teia de reciprocidades. Todavia, esse *caráter democrático* só pode ocorrer no interior de um *estrato*, dado que a interação entre pessoas hierarquicamente distintas ocorre de modo contraditório e/ou constrangedor.

## CONFLITO SOCIAL

O *conflito social* recebeu em sua obra uma atenção completamente diferente daquela empregada por outros sociólogos até o momento. O conflito é a “negação da indiferença”, condição indispensável à sociabilidade. O conceito passa, dessa maneira, a ser pensado não apenas como um aspecto negativo da vida, mas algo inerente e fundamental na dinâmica entre indivíduo e sociedade.

Como salientou Alexandre Werneck (2012) o conflito não foi pensado por Simmel como uma descontinuidade no social. Ele não é apenas gerado, ele é gerador; deixando, assim, de ser pensado como a *manifestação* de outras ordens de fenômenos, como a *luta de classes* em Marx, K; ENGELS, F (1999) a *anomia* em Émile Durkheim (1999) ou a *dominação* em Max Weber (2004). O conflito passou a ser um objeto em si. Não uma representação de outros fenômenos, mas um fenômeno particular portador de regras próprias.

De acordo com José Alcântara Jr (2006), “na vida social somos remetidos às lutas efêmeras ou duradouras, as quais são partes da luta mais geral”. O conflito é capaz de produzir ou alterar grupos de interesse, organizações, etc. Ele é uma forma social que possibilita momentos de construções como também de destruições. Toda interação entre os indivíduos é uma forma de sociação, e com o

conflito não poderia ser diferente.

O conflito é inexoravelmente parte da vida. Há um conjunto de tensões que permeiam a relação entre indivíduo e sociedade. Segundo Simmel (2006), a sociedade adquire seus próprios órgãos, que contrapõem-se ao indivíduo em diversos níveis. Na sociabilidade, a necessidade da auto-regulação, da discrição, do recuo da personalidade individual, etc., são formas de conflito entre o individual e o grupal. A luta também está sugerida na “inerência da sociedade no indivíduo”, onde diferentes elementos sociais constituem nele impulsos conflituosos. O autor colocou a tensão entre indivíduo e sociedade dessa maneira:

Em muitas outras relações, porém, essa sociedade impõe um nivelamento de seus membros; dentro de seu círculo estrito, ela cria uma média com a qual torna extremamente difícil que seus elementos sobressaiam com particularidades individuais quantitativas e qualitativas. A especificação exigida pela sociedade com relação ao humanamente geral é proibida diante do aspecto social geral. Assim, o indivíduo é constrangido por dois lados: a sociedade lhe dá uma medida que a personalidade não deve ultrapassar nem em direção à generalidade nem à individualidade (SIMMEL, 2006, p. 91).

Desse modo, temos o conflito não como algo superável; uma espécie de “problema social”, mas sim como um traço contínuo e constitutivo da vida humana.

## **A SOCIOLOGIA URBANA**

A metrópole recebeu atenção especial na obra simmeliana, o que faz dele um dos expoentes da sociologia urbana. Para discutir a vida nas grandes cidades, Simmel (2005) partiu da tensão entre indivíduo e sua busca pela preservação da autonomia frente à sociedade; a resistência do indivíduo ao nivelamento.

Ao sairmos às ruas, somos tomados por uma infinidade de estímulos, provenientes da imensa variedade da vida nas grandes cidades, sempre envolvidas em transformações ligeiras. A vida nas pequenas cidades é marcada pela regularidade e pelo enraizamento do indivíduo. Na metrópole, já não podendo contar de forma tão ampla com a tradição, o caráter intelectualista faz-se necessário.

Disso resulta um crescimento da sobreposição das formas sociais e dos conteúdos sobre os indivíduos:

A pontualidade, a contabilidade, a exatidão, que coagem as

complicações e extensões da vida na cidade grande, estão não somente no nexos mais íntimo com o seu caráter intelectualístico e econômico-monetário, mas também precisam tingir os conteúdos da vida e facilitar a exclusão daqueles traços essenciais e impulsos irracionais, instintivos e soberanos, que pretendem determinar a partir de si a forma da vida, em vez de recebê-la de fora como uma forma universal, definida esquematicamente (SIMMEL, 2005, p. 580).

Tomados por uma quantidade tão grande de estímulos, os indivíduos reagem a isso criando um mecanismo de autopreservação: dada a incapacidade de reagir a eles com a devida intensidade, veem os acontecimentos da vida e, embora os perceba, assumem um caráter *blasé*. A isso se liga a *reserva* das pessoas umas com as outras nesses contextos urbanos. (SIMMEL, 2005, p. 181-182). No entanto, não apenas a reserva e a indiferença mostram-se na metrópole, como também, em larga medida, certa “aversão, estranheza e repulsa mútua” que, segundo o autor, podem facilmente rebentar em ódio e luta. (*Ibid*, p. 583).

Além disso, ainda na perspectiva desse autor, a metrópole impõe a necessidade do refinamento técnico, da especialização, da criação de novas fontes de ganho, o que resulta em um maior isolamento do indivíduo. A metrópole individualiza, seja pela necessidade da indiferença e reserva, seja pela necessidade de diferenciação. É um contexto de impessoalidade – acentuado com o nivelamento causado pela cultura monetária – marcada pela busca por reconhecimento.

## A ESCOLA DE CHICAGO

De acordo com Gilberto Velho (2000) a influência simmeliana entre os autores daquela que ficou conhecida como “Escola de Chicago” é nítida, embora esteja implícita na maioria das obras. Em sua última visita ao Brasil, em palestra realizada em 1990 no Museu Nacional, UFRJ, Becker fez questão de enfatizar sua forte ligação com Simmel: “Gostaria de terminar com um último comentário: antropologicamente falando, descrevi minha linhagem na seguinte ordem: Simmel, Park, Hughes, Becker. Muito obrigado.” (BECKER, 1996. p, 188). Velho (2002. p, 10), também utilizando a ideia de linhagem, escreveu: “G. Simmel [é] referência original da dita linhagem e autor-chave para todo o desenvolvimento do interacionismo, assim como de Thomas, Park, Mead, Wirth, etc.”.

Como apresentado por Rosa *et al* (2017), a ligação entre Simmel e a Escola de Atividade de Chicago não ocorreu à toa. Albion Small – um dos pioneiros na sociologia ianque – e Simmel foram colegas em Berlim, o que ajuda a explicar a tradução ligeira de sua obra para o inglês, publicada na *American Journal of Sociology*. Além disso, R.E. Park, um dos mais importantes autores da Primeira Geração da referida Escola, foi aluno de Simmel. É importante destacar: Park orientou E.Hughes que, por sua vez, orientou Becker.

A capital do Estado de Illinois, fundada em 1833, apresentou um crescimento gigantesco até o início do século XX. A chegada de estrangeiros, a diversificação dos mundos do trabalho, o crescimento do crime e vários outros temas despertavam muita atenção naquela época em Chicago. A imigração era, naquele momento, uma das principais questões políticas nos Estados Unidos da América. (*ibid.* p, 55-56). Park, de acordo com Becker:

Logo em seus primeiros tempos em Chicago, [...] escreveu um ensaio sobre a cidade, encarando-a como um laboratório para a investigação da vida social. Ele tinha uma ideia central sobre a história do mundo naquela época, sobre o que estava ocorrendo, ideia que resumiu ao dizer: “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (BECKER, H. 1996).

É importante levar em consideração que o interesse nos estudos urbanos não derivam apenas da proximidade de Park e Small de Simmel, como também, e principalmente, do próprio contexto histórico do momento de surgimento da Universidade de Chicago. A influência simmeliana encontra-se principalmente na proposta de análise presente em parte desses autores.

É dentro desse contexto que podemos compreender a presença recorrente de elementos como imigração, organização/desorganização social em Willian Foote Whyte (2005), e rivalidade, conflito, adaptação e assimilação, em Robert E. Park e Ernest Burgess (1921).

A Segunda Geração da Escola de Chicago tem, entre seus autores, o canadense Erving Goffman e o americano Howard Becker como seus representantes mais conhecidos e debatidos no Brasil. Em sua obra *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*, Becker argumentou como os atos percebidos como desviantes são construções processuais de rotulação. Isso trouxe um forte impacto político e sociológico, resultando numa desnaturalização do desvio e o

foco analítico saiu de temas como essência criminosa, anomia e desorganização social. Rosa *et al* (*op.cit.* p, 82). Nas palavras de Becker:

[...] *grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (BECKER, H. 2008. p, 21-22).

Para Becker (2008), todos envolvidos numa dada situação contribuem para o que acontece nela. Dessa maneira, a sociologia deve se debruçar sobre as atividades de todos. Sua tipificação inclui não apenas os que buscam impor as regras e os que são por elas rotulados; estando presentes, dentro de cada contexto, aqueles encarregados de impingir-las. Ainda segundo o autor, as sociedades modernas são amplamente variadas, de modo que não há aceitação absoluta de regras. A capacidade social pertencente a determinados grupos, de criar e impor suas regras, sem dúvidas, constitui um diferencial de poder; no entanto, essa capacidade não é, assim como seu alcance, absoluta, sendo esta temporal, podendo sucumbir ao longo da história. (*Ibid.* , 29-30).

Os embates políticos em torno dessas regras refletem a noção de ordem social em sua perspectiva (*Ibid.* p, 21), pois, para ele, tomar processos em curso e considera-los como propensos a manter ou diminuir a estabilidade da sociedade, tratando-os, portanto, como funcionais ou disfuncionais, é desconsiderar que grupos na mesma sociedade buscam produzir e impor sua própria definição de função.

Goffman (1985) argumentou como interagimos dentro de limites estabelecidos pelas situações, havendo comportamentos esperados e naturalizados para cada uma delas. Descumpri-los pode gerar constrangimentos ou até mesmo uma imposição de estigma. Tanto quanto as situações, recorreremos à experiência para definir os indivíduos, a fim de antecipar o que ele espera e o que devemos esperar dele. Todavia, é importante mencionar que esses elementos não são determinados estruturalmente, embora influenciados; são, sobretudo, definidos e redefinidos na interação. Há um jogo de representações do *eu* e tentativas de leitura do *outro*.

Sobre o *estigma* e indivíduos em situações concretas, Goffman escreveu:

Se o indivíduo for desconhecido, os observadores podem obter, a partir da conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados (GOFFMAN, 1985. p, 11).

E sobre a definição de situação:

Definir situações como reais tem certamente consequências, mas estas só podem ter incidência muito marginal sobre os acontecimentos em curso; em alguns casos, apenas um ligeiro constrangimento sobrevoa o cenário como expressão de uma moderada inquietação para os que tentaram definir a situação erroneamente. Presumivelmente, deve-se quase sempre buscar uma “definição de situação”, mas normalmente os que estão envolvidos na situação não criam esta definição, embora frequentemente se possa dizer que a sociedade a que pertencem o faz; ordinariamente, tudo que eles fazem é avaliar corretamente o que a situação deveria ser para eles e então agir de acordo (GOFFMAN, 2012. p, 23).

Para Gilberto Velho (2002. p, 13) “A reflexão de Goffman sobre interação tem explícitas raízes em Simmel, Mead e Thomas. Deste, a noção de definição de situação constitui uma âncora para todo o desenvolvimento das idéias goffmanianas.” E sobre sua perspectiva analítica em comparação à Becker:

Correndo o risco de ser esquemático, diria que Becker focaliza com insistência a construção e o desempenho propriamente dito da ação coletiva, através da interação entre indivíduos, enquanto que Goffman centra as suas preocupações no próprio processo de definição de situação e construção da própria interação. (VELHO, 2002, p, 13).

A noção de conflito social, nesses dois autores, possuem forte parentesco com aquela apresentada por Simmel. De acordo com Werneck esses autores consideram o conflito:

[...] como parte integrante da vida cotidiana. Não da ordem como algo dado, um objeto sólido, mas uma ordem das interações. Nesse caso, a questão do conflito está intimamente ligada à questão da rotina. Mas uma importante complexificação teve lugar no modelo que costuma ser chamado de *modelo de construção social* ou *modelo construcionista*, cujo representante mais importante é sem dúvida a abordagem da *rotulação* na sociologia do desvio. [...] Segundo esse modelo, a análise sociológica recai sobre os processos de, digamos, genealogia das atribuições de negatividade cuja instauração produz/é produzida por conflitos e violência. Trata-se, então, de observar práticas segundo as quais se rotinizam, se normalizam, passam a fazer parte da ordem,

diferenças que opõem grupos ou indivíduos, induzindo a conflituosidade. Os dois representantes principais dessa abordagem são os estudos da *rotulação (labelling)* iniciados por Edwin Lemert, mas potencializados principalmente por Howard S. Becker, e os estudos dos estigmas, propostos por Erving Goffman (WERNECK, 2012, p. 343).

Desse modo, temos, como mencionado na seção deste artigo dedicada ao *conflito social* em Simmel, uma perspectiva que não o toma como representação de questões de outra ordem, mas sim como um fenômeno portador de sua lógica própria, merecedor em si mesmo de atenção.

## A SOCIOLOGIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS

Embora alemão, como Georg Simmel, as décadas que separaram sua geração e a de Norbert Elias conferiram a este sorte distinta. Simmel, no final de sua vida, viu o mundo em ferrenha batalha, durante a Primeira Guerra Mundial. Já Elias, viu o terror nazista florescer na Alemanha em sua juventude. Sua origem judia era o ingrediente necessário, naquele contexto, para que sua permanência em seu país fosse inviabilizada. As marcas da Segunda Guerra Mundial podem ser sentidas em sua obra: seu interesse na relação estabelecidos/*outsiders*, o processo civilizador, o *habitus* nacional, a “imagem do nós” e o “ideal do nós”, etc.

Todavia, para além das singularidades em suas trajetórias e obras, há muitos traços compartilhados entre esses sociólogos. O interesse apresentado por Simmel em construir uma sociologia processual, capaz de superar o abismo entre indivíduo e sociedade também está presente em toda a obra eliasiana, que apresenta uma perspectiva que comporta as teias de relações sociais e os intercâmbios entre o individual e o coletivo.

De acordo com Elias (1994), há duas formas de teorizar a sociedade. A primeira delas toma formações sócio-históricas como sendo criações planejadas de indivíduos e, do outro, uma segunda que despreza o papel dos indivíduos na história, tomando a sociedade como um “entidade orgânica supra-individual”. Para ele, a primeira perspectiva deixa obscura a relação entre atos e objetivos individuais e formações sociais; enquanto que a segunda, no caminho inverso, é pouco esclarecedora sobre os vínculos entre formas sociais e metas individuais.

Buscando superar essas teorias, Elias (2006) trabalhou o conceito de *figuração*, que busca incluir indivíduos em suas formações, através do ingresso singular no mundo simbólico coletivo. O conceito exprime o agrupamento dos

indivíduos numa ordem simbólica – em um ajuste de nível variável historicamente entre coações externas e controles internos – em virtude de sua interdependência fundamental.

Como apontado por ele, a vida na cidade, repleta de pessoas desconhecidas, com perfis variados, cada uma buscando suas próprias metas; assemelha-se, à primeira vista, a um emaranhado de individualidades. Todavia, apesar dos espaços de liberdades individuais, há uma ordem oculta. (ELIAS, 1994, p. 18). De acordo com o autor:

Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. Também isso, esse passado, está diretamente presente em cada uma das pessoas que se movem apressadamente no bulício da cidade (ELIAS, 1994, p. 19).

Apesar da existência dessas figurações específicas, elas não são soberanas sobre os indivíduos, como um todo fechado:

Mas, embora esse contexto funcional tenha suas leis próprias, das quais dependem, em última instância, todas as metas dos indivíduos e todas as decisões computadas nas cédulas eleitorais, embora sua estrutura não seja uma criação de indivíduos particulares, ou sequer de muitos indivíduos, tampouco ele é algo que exista fora dos indivíduos. Todas essas funções interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona-de-casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos. Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela. [...] Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. (ELIAS, 1994, p. 20).

Em sua noção de *civilização*, esse jogo entre individual/coletivo apresenta-se, novamente, de maneira densa. De acordo com Elias (2006) o processo civilizador é entendido como a conversão – encontrada em todas as sociedades em alguma medida – entre controles externos e internos; movendo os impulsos de comportamentos momentâneos, através de um controle das emoções, personalidades, etc.

O ajuste entre coações externas e auto-regulações, e a conversão do primeiro no segundo, é um processo histórico não linear, podendo mover em sentido civilizador/descivilizador sucessivas figurações. Em estágios iniciais, as autocoações são mais frágeis, havendo, com isso, necessidade de maior apoio das coações exteriores.

Esse quadro caminha duplamente: de um lado, compõe o processo de *individualização* do ser humano singular e, por outro, a condição de vida social em comum; de modo que *socialização* e *individualização*, para ele, caminham de mãos dadas. Assim, o processo civilizador não é sinônimo de achatamento dos indivíduos frente ao grupo, dado que ele implica em ampliação da capacidade de autocoação (*ibid*).

Essas ferramentas teóricas foram utilizadas por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em um estudo de uma pequena vila operária inglesa. Seus moradores não diferiam quanto à nacionalidade, ascendência étnica, nível de escolaridade, renda ou qualquer outro marcador social da diferença. Apesar disso, os residentes de um dos bairros estigmatizavam e excluíaam os dos outros dois. O único elemento distintivo, entre eles, era a antiguidade dos moradores que se sentiam humanamente superiores. Instalados ali há duas ou três gerações, havia neles um nível de coesão maior, havendo um estilo de vida em comum e um conjunto de normas, de modo que os vínculos emocionais eram desenvolvidos, fruto do convívio prolongado. Nisso, foi desenvolvida uma noção de *nós* (*we-group*) e um *ideal de nós* (*we-ideal*), nas versões pessoais de fantasia coletiva de valor humano grupal elevado. Isso constituía uma figuração estabelecidos/*outsiders*.

Fazer parte do grupo estabelecido, compartilhar o carisma coletivo e os benefícios resultantes disso tem um preço: requer a obediência às normas grupais, onde os desvios (reais ou presumidos) podem resultar em perda de poder e rebaixamento de *status*. Esse preço deve ser individualmente pago. Há um jogo de emoções: a satisfação de pertencer ao grupo implica em alinhar-se a suas regras e estados de espírito. Todavia, essa submissão não se apresenta como um partido estranho, dado que a consciência grupal e a consciência da própria pessoa, por terem nascido de um processo de interdependência, estão ligadas por “um cordão elástico”, muitas vezes se confundindo (ELIAS; SCOTSON, 2000).

O estigma social imposto ao grupo *outsider* costuma penetrar sua autoimagem, gerando nele uma imagem do *nós* suja, enfraquecendo-o e tornando

mais provável uma correspondência entre as ações e sua reputação negativa imputada. Dessa forma, enquanto de um lado há o compartilhamento de um carisma grupal elevado, de outro há uma desonra grupal repartida. Os *outsiders* são vistos como não observantes das normas produzidas pelos estabelecidos, o que os leva a serem vistos – individual e coletivamente – como anômicos. Sua baixa capacidade de resposta deve-se a sua pouca coesão.

Desse modo, temos que o conflito social entre estabelecidos/*outsiders* – e seu abismo de poder – faz parte das dinâmicas grupais, compreendendo diferentes níveis de amarras entre os indivíduos que compõem os grupos. Dessa forma, assim como em Simmel (*op. cit*) o conflito não é uma descontinuidade com o social, sim um traço inerente à relação entre individualidades e coletividades em suas diversas manifestações.

É nesse ponto em que os dois autores se aproximam: a busca por uma conciliação conceitual entre indivíduo e sociedade. Disso temos vários exemplos, como a preocupação com as emoções e seu controle pela *figuração/sociação*: em Simmel, o *tato* e a necessidade de controlar os humores pessoais, evitando contaminar as tendências do grupo com estados de espírito individuais. O mesmo ajuste está em Elias, traduzido na forma de *autocooção*. Tanto Elias (1994, b) quanto Simmel (*op. cit*) pensaram o processo de individualização como construções sócio-históricas derivadas das formas particulares de relações travadas entre indivíduos/grupos e suas vinculações. Para ambos, o pertencimento grupal é buscado pela satisfação derivada da *sociação*/pertencimento; e as recompensas não são apenas de ordem econômica. Como apresentado anteriormente, Simmel buscou destacar a satisfação em estar sociado, fazendo com que a *forma* social supere os *conteúdos* iniciais da interação. Elias destacou outros elementos em disputa, como, além dessa satisfação, o carisma grupal compartilhado e os diferenciais de poder derivados dessas organizações, que podem ser traduzidos em honra e também em monopólios políticos e econômicos.

## CONCLUSÃO

Em sua busca pela compreensão dos processos de sociação, Simmel nos permitiu ver além das teorias que percebiam a ação dos indivíduos como inclinadas unilateralmente no sentido de atingimento de fins, sem levar em conta a dimensão interpessoal, os processos de interação social. Os indivíduos necessitam do *tato* e

*discrição* na busca por interesses e, além disso, despertam o prazer em estar sociados. Aqueles conteúdos que acionaram a interação não desaparecem, mas a *forma* desprende-se deles. Em Elias o prazer derivado do pertencimento grupal e as formas de regulações das emoções também foram destacadas. Ambos estiveram empenhados em construir uma sociologia baseada nas organizações de indivíduos.

Em suas brilhantes discussões sobre a *sociabilidade*, Simmel também deixou uma grande contribuição no desenvolvimento dos estudos interacionistas. Essa é, sem dúvida alguma, a mais nítida dívida da Escola de Chicago com esse sociólogo berlinense. Há uma forte influência da concepção de *conflito social* de Simmel em autores da primeira e segunda geração daquela escola, assim como em Norbert Elias. De acordo com essas correntes, o conflito é portador de lógica própria e não constitui uma descontinuidade com o social, sim uma manifestação natural e corriqueira da vida cotidiana. O conflito não é negativo. Ele destrói tanto quanto constrói. Ele é, antes de tudo, negação da indiferença.

Sobre o interesse sociológico na questão urbana presente na Escola de Chicago, podemos notar tanto um esforço dos autores em cumprir os anseios de seu tempo quanto uma influência da obra de Simmel. A proximidade desse sociólogo clássico alemão e os pioneiros da sociologia ianque não ocorreu apenas por afinidade no pensamento, como também por uma série fortuita de acasos, como a relação pessoal com Albion Small ou o fato de Park ter sido seu aluno. Isso possibilitou que sua obra fosse rapidamente traduzida para o inglês e, assim, pudesse ser incorporada já nos primeiros trabalhos daquele país.

Esse pensador tem como marca de sua obra a sensibilidade para perceber eventos sutis no mundo moderno. Sua obra exerceu um impacto considerável na sociologia contemporânea. Aqui foram discutidas as reverberações na escola de Chicago e em Norbert Elias, mas é importante destacar que o impacto desse teórico vai muito além delas.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA JR, José. Georg Simmel e o Conflito Social. In: Tedesco et al: **Georg Simmel e as Sociabilidades do Moderno**, Passo Fundo, Ed. Universitária de Passo Fundo, 2006.

\_\_\_\_\_. Georg Simmel e a Sociabilidade. In: Tedesco et al: **Georg Simmel e as Sociabilidades do Moderno**, Passo Fundo, Ed. Universitária de Passo Fundo, 2006.

BECKER, H., S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Chicago**. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**. História dos Costumes, v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. SCOTTSON, L. John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, Vozes, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PARK, R. E.; BURGUESS, E. **Introduction to the Science of sociology**. 1ª. Ed. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

ROSA *et al.* **Sociologia da violência, do crime e da punição**. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito**, tradução do alemão de Leopoldo Waizbort, p. 577-591. *Mana*, 2005.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da Moda e outros escritos**. Lisboa: Edições Texto & Grafia Lda, 2008.

\_\_\_\_\_. **Questões Fundamentais em Sociologia**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

VELHO, G. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole**. Horizontes Antropológicos, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. **Becker, Goffman e a Antropologia no Brasil**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 38, p. 9-17, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 2. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial, 2004.

WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: Michel Misse e Alexandre Werneck (orgs), **Conflitos de (grandes) interesses**: estudos sobre crimes, violência e outras disputas. Rio de Janeiro, Gramond, 2012.

WHYTE, W. F. **Sociedade de Esquina**: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

**DA EDUCAÇÃO PARA O MERCADO À EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA:  
uma leitura antropológica das implicações da Escola sem Partido**

**FROM EDUCATION FOR THE MARKET TO EDUCATION AS MERCHANDISE:  
an anthropological reading of the implications of the Non-Partisan School**

***Izabel Cristina Luz Castro\****

Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF

<http://orcid.org/0000-0003-0756-6202>

**RESUMO**

O presente trabalho versa a respeito da intersecção existente entre educação escolar, o movimento Escola Sem Partido e o capitalismo. Nesse sentido, a partir de uma breve exposição dos elementos constituintes da Escola Sem Partido, pretende-se analisar como a escola tem sido acionada de modo a manter e retroalimentar o capitalismo, por meio da redução das inteligências, da postulação da educação “neutra” e, por conseguinte, da negação da política e das diferenças. Tal exposição é distribuída em três seções: “marcos históricos da concepção mercadológica da educação e da educação para manutenção do mercado”; “escola sem partido e o problema da neutralidade”; e “escola sem partido e a negação das diferenças”.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido; Capitalismo; Diferenças; Política; Neutra.

**ABSTRACT**

The present work deals with the intersection between school education, the Non-partisan School movement and capitalism. In this sense, from a brief exposition of the elements constituted by the Non-partisan School, it intends to analyze how the school has been activated in order to maintain and feed back capitalism, through the reduction of intelligences, the postulation of "neutral" education and, consequently, the negation of politics and differences. This exhibition is divided into three components: "historical milestones of the market development of education and market maintenance education"; "Non-partisan School and problem of neutrality"; and "non-partisan school and denial of differences".

**Keywords:** Non-partisan School; Capitalism; Differences; Politics; Neutral.

\* Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; pós-graduanda (Lato Sensu) em Ciências Criminais pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (2020); e bolsista no subprojeto de Direitos Humanos e Democracia (2015-2018) do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado à CAPES, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Com interesse pela compreensão da relação entre as práticas de produção social da pobreza e produção social da criminalidade, gestão das classes populares, punição e processos de legislações criminais.  
Contato: bel.castro12@hotmail.com

Artigo Recebido em: 26/10/2019. Aceito em 01/08/2022.

**Revista Idealogando**, Recife, v. 4, n. 1, p. 92-102. 2020, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma **Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY**.

## INTRODUÇÃO

A escola é o espaço no qual, indubitavelmente, tem se estabelecido as “mãos” do mercado, que compõem o capitalismo. Seja por um lado, em virtude do viés mercadológico que a educação (aqui empregado no sentido de educação formal, portanto, escolar) tem assumido sob a forma de escolas privadas, nas quais o Estado tem se tornado o gerente da sua expansão, ou por outro lado, pela função social que a escola adquiriu ao longo dos anos, em especial, por meio da ênfase no ensino técnico profissionalizante, promovendo uma educação orientada para a preparação de mão de obra, mobilizada a fim de garantir a manutenção do capitalismo.

Nesse sentido, o foco deste ensaio será em torno de como a escola, sobretudo, a partir dos anos 2000, tem sido forjada para oferecer condições contínuas de existência do capitalismo, à medida que ativa mecanismos de supressão das diferenças e nega a política, adotando ainda, uma concepção de ciência “neutra” para o campo da educação, de modo a deixar os indivíduos diante das “alternativas infernais”.<sup>1</sup>

Isso se faz necessário, pois se trata de compreender como, a partir da mobilização de regulamentos institucionais, enunciam-se quais são os modos de vida admitidos de existir e quais são negados, a fim de propor uma educação que forme corpos trabalhadores, sujeitáveis ao capitalismo. Além disso, somente compreendendo como a educação tem sido cooptada em favor do capitalismo que se pode pensar em alternativas para desativá-lo, ou minimizá-lo, localmente o que não significa, nesse sentido, tornar a educação pura, incólume às marcas políticas. Pelo contrário, trata-se de assumir a escola enquanto política e reivindicar para tal espaço a possibilidade da coexistência das diferenças e de uma educação que considere os saberes localizados.

Ademais, embora pareça esdrúxulo refletir a respeito de um projeto que se encontra arquivado (na Câmara dos Deputados), essa proposição pode

---

<sup>1</sup> O emprego da expressão pode ser consultado em: PIGNARRE, Philippe; ESTENGERS, Isabelle. 2005. La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûement. Paris: Éditions La Découverte. [ Première Partie: Que s’est il passé?].

voltar à pauta, com o mandato legislativo que se iniciou no corrente ano. Outro elemento, ainda mais importante, é que embora ainda não tenha obtido status de “legalidade”, a ESP instaurou um estado de vigilância “policialesca”, um denunciamento, constante sobre os professores.

Para a compreensão de tal efetivação, considerar-se-á, em particular, a interferência de aspectos do programa “Escola Sem Partido” (ESP) presentes na plataforma digital oficial do respectivo programa, bem como no Projeto de Lei apresentado à Câmara dos Deputados por Izalci Lucas (PSDB/DF), analisados a partir do debate da antropologia contemporânea concernente ao problema da divisão de conhecimentos e à negação da política. O ensaio é dividido em três tópicos: “marcos históricos da concepção mercadológica da educação e da educação para manutenção do mercado”; “escola sem partido e o problema da neutralidade”; e “escola sem partido e a negação das diferenças”.

## **MARCOS HISTÓRICOS DA CONCEPÇÃO MERCADOLÓGICA DA EDUCAÇÃO E DA EDUCAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO MERCADO**

Evidentemente, a concepção da educação como forma de perpetuação do capitalismo, no Brasil, não é uma novidade dos anos 2000, uma vez que a escola tem sido, desde a sua institucionalização, no decorrer do século XIX, atravessada e moldada pelas políticas governamentais. O capitalismo aqui entendido como:

[...] o que não cessa de inventar os meios de submeter às suas próprias exigências aquilo com que ele trata – e as consequências não lhe interessam: ele as externaliza (que os outros paguem), ou as define como matérias potenciais para novas operações (PIGNARRE; STENGERS, 2005, s.p).

De modo que, a partir da década de 30, quando ocorre a defesa intensa da educação pública e gratuita, expressa por meio do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932)<sup>2</sup>, é também o momento em que surge uma perspectiva

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto\\_dos\\_Pioneiros\\_Educacao\\_Nova.pdf](http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2019.

educacional voltada para as “necessidades” do contexto vivenciado. Assim sendo, diante do processo de desenvolvimento da industrialização nacional, a escola passou a atender as demandas de formação de mão obra, inclusive, por meio do estabelecimento das escolas técnicas, como SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, 1942, e SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, em 1946.

Contudo, é a partir da década de 90, com a ascensão do neoliberalismo, sobretudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que a escola é afetada de forma mais intensa pelas medidas neoliberais de gerir a educação. Sob a preconização da não interferência do Estado na economia e da diminuição dos gastos de verbas públicas com as áreas sociais, cede espaço, especialmente, para as privatizações das empresas estatais, e investimento de capital estrangeiro.

Essa perspectiva neoliberal implicou na mudança do papel da escola, com uma nova forma de atender às exigências das empresas e as ditas “leis de mercado”, inclusive, através de determinações do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para os gestores educacionais alinhados à visão neoliberal, fazia-se necessária a definição de um novo papel para a escola e de um novo padrão de gestão educacional, adequados às exigências das empresas e respaldados pela racionalidade e pela lógica de mercado (CAMINI, 2013, p. 71).

Nesse sentido, Frigotto (2017) expõe que essa relação estabelecida entre educação e capitalismo está relacionada ao desenvolvimento da ideia de formação de capital humano, isto é, educação escolar como forma de obtenção de retorno financeiro equivalente a outros investimentos em bens e produtos, desconsiderando que a pobreza é fruto das relações de desigualdades às quais os indivíduos estão submetidos, tornando-os, portanto, impossibilitados de aplicar recursos econômicos em educação. Assim, a partir disso, adotou-se a concepção de que através da educação se tornaria possível integrar a todos no mercado, sendo as relações de desigualdades resultantes do parco empenho escolar dos pobres. Estabeleceu-se, então, a ideia de que a educação deveria ter como referência o mercado a fim de que fosse eficiente.

Todavia, a partir dos anos 2000, essa forma de moldar a educação a favor do

capitalismo, ganha outras nuances, que implicam interferências não somente na forma de gerir a educação ou na adoção de perspectivas pedagógicas em consonância com a identificação teórica dos professores, como outrora. Trata-se, agora, de uma ingerência mais incisiva na educação, à medida que tenta determinar parâmetros, travestidos de legalidade, para atuação dos docentes, impondo-os a condição de criminosos, sob um viés de negação da política e a postulação de um conhecimento neutro.

## **ESCOLA SEM PARTIDO E O PROBLEMA DA NEUTRALIDADE**

Embora a proposta “Escola Sem Partido” tenha obtido notoriedade no campo da educação a partir do ano de 2014, quando passou a tramitar como projeto de lei em algumas câmaras legislativas, municipais e estaduais do país, esse movimento surgiu antes. O “Programa Escola Sem Partido”, como também é denominado, é oriundo de 2004, elaborado e amplamente divulgado pelo advogado Miguel Nagib, coordenador do programa.

A Escola Sem Partido ascende num contexto de expressivo ultraconservadorismo, marcado por uma visão utilitarista e mercantil da educação, tendo encontrado um cenário profícuo para as suas ideias, haja vista a descrença na política institucional.

Na plataforma digital do ESP, que tem como lema “educação sem doutrinação”, é possível encontrar uma série de materiais que versam a respeito do combate à suposta doutrinação realizada por parte dos professores.<sup>3</sup> Calcado num denunciismo e na criminalização da prática docente, o sítio virtual dispõe campos específicos para o depoimento anônimo de estudantes que tenham presenciado professores “doutrinadores”. Conta ainda, com uma lista dos “deveres dos professores” em sala de aula, bem como instruções aos estudantes para que identifiquem a “doutrinação”, para a qual não é apresentada uma definição, podendo ser apreendida por meio dos motivos pelos quais os docentes devem ser denunciados.

Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica

---

<sup>3</sup> Disponível em: <EscolasemPartido.org>. Acesso em: 16 mar. 2019.

quando seu professor: se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica; [...] (ESCOLA SEM PARTIDO)<sup>4</sup>.

O programa que visa combater a “doutrinação”, em nome da “neutralidade” (BRASIL, PL N° 867/2015), tem como premissa um viés mercadológico e utilitarista de que a educação é um produto e os estudantes são clientes, conforme fica nítido na fala de Nagib na audiência da Comissão de Educação do Senado Federal, em 1º de setembro de 2016, ao afirmar que uma das referências para criar o citado projeto de lei tenha sido o Código de “Defesa do Consumidor”<sup>5</sup>. Assim sendo, adota-se uma noção de que o professor não deve interferir na aquisição do produto (educação), devendo se manter “neutro”, ou seja, nesse contexto vale a velha máxima de que “o cliente tem sempre razão”!

A desqualificação da figura docente, nessa perspectiva, é fundamental para efetivar uma escolarização em consonância com os interesses das classes dominantes ultraconservadoras, através da suspeição em torno da docência, seguido do vigilantismo, que a posteriori, é transformado em judicialização da docência, por meio da proposição de projetos de leis que os controlam, tornando-os agentes ilegais, criminosos. Assim, suprimem-se direitos constitucionais da pluralidade de práticas pedagógicas, da liberdade de ensinar e da liberdade de expressão do professor (PENNA, 2017).

Diante disso, ao acionar a noção de neutralidade, que não garante objetividade, atribui-se uma transcendência e distinção entre sujeito e objeto que retira a responsabilidade e a capacidade da ciência de ser chamada a prestar contas, por negar os conhecimentos localizados (HARAWAY, 1995). Ou seja, em busca de certo purismo, tal como os herdeiros de Boyle e Hobbes, na tentativa de separar ciência e política, o que suscitou em um discurso político do qual a política estava excluída (LATOURE, 1994), para além de negar as condições sob

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

<sup>5</sup> A fala de Nagib diz respeito ao projeto proposto no Senado Federal, pelo senador Magno Malta, na época. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jwGERV-1zUo>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

as quais são construídos o currículo e as perspectivas pedagógicas, o ESP reativa um ideal de ciência que boa parte das *Hard Sciences* já não praticam, uma oficial, que se pressupõe neutra, distante da política, sem reconhecer que a própria formulação da lei tem um caráter eminentemente político. Instituído, com isso, a regulamentação do Estado sobre a prática docente em nome de um legítimo saber. Aliás, notadamente, essa parece ser uma das características do capitalismo ao recorrer a dispositivos, como a educação, a fim de efetivar-se e de retroalimentar-se.

O capitalismo atual não se acomoda menos com o Estado. Ele não pode, nunca pode existir completamente sozinho, manter-se por si mesmo. Seu crescimento não tem nada de espontâneo, exige um trabalho permanente sobre as funções dos Estados (segundo a conjuntura, alguns são multiplicados, outros minados ou desmantelados em nome do mercado), construções minuciosas e pacientes, cuidadosamente conservadas, cuidadosamente revisadas. Para que funcione é preciso uma aparelhagem gigantesca de leis, de regras, obrigações, instituições sempre em mutação, sendo o traço comum de toda essa aparelhagem o de produzir a aparência de funcionamento automático cuja lógica escapa ao político (PIGNARRE; STENGERS, 2005, s.p).

É nesse sentido que, a tentativa de estabelecer um conhecimento “verdadeiro” (leia-se neutro, “sem viés político e ideológico”) por meio da regulamentação por parte do Estado (autoridade), que nega a política e, portanto, as divergências e disputas das condições de possibilidade, é um aspecto que deve ser afastado do campo da educação, pois “[...] se o desprezo pelo político é um ponto de encontro possível entre a autoridade dos expertos, em nome da ciência, e a denúncia das aparências, em nome da verdade, este desprezo é um recife mortal” (PIGNARRE; STENGERS, 2005, s.p).

Sob o discurso de eliminar a doutrinação nas escolas, o projeto de Escola Sem Partido restringe a atuação dos professores em sala de aula, no tocante à formação crítica dos discentes, à medida que o compreende como uma ameaça ao desenvolvimento dos estudantes. Conforme fica expressa na fala do fundador do ESP:

[...] É grave, em terceiro lugar, devido à extensão do fenômeno: segundo pesquisa realizada pela CNT/Sensus e publicada pela revista *Veja*, a imensa maioria dos professores (78%) acredita que a principal missão da escola é “despertar a consciência

crítica dos alunos” (NAGIB, entrevista)<sup>6</sup>.

Isso, por conseguinte, provoca uma diminuição da capacidade de pensar acerca do contexto social no qual o estudante está inserido, uma perspectiva marcadamente capitalista que procura reduzir as inteligências a fim de torná-las submissas às imposições que lhes são feitas sem esboçar contestação no tocante às condições de existência as quais estão expostos. “É preciso afirmar que o capitalismo trabalha permanentemente para reduzir a inteligência dos seus agentes, para substituí-la por automatismos que poderão, em seguida, ser matéria para alternativas infernais” (PIGNARRE; STENGERS, 2005, s.p).

### **ESCOLA SEM PARTIDO E A NEGAÇÃO DAS DIFERENÇAS**

A Escola Sem Partido, ao desconsiderar as “perspectivas parciais” (HARAWAY, 1995), isto é, as visões marcadas, com corpos singulares, localizados, ao rejeitar a política, conseqüentemente, nega a coexistência das diferenças de ideias, da divergência, bem como da presença do conflito dentro do campo da educação, isso faz com que a escola se torne um espaço de exposição de uma única visão (incorpórea), predominante e hegemônica, incidindo sobre o processo de escolha do currículo por parte daqueles que compõem a comunidade escolar.

A lei da mordada, como também ficou conhecida, tentou abrir precedentes para que os professores os quais abordem questões de identidade de gênero sejam punidos, num processo de judicialização da docência, seja por estar professando a “ideologia de gênero” ou por fazer uso da “audiência cativa”, como se os estudantes fossem “tábulas rasas” ou “folhas em branco”, desprovidos de perspectivas ou interpretação do mundo, para expressar suas opiniões.

Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I - Neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:

I - Não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

V - Respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; (BRASIL, PL N°867, 2015)

Tais prescrições que cerceiam a discussão das religiosidades, das desigualdades de gênero, raça e classe ao proibi-las, em nome da neutralidade, estabelece uma educação baseada na reprodução da manutenção do *status quo*, das desigualdades, do racismo, da misoginia, da transfobia, entre outros.

Nesse sentido, sob um discurso edificado no fundamentalismo político e religioso, que tenta imprimir a impossibilidade de interpretar as realidades (LATOURE, 2018) e usa suas premissas para obliterar as diferenças, suprime-se na educação a existência do “outro”, do divergente. Anulam-se corpos LGTBTTQIA+<sup>7</sup>. Naturaliza-se as desigualdades que assolam mulheres no tocante a divisão sexual do trabalho e as violências das quais são vítimas, por exemplo. Ou seja, escamoteia da educação a problematização da vida em sociedade. Dito isso, é importante salientar, não se pode negar à educação a possibilidade de se constituir em um campo no qual as diferenças sejam expostas, seja em virtude da heterogeneidade que existe no tocante àqueles que frequentam a escola, em razão de seus “corpos marcados” pelas questões de gênero, raça, classe, religiosidade, etc., bem como da heterogeneidade no tocante as pautas que podem ser abordadas em sala de aula. Afinal, a educação parece ser um espaço promissor para que se possa falar das diferenças e, sobretudo, para que se possa aprender a ouvi-las, não em busca da convergência, tal qual a construção de um “cosmos”, no sentido Kantiano que pressupõe um mundo comum (STENGERS, 2018), mas no sentido de que a escola é o espaço para pensar nas e com as divergências formas a partir das quais a educação possa responder às necessidades distintas, e desenvolver

---

<sup>7</sup> A sigla corresponde às palavras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Quer, Intersexo, Assexual e “+” que diz respeito a todas as possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero, respectivamente.

formas de ver mundo. A escola é o lugar do diverso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aqui realizada se propôs a discorrer acerca de como a educação é um recurso de retroalimentação do capitalismo, a fim de produzir corpos subjugados, facilmente sujeitáveis às imposições, às alternativas infernais do “isto ou aquilo”. Considerando-se, sobretudo, a emergência da “Escola Sem Partido”, como elemento que endossa esse aspecto, a partir da negação das diferenças, dos “corpos marcados”, da diversidade, de uma tentativa de estabelecer uma suposta neutralidade dos conhecimentos, e aliado a isso, a negação da política à educação e a educação à política.

Dessa forma, a partir da análise dos aspectos presentes no Projeto de Lei (PL) e na página virtual da Escola Sem Partido, foi possível compreender como esses mecanismos têm sido utilizados e quais discursos são impressos para deslegitimar práticas, saberes, modos de vidas, que são diferentes, divergentes, contra hegemônicos, bem como para tornar os corpos facilmente sujeitáveis ao trabalho, às demandas do capitalismo, por meio do uso de um dispositivo estratégico que é a educação. Soma-se a isso, evidenciou-se como tais mecanismos, ao reivindicar um postulado de “neutralidade”, ao negar a política, impõe aos docentes, em sua prática pedagógica, formas de vigilância, de judicialização que lhes imputa a alcunha de criminosos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei N.º 867 de 2015**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CAMINI, Lucia. **Política e Gestão Educacional brasileira: uma análise do plano de desenvolvimento da educação/plano de metas todos pela educação (2007- 2009)**. 1ºed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.  
ESCOLA sem partido. Disponível em: <[escolasempartido.org](http://escolasempartido.org)>. Acesso em: 30 mai. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), p. 07-41, 1995.

INEP. Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto\\_dos\\_Pioneiros\\_Educac\\_ao\\_No\\_va.pdf](http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educac_ao_No_va.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

LATOURETTE, Bruno. Constituição. In: **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, p. 19-52, 1994.

\_\_\_\_\_. Qual cosmos, quais cosmopolíticas? Comentário sobre as propostas de paz de Ulrik Beck. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 68, 2018, p. 428-441.

NAGIB, Miguel. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. **Escola sem Partido**. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Comissão de Educação do Senado Federal. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-1zUo>>. Acesso em: 17 mar. 2019.  
PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PIGNARRE, Philippe; ESTENGERS, Isabelle. **La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûement**. Paris: Éditions La Découverte. [Première Partie: Que s’est-il passé?], 2005.

ESTENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.69, p. 442-464, 2018.